

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGSOC

MAYSA MAYARA COSTA DE OLIVEIRA

**O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO NA QUESTÃO DA HABITAÇÃO: O
RESIDENCIAL RIO ANIL CAMBOA**

São Luís- MA

2016

MAYSA MAYARA COSTA DE OLIVEIRA

**O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO NA QUESTÃO DA HABITAÇÃO: O
RESIDENCIAL RIO ANIL CAMBOA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: José Benevides Queiroz

Linha de Pesquisa 4: Sociabilidades e sistemas simbólicos: cidade, religião e cultura popular.

.

São Luís – MA

2016

OLIVEIRA Costa de, Maysa Mayara.

O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO NA QUESTÃO DA HABITAÇÃO: : O
RESIDENCIAL RIO ANIL CAMBOA / Maysa Mayara OLIVEIRA Costa
de. - 2016.

167 f.

Orientador(a): José Benevides Queiroz.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais/CCH, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2016.

1. Camboa. 2. Habitação. 3. PAC. 4. Palafitas. 5.
Socialização. I. Benevides Queiroz, José. II. Título.

MAYSA MAYARA COSTA DE OLIVEIRA

**O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO NA QUESTÃO DA HABITAÇÃO: O
RESIDENCIAL RIO ANIL CAMBOA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Benevides Queiroz(Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. José Odval Alcântara Júnior (Interno)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dra. Roberta Maria Batista Figueiredo (Externo ao Programa)
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por todos os esforços condicionados à minha formação. Por sempre me apoiarem e incentivarem nos momentos mais difíceis.

Ao meu orientador e amigo, José Benevides Queiroz, por todos os conselhos, paciência e por sua amizade. Seus ensinamentos são essenciais na minha formação acadêmica, assim como pessoa.

A Amparo Soares, obrigada pelo cuidado, preocupação, e por sempre ter me ajudado.

Aos professores, Juarez e Alcântara que participaram da minha banca de qualificação. Muito obrigada por todas as observações e contribuições que foram enriquecedoras para o trabalho.

Aos meus professores do mestrado: Álvaro, Igor Grill, Marcelo, Paulo Keller, Sérgio.

As minhas amigas, Josy e Andressa, por todos as angústias, momentos felizes e incertezas que compartilhamos juntas. Obrigada pela amizade e por todo o apoio.

A minha grande amiga Rimilla, que me ajudou com algumas fontes de pesquisa.

Ao meu grande amigo Hailton, obrigada pelo carinho, amizade e companheirismo.

A Isanda, companheira de pesquisa e de muitas idas ao campo. Obrigada por dividir vários momentos do trabalho comigo.

A Joana, que tive a felicidade e a sorte de conhecer. Obrigada por compartilhar muitos materiais para a pesquisa e pelos momentos divididos nas últimas visitas ao campo. Sua contribuição foi fundamental para a realização deste trabalho

A Ana Léia e Valdir, moradores do Residencial e grandes amigos que nos receberam com muita alegria. A Ana Léia que faz um grande trabalho de alfabetização no Residencial, obrigada por sua companhia, pelas informações e por sempre nos receber. A Valdir, seus esposo, que também nos ajudou com o passeio de barco pelas margens do Rio Anil, obrigada.

Ao Hudson, síndico geral do Residencial, obrigada pelas informações e dicas durante a pesquisa.

A todos os moradores do Residencial que me receberam em suas casas na aplicação do questionário e àqueles que também se prontificaram em responder meus questionamentos. Muito Obrigada.

Aos vizinhos do Residencial, “Russo”, Teca e Vicentina primeiros moradores da rua dos Veleiros e Vila Gorete. Obrigada por me receber em suas casas e compartilharem um pouco de suas histórias de vida conosco.

Aos meus colegas de mestrado: Leomir, Eliane, Ricard, Deusamar, Jonathan, João, Tauan, Aurélio e Fabiano.

Aos funcionários da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em especial ao David que também participou desse momento de construção do trabalho, além de compartilhar dos momentos de brincadeiras e descontrações. Obrigada pela amizade.

A CAPES pela financiamento de minha permanência na pós-graduação através do consentimento de bolsa.

RESUMO

Esta dissertação tem por objeto o processo de socialização em novas moradias das pessoas que passaram a habitar no Residencial Rio Anil Camboa, construído pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC –, iniciativa do governo federal localizada na Camboa, bairro popular da região central da cidade de São Luís, Maranhão. Com a implantação desse programa, o PAC Rio Anil teve como objetivo remover as precárias formas de habitação que se encontravam na margem esquerda do Rio Anil, em especial as palafitas. Iniciado em 2007, o projeto abrangeu essas moradias dos bairros da Alemanha, Fé em Deus, Liberdade e Camboa, sendo construído três residenciais para abrigar estas famílias: Residencial Jackson Lago, Residencial Rio Anil Camboa e Residencial Monte Castelo. Primeiro Residencial inaugurado pelo PAC, entregue no ano de 2009, o Rio Anil Camboa abriga, em 288 apartamentos, divididos por 18 blocos, as famílias oriundas das várias “favelas” que compunham o antigo espaço das palafitas dos bairros que margeiam o Rio Anil. No entanto, a significativa mudança das precárias e insalubres habitações para o Residencial não ocorreu sem problemas ou conflitos, estes expressos nos atuais processos de socialização. Um desses conflitos, por exemplo, os moradores imputam à “mistura das favelas”, pois que a reunião de pessoas de diversos bairros dificultou o estabelecimento de vínculos entre elas. Além disso, algo com frequência verbalizado, os moradores sentem-se estigmatizados e vítimas do preconceito, já que o Residencial é conhecido por “Carandiru”, antiga penitenciária da cidade de São Paulo. Tal realidade, objeto de estudo complexo, faz com que a presente dissertação tenha como propósito compreender até que ponto os modos de convivência dos moradores são afetados por uma nova forma de habitação e a maneira de como estes constroem suas relações espaciais e sociais em um novo espaço de interação.

Palavras-chave: Camboa. Habitação. Palafitas. PAC. Residencial Rio Anil. Socialização.

ABSTRACT

This thesis has for intention the process of socialization in the new habitation of people who have to live in the Residential Rio Anil Cambodia, built by PAC (Development Acceleration Program), federal government initiative situated on Camboa, central popular district of city São Luís, Maranhão. With the implementation this program, the PAC Rio Anil was aimed to remove the precarious habitation forms who were in the left bank the river Anil, especially the stilts. Started in 2007, the project involves these houses the neighborhoods Alemanha, Fé em Deus, Liberdade and Camboa, having built three residences to house these families: Residential Jackson Lago, Residential Rio Anil Camboa and Residential Monte Castelo. First residential inaugurated by PAC, delivered in 2009, the Rio Anil Camboa houses on 288 apartments, divided in 18 blocks, the families from various "slums" integreted old space the stilts houses of neighborhoods that bordering the Anil river. However, the significant change of the precarious and unhealthy housing for residential not without problems or conflicts, expressed in current socialization processes. One of these conflicts, for example, residents impute to "mix of slums," as the meeting of people from different neighborhoods made it difficult to establish links between them. Also, something verbalized often residents feel stigmatized and victims of prejudice, since the home is known as "Carandiru", the former prison of the city of São Paulo. This reality, complex object of study, makes the present work has the purpose to understand to what extent the living modes of residents are affected by a new form of housing and the way of how they construct their spatial and social relations in a new space for interaction.

Keywords: Camboa. Habitation. Stilts. PAC. Residencial Rio Anil. Socialization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Nota sobre a Camboa	64
Figura 2. Nota sobre a Cia de Fiação e Tecidos Maranhense e foto do edifício da Fábrica	65
Figura 3. Foto aérea de 1969 do centro de São Luís.	68
Figura 4. A esquerda, foto aéreas da Camboa e Liberdade de 1969. A direita, foto de satélite da mesma área no ano de 2015.....	69
Figura 5. Distância de Alcântara em relação às áreas da Camboa Liberdade.....	70
Figura 6. Venda de carvão na avenida da Camboa, e embarcações atracadas debaixo da ponte Bandeira Tribuzzi.....	71
Figura 7. Lado esquerdo do rio Anil margeado por palafitas no ano de 2004.....	74
Figura 8. Palafitas com paredes de tábuas, lonas e madeirite e cobertura de telha “brasilit”	76
Figura 9. Divisões feitas por madeirite (esquerda) e jirau no fundo da cozinha (direita)	78
Figura 10. Passarela entre as palafitas (esquerda), barcos ancorados (direita).....	79
Figura 11. Rua Veleiros, Vila Gorete e Favela do Maruim	81
Figura 12. Imagem do Residencial com o nome dos blocos	95
Figura 13. Gráfico da faixa etária dos moradores entrevistados	100
Figura 14. Planta de um dos apartamentos do Residencial com os cômodos.....	110
Figura 15. Varais improvisados pelos moradores do Residencial Rio Anil Camboa..	111
Figura 16. Comércio improvisados nos apartamentos	113
Figura 17. Mapa das principais favelas que margeavam o rio Anil.....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Situação empregatícia.....	101
Quadro 2. Mesma situação empregatícia desempenhada antes da mudança.....	102
Quadro 3. Situação empregatícia dos moradores que coincide com a situação anterior à mudança para o Residencial.....	102
Quadro 4. Maior grau de escolaridade da casa:.....	106
Quadro 5. Menor grau de escolaridade da casa	107
Quadro 6. Aspectos positivos com a mudança para o Residencial.....	116
Quadro 7. Aspectos negativos com a mudança para o Residencial.....	116
Quadro 8. Como avaliam a relação com os vizinhos	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição dos moradores por bloco de apartamento	96
Tabela 2. Principais locais de origem dos moradores	98
Tabela 3. Percentuais das situações empregatícias dos moradores antes e depois da mudança para o Residencial.	103
Tabela 4. Número de pessoas por casa antes e depois da mudança.....	118
Tabela 5. Sobre o preconceito sofrido enquanto morador na antiga e nova moradia	128

LISTA DE SIGLAS

ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEI	Centro de Estatística e Informações
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
COHAB	Companhia de Habitação Popular
COHAFUMA	Cooperativa Habitacional dos Funcionários da Universidade Federal do Maranhão
COHASERMA	Cooperativa Habitacional dos Servidores do Estado do Maranhão
COHATRAC	Conjunto Habitacional dos Trabalhadores Comerciais.
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte
EFSLT	Estrada de Ferro São Luís- Teresina
FJP	Fundação João Pinheiro
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social
GAEPP	Grupo de Avaliação e Estudos da Pobreza e das Políticas Direcionadas à Pobreza
IAPS	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MCMV	Minha Casa, Minha Vida
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação
SECID	Secretaria do Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
O Residencial Rio Anil Camboa como objeto de pesquisa	18
Metodologia, dados e fontes da pesquisa	22
A pesquisa de campo	24
Estrutura do trabalho	26
1 A QUESTÃO URBANA E A HABITAÇÃO	29
1.1 A questão da habitação no Brasil	34
1.2 A questão da habitação em São Luís	38
1.2.1 A constituição do espaço urbano ludovicense	38
1.2.2 Os estudos sobre o espaço urbano de São Luís	48
1.3 As políticas públicas de habitação	52
2. FORMAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DE DOIS BAIROS POPULARES:	
Camboa e Liberdade	57
2.1 Habitação popular em São Luís	57
2.2 Histórico de dois bairros populares: Camboa e Liberdade	62
2.3 As palafitas como “arquitetura do possível”	72
2.4 O Projeto PAC Rio Anil	84
3. O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO NO RESIDENCIAL RIO ANIL CAMBOA	90
3.1 Sobre o processo de socialização	90
3.2 O Residencial Rio Anil Camboa	94
3.2.1 Os moradores	99
3.2.2 A moradia	108
3.2.3 As relações de vizinhança	121
3.3 Ser morador do Residencial	127
3.4 Síntese sobre o processo de socialização	132
CONSIDERAÇÕES	134
REFERÊNCIAS	138
ANEXOS	145
APÊNDICES	147

INTRODUÇÃO

A presente dissertação situa-se no campo da sociologia urbana, pois que desenvolve um estudo do fenômeno urbano no Brasil, em especial da cidade de São Luís, Maranhão. Mais especificamente, ela discute as novas moradias populares construídas no bairro da Camboa - o Residencial Rio Anil Camboa - através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Deste modo, no que se refere a questão habitacional, esse trabalho busca dar continuidade às investigações sobre o processo de socialização em espaços de habitação, iniciado anteriormente no período da graduação.

Tendo como título “O Processo de Socialização nos Condomínios Horizontais Fechados em São Luís”, o estudo anterior buscou situar a inserção dos condomínios de classe média e alta no contexto de urbanização da cidade de São Luís, ao mesmo tempo que tentou compreender as relações sociais dentro destes espaços, já que os condomínios caracterizam um tipo de moradia específico de segmentos sociais de classe média e alta da cidade e são o exemplo nítido do que Caldeira (2000) denomina como “enclaves fortificados”¹, configurando-se no espaço urbano como novos padrões de segregação socioespacial. Além disso, o estudo de caso em três condomínios horizontais fechados, localizados nos bairros Cohama e Turu mostrou o cenário dos condomínios fechados em São Luís que são caracterizados por suas localizações próximas as faixas litorâneas da cidade, com melhores serviços e estruturas urbanas à disposição. O perfil daqueles que residem nestes imóveis enquadra-se em um padrão específico para a demanda das residências, pois geralmente possuem renda acima de 15 salários mínimos e nível superior completo de escolaridade, o que contrasta com grande parcela da população do estado, no qual, de acordo com os dados do IBGE, no ano de 2012, 92% da população do Maranhão tinha renda mensal de até três salários. O que denota uma grande concentração de renda e uma disparidade social.

¹ Teresa Caldeira denomina os “enclaves fortificados” como o principal instrumento de segregação espacial, onde eles consistem em: “[...] espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os “marginalizados” e os sem-teto. (*Idem*, 2000, p.211) Ver: **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.

No que se refere às relações nestes espaços, na maioria das vezes, são ponderadas, e obedecem uma lógica que vai de encontro ao compartilhamento dos mesmos espaços de convívio, das afinidades e formalidades no ambiente do condomínio (OLIVEIRA, 2013).

A pesquisa sobre o processo de socialização nos condomínios horizontais fechados demonstrou que a construção de condomínios fechados na capital iniciou-se entre as décadas de 1980 e 1990, com a falência dos programas populares e a incorporação de São Luís ao mercado imobiliário privado. Apesar da inserção de programas de moradias populares ser anterior a esse momento, com os conjuntos populares financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e pela Companhia de Habitação Popular do Estado do Maranhão (COHAB-MA), o grande investimento em habitações populares é algo ainda muito recente no cenário da cidade. Porém, no histórico processo de urbanização de São Luís, o acesso à moradia sempre foi uma de suas grandes problemáticas, sendo que na maioria das vezes a impossibilidade de acesso à terra acarretou na ocupação de áreas sem infraestrutura, como água, saneamento e luz elétrica, gerando ocupações às margens dos rios Anil e Bacanga.

Essa realidade demonstra o contraste da composição socioespacial da cidade, uma vez que São Luís apresenta um histórico de concentração de habitações precárias, tendo um dos maiores déficits habitacionais do país, o que reforça a importância da implementação de políticas habitacionais para essa capital, que ao longo de sua urbanização foram pouco expressivas.

É nesse contexto que o atual trabalho está voltado, tentando compreender o processo de socialização das populações que passaram a habitar em moradias planejadas por políticas habitacionais. Uma vez que estas populações faziam parte de um grande contingente que ocupava áreas consideradas pelos setores técnicos como áreas de risco, como áreas alagadas e de mangue, sendo as palafitas a expressão do tipo de moradia que compunham essas áreas. A implementação de políticas habitacionais nessas áreas foi possível com o advento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007 e logo depois com o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) em 2009.

No que diz respeito ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), este teve como finalidade um conjunto de medidas que visavam contribuir com o crescimento econômico do país por meio do aumento de investimentos em infraestrutura, pelo estímulo ao financiamento e ao crédito, bem como através do

aperfeiçoamento do sistema tributário e da adoção de medidas fiscais. (DIEESE, 2007). Apesar de apresentar vários eixos, o advento do PAC, em 2007, indicou como prioridade a urbanização de assentamentos precários e, no ano seguinte, o Plano Nacional de Habitação (PLANHAB) estabeleceu as diretrizes da política habitacional como forma de sua integração com a política urbana, tendo assim o PAC um grande impacto no que se refere a urbanização de áreas precárias. (FERREIRA, 2014)

Já o Minha Casa Minha Vida, apesar de ser um programa diferente do PAC, tem como único foco o financiamento e construção de habitações, distribuindo recursos para as unidades federativas proporcionalmente ao déficit habitacional de cada estado e também de acordo com as faixas salariais familiares: até três salários mínimos; entre três e seis salários mínimos; de seis a dez salários mínimos. (MOREIRA; RIBEIRO, 2016). Logo, com a inserção desses dois programas, o tema da habitação voltou a ser debatido no Brasil, que passou um longo período (desde a extinção do Banco Nacional da Habitação na década de 1980) sem grandes investimentos para urbanização e construção de habitações. Estes dois programas fizeram-se presentes tanto na capital São Luís como por todo o estado desde o início de sua implantação, já que o Maranhão, em especial, é o estado do nordeste com o maior déficit habitacional, como também o maior em número de moradias precárias, e um dos estados com maior percentual de renda familiar de até três salários², o que faz os programas do PAC e Minha Casa, Minha Vida na realidade maranhense serem políticas importantes no combate ao déficit habitacional.

Na capital do Maranhão, São Luís, é onde se concentra a maior quantidade de aglomerados subnormais³ do estado, 39 dos 87 aglomerados (GAEPP, 2014). O programa denominado “PAC Rio Anil” surgiu com a finalidade de resolver o problema das moradias precárias, palafitas, situadas na margem esquerda do Rio Anil. Resultantes do histórico problema de acesso à terra, como também dos processos de urbanização e crescimento populacional na capital, a ocupação de áreas alagadas próximas aos manguezais consumou-se em solução encontrada para a permanência das populações mais pobres na cidade.

² Déficit habitacional do Maranhão em número absolutos:407.965; número de habitações precárias: 282.491; renda mensal familiar (salários mínimos): até três salários= 92,1%. Fonte: Dados Básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).2012;2013. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estatísticas e Informações.

³ Os termos como aglomerados subnormais, habitações precárias, moradias ilegais, etc., são aqui referenciados a partir da perspectiva de setores técnicos burocráticos, como IBGE, para designar moradias que não se enquadram no padrão estabelecido por estes setores.

Esse problema só começou a ser resolvido com a inauguração do PAC Rio Anil, em 2007, com a remoção das palafitas dos bairros da Alemanha, Fé em Deus, Liberdade e Camboa, e a transferência das populações para apartamentos construídos pelo projeto. Além disso, também foram realizados melhoramentos infra estruturais nas áreas, como a construção de uma avenida e urbanização nos locais alagados.

Com a remoção das palafitas os moradores foram transferidos para o primeiro residencial inaugurado pelo programa, denominado “Residencial Rio Anil Camboa”, onde foram construídos 288 apartamentos divididos em 18 blocos. Dada a transferência dos moradores das palafitas para o Residencial Rio Anil Camboa, abordaremos em nossa análise o impacto da mudança de um estilo de vida, visto que a nova moradia requer uma outra forma de relação com o espaço, com regras e modos de conduta que são exigidos no “espaço racionalizado” que são os apartamentos, e as consequências para os moradores desse novo tipo de vinculação. Nessa perspectiva, observamos a mudança de uma lógica das relações constituídas nas antigas moradias (lógica horizontal), para uma lógica da nova moradia (vertical) levando em conta que a mudança dessas populações para o Residencial envolve outros fatores que apontamos como importantes na compreensão de suas relações sociais. Nesse sentido, analisamos essa mudança como um processo de socialização que envolve interações, aprendizagens, conflitos e percepções no novo local de moradia.

Essa perspectiva contrasta com a visão dos projetos habitacionais e das próprias críticas atribuídas a estes projetos, considerando que existe por parte dos setores técnicos burocráticos “a crença” de que a construção de moradias, a urbanização e a transferência de populações das áreas em situações de risco resolveriam a problemática habitacional. Com base nessa convicção, enquadra-se o projeto do PAC Rio Anil, onde suas principais metas são a produção de habitação e melhorias habitacionais, como também benfeitorias realizadas nas áreas contempladas no projeto.

Essas medidas, de fato, podem garantir o acesso dessas populações às melhores condições de moradia, saneamento básico, proporcionando maior bem-estar. No entanto, estas são “soluções” que têm como foco as melhorias estruturais e que nem sempre e exclusivamente resolvem o problema da moradia. Isto porque existem outros fatores que não são levados em consideração, questões que não são

problematizadas, como o modo de vida dessas populações, seus conflitos, suas relações sociais e espaciais, o que também contribuem e influenciam como determinantes na moradia. Do mesmo modo que estes fatores não são levantados na maioria das críticas dirigidas a estes projetos, pois essas estão mais voltadas para os aspectos que envolvem a falta de planejamento, à especulação da terra, às concepções das políticas habitacionais, entre outros, questões que também são importantes, mas que dificilmente adentram a complexa realidade daqueles que são alvo por essas políticas.

Nesse sentido, a perspectiva da construção de moradias como algo que resolva a problemática habitacional é algo muito simplificador, pois, apesar do Programa PAC Rio Anil ter proporcionado a casa própria e melhores condições estruturais para os moradores das antigas palafitas (uma vez que, nas palafitas os moradores estavam mais vulneráveis aos incidentes naturais como alagamentos e desabamentos das casas provocados pelas chuvas, como também acidentes e doenças.), esse não conseguiu compreender que para além do déficit habitacional destas populações existe uma realidade complexa que envolve os costumes dos moradores relacionados ao tipo de vida que tinham nas palafitas, suas relações de vizinhanças, suas formas de sobrevivência, suas divergências. Isto é evidenciado pelos problemas que foram observados e nos relatos dos moradores do Residencial, como a convivência, a insegurança, a violência e o preconceito, o que demonstra que a questão da moradia não se reduz à obtenção de um espaço adequado para habitar, mas que envolve muitos outros problemas sentidos pelos moradores. Dito de outro modo: o que demonstra que a moradia não se constitui exclusivamente como o único problema vivido pelos habitantes do Residencial Rio Anil Camboa. Para além de um direito, a habitação representa muito mais que um espaço construído. Ela tem símbolos e signos, tem relação com o espaço, com o modo de viver e com o habitar, que envolve afetos, convivências, histórias. É nesse aspecto que nosso trabalho tenta compreender o que significa a nova habitação para os moradores da Camboa, o que representava a antiga moradia (palafita) e como um local de moradia pode ter tanto significado nos vínculos destes moradores, assim como a mudança para os apartamentos do Residencial Rio Anil Camboa pode ter muitos significados além dos relacionados à questão habitacional.

O Residencial Rio Anil Camboa como objeto de pesquisa

Inaugurado em 2009, o Residencial Rio Anil Camboa foi o primeiro conjunto habitacional do PAC Rio Anil que abrigou os moradores das antigas palafitas dos bairros Liberdade e Camboa. Por ser o primeiro residencial inaugurado, buscamos abordar a vida dos moradores no Residencial, tentando situar suas particularidades, para compreender como eles estão lidando com o novo estilo de moradia. Desse modo, em nossa análise, foi importante destacar elementos que comparassem a antiga e a nova moradia.

Por ser a palafita a maioria das antigas moradias dos habitantes do Residencial, faz-se necessário problematizar a palafita enquanto forma de habitação. Assim, o primeiro obstáculo a ser superado na construção do nosso objeto se deu em como transformar um problema social, que é a habitação, em um problema sociológico. Para isso, destacamos o que Bourdieu; Chamboredon; Passeron (1999) colocam: por mais parcelar e parcial que seja o objeto de pesquisa este só pode ser definido e construído em razão de uma problemática teórica, em que aspectos da realidade possam ser submetidos a uma interrogação sistemática a respeito da questão que lhe é formulada.

Tomando essa perspectiva como referencial, o trabalho visa problematizar até que ponto as palafitas são um modo de “habitação inadequada” pois, por um lado, diante da realidade de segregação social dos grandes centros, estas representam a solução para aqueles que não podem “pagar” por um direito social que é a habitação. Por outro, representam o problema histórico que é o acesso à moradia, onde seus moradores arriscam-se em condições precárias, habitando em áreas alagadas ou em terrenos irregulares, com ausência de serviços públicos essenciais, como: coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia e iluminação pública. As palafitas, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo IBGE (2010), enquadram-se nas classificações de aglomerados subnormais, pois correspondem ao tipo de habitação com essas características, e com ausência de título de propriedade e de infra estruturas básicas, além de estarem situadas em locais menos valorizados pelo setor imobiliário.

No *Plano de Reassentamento do Rio Anil* (Governo do Estado do Maranhão, 2008), a palafita é designada como ocupação de área de risco em “área molhada”, que significa encontrar-se em áreas de manguezais. Esta classificação coloca a

palafita como um tipo de habitação condenável, que é precária em infraestrutura e saneamento básico e localiza-se em área de risco. Porém, para além de um tipo de habitação precária, a palafita também é uma habitação que faz parte de um estilo de vida de ribeirinhos e populações indígenas, e que foi adaptado pelas populações migrantes que acabaram ocupando as áreas nas margens do rio Anil. Não obstante, na nossa pesquisa foram constatadas que estas populações em sua maioria são advindas do interior do estado, principalmente das regiões do litoral e da baixada maranhense, regiões estas que tem um histórico e uma relação muito próxima com estilo de moradia em palafitas.

Além disso, a grande atividade de pesca no local também indica um vínculo dos moradores com seus locais de origem e com o estilo de vida que também está ligado com as palafitas. Nesse sentido, a palafita não pode ser considerada apenas como um tipo de habitação precária, pois existe também na concepção desse tipo de moradia uma “arquitetura” relacionada à uma cultura, formas de habitar próximos a lagos e rios e de acesso ao mar, mesmo que para os “setores técnicos” esta não seja considerada uma forma de habitação que corresponda às características de uma habitação “legal”.

Para os moradores do Residencial Rio Anil Camboa, suas antigas moradias significavam, como coloca Maricato (1982), uma “arquitetura do possível”, em que estavam relacionadas também com suas atividades de sobrevivência, como a pesca, a criação de animais (porcos e galinhas), a retirada de mariscos do mangue, etc., além das relações de vizinhança, dos momentos compartilhados em meio as situações de dificuldade.

Outra questão que também merece ser problematizada se refere ao modo como os moradores intitulam as aglomerações de palafitas existentes por toda a margem do rio Anil, formando pequenas “vilas” denominada por esses de “favela”. Sendo assim, os moradores do Residencial vieram de diversas favelas, tendo cada favela uma nomenclatura. Assim como a palafita, a favela também se enquadra nas definições de aglomerados subnormais. Ela é a forma mais representativa dos problemas em relação à habitação no Brasil, por se constituírem em habitações construídas em terrenos ocupados ilegalmente.

Em nossa análise, o fato dos moradores do Residencial utilizarem-se do termo “favela” para mencionarem suas moradias demonstra que, além da situação de “ilegalidade”, há uma forma negativa para designar suas condições. A utilização do

termo favela reforça a condição de inferioridade dos moradores pelo “peso” que o termo carrega, também ressalta os laços quando mencionam suas favelas de origem, e as rivalidades, quando referem-se às favelas de outros. Deste modo, no contexto de nosso trabalho, as favelas estarão relacionadas aos locais das antigas moradias e que expressam uma dualidade, pela condição dos moradores como também pelos vínculos do local de moradia. A significação que esses locais têm, a palafita, a favela, a periferia, são destacados por Caldeira (2000) como espaços do crime e de criminosos, e associados como locais sujos e poluidores. Isso é reforçado nos estereótipos reproduzidos nas narrativas ambíguas dos próprios moradores que reiteram em suas falas que “moravam na lama” e que a nova moradia tende a orientar um padrão de comportamento mais “civilizado”.

Considerando essas narrativas, foi observado também nas entrevistas e conversas, a existência de diversos discursos associados com o modo de ser dos moradores, discursos estes que são determinantes nas relações dentro do Residencial, sendo eles: “a mistura das favelas”, “ser morador de maré”, “sair da maré, mas a maré não sair dele”, “morar no seco, morar no molhado”. Estes discursos estão sempre relacionando às condições dos moradores com o seu passado enquanto moradores das palafitas e aos condicionantes do espaço em relação à natureza. Além disso, há também o estigma associado aos moradores do Residencial que é designado como “local de bandidagem”, um problema relatado pelos que são distinguidos pelo local de moradia, sendo alvos de preconceitos e discriminações, o que gerou um apelido ao Residencial de “Carandiru”, antiga penitenciária da cidade de São Paulo. Esses estereótipos ao mesmo tempo que são sofridos pelos moradores também são reproduzidos por estes, quando criam distanciamentos referindo-se à “mistura das favelas” e ao mesmo tempo que são taxados por habitarem no “Carandiru”.

Dessa forma, para que possamos ultrapassar esses discursos é necessário, antes de tudo, saber que os discursos existem na produção de estereótipos (FOUCAULT, 2008). Com relação ao nosso objeto de estudo, os discursos associados às condições de vida dos moradores, tendo em vista que os bairros de origem destes também são bairros estigmatizados, por serem bairros periféricos e mediatizados como locais violentos, reforçam os estereótipos e também acionam as relações de disputas existentes no Residencial. Para analisar este aspecto, utilizamos o conceito de identidade social de Goffman (1978, p.117), que permite compreender e “considerar

o papel do controle de informações na manipulação do estigma. Dada essas problemáticas, retornamos a nossa questão principal, de que o objetivo do projeto PAC Rio Anil de trazer melhores condições de vida através das construções de habitações, vias de acesso, regularização fundiária, etc., apresentando um padrão de moradia pensado como “melhor” para a substituição das palafitas, é uma concepção muito simplificadora, considerando os aspectos que não foram levados em conta dessas populações, como suas atividades de sobrevivência, suas relações com o espaço e seus conflitos intensificados com a mudança para os apartamentos. Isso não quer dizer que estamos considerando que a vida dos moradores nas palafitas era pacífica, pelo contrário, entendemos que a vida social é constantemente permeada de contradições e tensões. E é nesse aspecto que situamos nossa análise.

Nesse sentido, todo processo de socialização envolve um modo de aprendizagem como também conflitos. Assim, analisaremos o processo de socialização dos moradores do Residencial Rio Anil Camboa na perspectiva de autores que consideram a sociedade não como um resultado, mas como um processo que se dá nas instâncias das contradições da vida social. Com base em Elias (1994), analisamos que a mudança dos moradores das palafitas para o Residencial ocorre como um “processo civilizador”, em que os sujeitos tem que passar por um padrão de comportamento e autocontrole exigidos pelo novo padrão de moradia. Com base nisso, Elias destaca que “nenhum humano chega ao mundo civilizado, e que o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofre é uma função do processo civilizador social.” (ELIAS, 1994 p.15). Sua análise aborda as preocupações em relação às mudanças nas condutas e sentimentos humanos resultantes de uma racionalização dos comportamentos, sendo a análise dessas mudanças entendidas sob uma perspectiva processual.

Assim, nosso trabalho tem uma abordagem teórica que busca analisar de modo processual as relações dos moradores dentro desse espaço que é o Residencial Rio Anil Camboa, tendo em vista a relação indivíduo e sociedade. Para isso, com o objetivo de trazer melhores elementos para compreensão dessa complexa realidade, contamos com a utilização dos métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa.

Metodologia, dados e fontes da pesquisa

A pesquisa sobre o Residencial Rio Anil Camboa abrangeu fontes primárias e secundárias. Destas últimas fontes, pode-se destacar os estudos e análises dos trabalhos sobre o histórico da urbanização de São Luís, como também a urbanização no Brasil, além dos trabalhos que discutem a questão da habitação e também o programa de Aceleração do Crescimento e o projeto PAC Rio Anil, estes dois últimos ainda muito recentes. Além disso, também levantamos dados de fontes documentais da Secretaria do Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID, fontes de notícias online, dados técnicos e relatórios. Como fontes primárias de nossa pesquisa, ocorreu a aplicação de questionários sobre uma amostragem de moradores e fizemos entrevistas com alguns deles – questionário e roteiro de entrevista construído a partir de um conhecimento prévio da realidade -, bem como levantamento fotográfico do residencial e da região onde esse se encontra. Num segundo momento, os resultados da consulta dessas fontes foram sistematizados e trabalhados – tabelando os dados e elaborando gráficos – pelo software PSPP⁴. Em síntese: a amplitude de dados, fontes e informações que tivemos acesso e o suporte técnico-informacional com que trabalhamos nos permitiram compreender como ocorreu a construção histórica dos espaços e das vivências dos moradores daquela área da cidade de São Luís.

No que diz respeito aos dados sobre o projeto PAC Rio Anil, são poucas ou raras as informações oficiais do projeto, o que dificultou o acesso ao número total de famílias retiradas das palafitas, assim como o método que fora utilizado para a ocupação dos apartamentos - se através de sorteio ou critérios de vizinhança -, além das datas de mudança dos moradores para o Residencial, que ocorreu em dois períodos⁵. Essa dificuldade na obtenção de dados demonstra as falhas no planejamento e execução do projeto PAC Rio Anil, que teve um histórico de diversas gestões e empresas responsáveis ao longo de nove anos, do início à implementação do projeto⁶; isso é percebido nas lacunas de informações que se desencontram e se confundem.

⁴ *Public Social Private Partnership*. O PSPP é um software estatístico livre que permite a análise e o gerenciamento de dados.

⁵ Os primeiros blocos do Residencial foram ocupados no final do ano de 2009 e os demais no ano de 2010.

⁶ Para mais ver: BURNETT, Frederico Lago; SILVA, Joana Barbosa Vieira da. O espaço da ciência e da técnica na urbanização de assentamentos precários: uma análise da gestão do PAC Rio Anil em São Luís, Maranhão. **Seminário URBFAVELAS**. São Bernardo do Campo, São Paulo.2014.

Nesse aspecto, a falta de informações específicas do projeto, como por exemplo o número preciso de moradores que saíram das palafitas e passaram a habitar o Residencial Rio Anil Camboa, dificultou o acesso ao banco de dados com informações dessas famílias para o levantamento da amostra e elaboração do questionário. Com isso, a adoção do número de questionários aplicados seguiu os critérios estatísticos, levou em conta uma amostra com um percentual de 95% de confiança e que, segundo Larson e Farber (2010), são apropriados para o estudo com populações finitas. Como forma de ter um percentual equilibrado de números de questionários por bloco e por andar, foram realizadas em média 8,5 questionários por bloco, sendo em média 2,12 questionários por andar.

De acordo com Firdion (2015), as amostras do tipo representativas são importantes para melhorar os conhecimentos sobre um domínio, descrevendo suas particularidades e sua estrutura. Nesse sentido, os critérios adotados para a aplicação do questionário permitem a generalização da parte pelo todo.

A importância dos métodos quantitativos (questionários) e qualitativos (entrevistas), como técnicas de coleta de dados, na produção do trabalho está na combinação destes métodos que permite uma maior amplitude do que está sendo investigado, principalmente nos estudos de caso. De acordo com Yin (2010), o estudo de caso é preferido no exame de acontecimentos contemporâneos e tem a capacidade de lidar com uma variedade de evidências, como: documentos, artefatos, entrevistas e observações.

Assim para o nosso questionário, o levantamento de dados a respeito dos moradores do Residencial Rio Anil Camboa explorou três eixos. Inicialmente, o perfil dos moradores, localizando fatores como cidade de origem dessas famílias, grau de escolaridade, renda e suas ocupações. Em seguida, em relação a moradia, a quantidade de cômodos e o número de pessoas que habitavam nas antigas habitações e o número de pessoas que residem na atual, assim como o grau de satisfação dos moradores em relação à atual moradia. Por último, o eixo que trata das relações dos moradores com seus vizinhos e em relação a nova habitação, tentando compreender como estes analisam suas relações com os vizinhos depois da mudança para os apartamentos, sendo que foram também indexadas observações a respeito do que os moradores consideram como pontos positivos e negativos de sua mudança para o Residencial, além de observações relacionadas aos preconceitos e discriminações na nova moradia.

Essa demanda pela utilização de duas abordagens em nossa pesquisa, com a utilização de dados objetivos (questionário, documentos, relatórios) e dados subjetivos (entrevistas e conversas) demonstram a necessidade de que para compreender o processo de socialização dos moradores na nova moradia é importante entender de que modo essas experiências estão sendo vividas.

Após o levantamento destes dados iniciais, em seguida foi realizada a pesquisa de campo que ocorreu em três momentos.

A pesquisa de campo

A pesquisa de campo ocorreu, primeiramente, por meio de visitas aos finais de semana, quando se conversava informalmente com moradores. Depois, com a aplicação dos questionários nas residências e, por último, com entrevistas com moradores vizinhos do residencial, que vivem na rua dos Veleiros, vila Gorete e na “favela do Maruim”, locais de origem de muitos “ex palafitados”.

Inicialmente, o primeiro contato com os moradores do Residencial Rio Anil Camboa ocorreu juntamente com uma colega do doutorado, que também faz pesquisa na área. Foram realizadas visitas entre os meses de janeiro, fevereiro, abril e maio de 2015, conversando e entrevistando os moradores sempre nos finais de semana, no período da tarde, nas calças dos apartamentos, onde geralmente os moradores ficam conversando.

De início, conversamos aleatoriamente com os moradores do Residencial, depois, foram indicados “informantes chaves” com quem pudéssemos conversar e entrevistar, como o responsável pelo Residencial, uma espécie de “síndico geral”, que aconselhou que os questionários poderiam ser aplicados pessoalmente nas residências dos moradores.

No que se refere às entrevistas, optamos por uma metodologia que deixasse o entrevistado mais livre, como uma conversa, em que este pudesse dar as informações sem pressa. Esse tipo de abordagem é, segundo Thompson (1998), importante para fazer um registro subjetivo sobre a própria vida do informante, mas que, antes disso, é preciso estabelecer um contexto social, com objetivo, uma pergunta inicial que norteie a entrevista. Nesse sentido, em nossas entrevistas e conversas foram abordadas questões básicas, como os aspectos que mudaram na vida dos moradores com a ida para os apartamentos, a relação com os vizinhos, a

violência. Essas questões fizeram parte do roteiro das entrevistas e conversas na medida em que estes temas se tornavam mais frequentes nas falas dos moradores.

Em seguida, para aplicação do questionário foram visitadas as residências dos moradores durante os dias da semana, geralmente pela manhã, de duas à três vezes na semana nos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2015. Foram aplicados um total de 154 questionários, todos pessoalmente (face a face), para a população de 288 apartamentos, totalizando 53% dos apartamentos do residencial. A aplicação pessoal do questionário possibilitou uma aproximação com os residentes. Essa forma de proceder permitiu uma maior compreensão do dia-a-dia destes moradores, pois pode-se observar suas situações e confissões de casos que dificilmente são relatados publicamente.

Durante o período de aplicação do questionário, minha presença no Residencial era frequente, pelo menos duas vezes na semana, o que gerava muita desconfiança por parte dos moradores que sempre me interrogavam e me confundiam com alguma funcionária da SECID⁷, ou sobre o teor da minha pesquisa, sempre sendo alertada sobre o que poderia escrever, e quem não mencionar em minhas anotações. O clima de desconfiança entre os moradores era frequente, e esse só fora quebrado com a minha frequência de visitas no Residencial, no qual sempre mencionava o nome de pessoas já conhecidas e com quem eu já conversara para obter a confiança daqueles com quem ainda não tinha conversado. Uma vez que estes já me cumprimentavam e me reconheciam pude ter maior confiança nas visitas ao Residencial.

Depois do período de aplicação dos questionários, foram retomadas as visitas ao Residencial em fevereiro e março de 2016. Estas visitas tiveram a companhia de duas colegas de campo que também foram importantes na construção do trabalho, principalmente no estabelecimento de vínculos com alguns moradores. Nesse sentido, essas últimas visitas já foram realizadas com maior aproximação entre os moradores, e que através de uma informante que ficou muito próxima, nos possibilitou conversar com moradores vizinhos do Residencial, antigos vizinhos da “favela”, como também realizar um passeio de barco nas margens do rio Anil.

⁷ Secretaria do Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano.

Deste modo, essa junção dos métodos quantitativos e qualitativos em nossa pesquisa nos permitiu estruturar nosso trabalho através das análises tanto dos dados e das fontes que destacam o fenômeno da urbanização da cidade com a chegada das políticas públicas de habitação até os dados obtidos no trabalho de campo com os questionários e as entrevistas que analisam como os moradores afetados por essas políticas de habitação estão vivenciando essa mudança de estilo de vida. Estes são aspectos que norteiam o nosso trabalho.

Estrutura do trabalho

Para a compreensão dessa realidade complexa, o trabalho foi dividido em três capítulos, onde são discutidos a urbanização e a questão da moradia a partir de uma revisão dos estudos urbanos, em geral, e da urbanização da cidade de São Luís, assim como os estudos do espaço urbano ludovicense; em seguida a constituição de dois bairros populares de São Luís e em particular a vida na palafita, com a reconstrução da noção de habitação pelo viés da palafita, apresentando uma breve etnografia da palafita; e por último, sobre o processo de socialização dos moradores do Residencial, com a descrição do Residencial Rio Anil Camboa apresentando as características do Residencial e de seus moradores e os efeitos da transferências nas relações sociais desses moradores no novo ambiente de moradia.

Assim, no primeiro capítulo, “A questão urbana e a habitação”, apresentamos uma discussão sobre a questão habitacional. Nele trataremos das abordagens sociológicas sobre os temas da urbanização e da moradia, nos autores clássicos e atuais, relacionando-as com os programas governamentais que promovem a construção de moradias populares e a urbanização das periferias das cidades brasileiras, tendo também como referência a cidade de São Luís, e apresentando também um panorama do seu processo de urbanização ludovicense até chegar nos programas habitacionais do PAC e o Minha Casa, Minha Vida.

No segundo capítulo, “Formação e características de dois bairros populares: Camboa e Liberdade”, compreende a apresentação de um panorama sobre as moradias populares em São Luís, apresentando sobre a óptica dessas formas de habitação a constituição da desigualdade socioespacial ludovicense. Ainda, considerando essa desigualdade, apresentamos a formação de dois bairros populares que são caracterizados desde sua origem pela presença de habitações precárias

como as palafitas. Além disso, analisaremos a palafita como uma forma de habitação possível para essas populações que ocupam essas áreas, fazendo uma etnografia sobre a vida na palafita. A construção desse tipo de moradia corresponde não só ao que Maricato (1982) denomina de uma “arquitetura do possível”, mas também a uma arquitetura que dispõe de técnicas próprias de construção relacionadas com a cultura daquela população. Assim, o objetivo desse capítulo é o de reconstruir a noção de palafita e de habitação com base em fontes documentais, além da própria percepção de seus ex-moradores, hoje habitantes do Residencial Rio Anil Camboa, sobre a perspectiva também de compreender como era a vida dos moradores neste tipo de habitação. Estas informações serão importantes para a construção de uma breve etnografia sobre a palafita apresentada neste capítulo.

No último capítulo, “O Processo de socialização no Residencial Rio Anil Camboa”, abordaremos como a mudança para o Residencial afetou as relações dos moradores e como estes estão lidando com o novo padrão de moradia. Nele, faremos uma caracterização dos moradores, levantando seus perfis, suas relações com as antigas moradias, bem como suas perspectivas e avaliações sobre a nova moradia, onde foram avaliados e cruzados os dados coletados por meio de questionários – que formulamos e aplicamos durante a pesquisa. Além disso, analisaremos os discursos dos moradores, coletados em entrevistas e durante a aplicação de questionários. Para a nossa análise, utilizaremos o conceito de processo de socialização na perspectiva de autores como Durkheim (1955), Simmel (2006; 2013a) e Elias (1992;1994) que compreendem a socialização como um processo de aprendizagem, mas que também implica nas relações de interação não dissociando indivíduo de sociedade. Nessa perspectiva, serão analisadas as relações dos moradores no Residencial, como também suas relações fora da moradia, onde são destacados os conflitos resultantes da imposição de regras e normas, das relações de vizinhança, da violência física e simbólica que geram estigmas e preconceitos.

Em síntese, nosso trabalho tem como objetivo analisar a importância do significado da moradia levando em consideração as ações das políticas públicas de habitação em projetos como o PAC que mudaram o cenário das periferias e favelas, como na cidade de São Luís. Porém, mais do que uma avaliação de uma política pública, o trabalho centra-se na análise de outros fatores, não só o da urbanização, tais como as relações sociais construídas em um novo espaço de convivência que recolocam noutro patamar as complexas relações entre indivíduo e sociedade. Ou

seja, a presente dissertação permite mostrar que a solução do problema da habitação transcende a construção de moradias e que, conseqüentemente, envolve outros aspectos não menos importantes, como será mostrado a seguir.

1 A QUESTÃO URBANA E A HABITAÇÃO

A industrialização foi o marco da sociedade moderna, que propiciou o crescimento de grandes núcleos urbanos como também a mudança na ordem social vigente. Para a sociologia, desde o seu nascedouro, esse fenômeno colocou o desafio e a exigência de uma explicação sobre a maneira como a vida social foi alterada com a constituição daquele novo espaço possuidor de uma dinâmica e de uma intensidade nunca vistas.

Esta realidade ganha força com o advento do processo de industrialização, onde as cidades, não só pelo modo de como se organizam econômica e burocraticamente, serão caracterizadas também pela concentração de pessoas e pelas precárias condições de vidas das populações. Em consequência, a falta de habitação constituirá em um dos grandes problemas que acompanharão o crescimento das cidades.

Essa preocupação não só em conceituar mas também em analisar as especificidades no modo de vida das cidades industriais, será pano de fundo das investigações de autores clássicos da sociologia. Nessa perspectiva, (apesar de não possuir uma obra especificamente sobre o tema da cidade), Marx (1996) descreve em *O Capital* a passagem da sociedade feudal para a capitalista, demonstrando o processo de desapropriação dos meios de vida do camponês para se formar a base para força de trabalho necessária para as indústrias. Como pontua Marx, eram necessários “trabalhadores livres”, livres dos meios de produção para que com uma polarização⁸ estivessem dadas as condições para o modo de produção capitalista. É através da institucionalização da propriedade privada rural que esses camponeses são destituídos de suas terras e transformados em “trabalhadores livres”. Este processo provocou o êxodo do campo para cidade, o que fez estas crescerem enormemente. Assim, com o advento da industrialização, a cidade será palco das desigualdades, produção de produtos e das lutas de classe.

⁸ Essa polarização é delimitada por Marx, da seguinte forma: “[...] duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia: do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho.[...] (MARX, 1996, p.340) Ver: **O Capital**, Capítulo XXIV, “A assim chamada acumulação primitiva”. Livro I, Tomo II. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

Assim como Marx, Engels (1983; 2008) também tratou das transformações das cidades industriais. Porém, esse autor discutiu mais especificamente sobre a problemática da moradia, o que torna sua obra um referencial neste tema. Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, no capítulo intitulado “As Grandes Cidades”, ele analisou de perto a situação da classe trabalhadora inglesa. Apresentou as descrições sobre o modo de vida do proletariado fabril em suas más condições de habitação e nutrição, as péssimas condições de saneamento das ruas, as milhares de pessoas sem teto e a morte causada pela fome, principalmente nas cidades de Manchester e Liverpool, berços da industrialização. Segundo Engels (2008, p. 110-111):

[...] As grandes cidades são habitadas principalmente por operários, visto que, na melhor das hipóteses, há um burguês para dois, por vezes três e alguns sítios para quatro operários; estes operários nada possuem e vivem do seu salário que na maior parte das vezes só permite subsistir no dia-a-dia. A sociedade, individualizada ao máximo, não se preocupa com eles, e deixa-lhes o cuidado de proverem as suas necessidades e da família [...] Qualquer operário, mesmo o melhor, estar, pois constantemente exposto as privações, quer dizer, a morrer de fome, e um bom número sucumbe. **Regra geral, as casas dos trabalhadores estão mal implantadas, mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, húmidas e insalubres; nelas, os habitantes estão confinados a um espaço mínimo e, na maior parte dos casos, numa divisão dorme pelo menos uma família inteira** [...] As roupas dos trabalhadores também são, regra geral, medíocres e estão frequentemente esfarrapadas. A comida é geralmente má, muitas vezes imprópria para consumo, em muitos casos, pelo menos em certos períodos, insuficiente e, no extremo, há pessoas que morrem de fome. A classe operaria das grandes cidades apresenta-nos pois um leque de modos de vida diferentes. No melhor dos casos, uma existência momentânea suportável: para um trabalho duro, bom alojamento e comida menos má (do ponto de vista do operário, evidentemente, tudo isto é bom e suportável); no pior dos casos, uma miséria cruel pode ir até a ausência do fogo e casa e a morte pela fome [...] E não julguemos que esta gama de operários se limita a categorias fixas que nos permitiriam dizer: esta fração da classe operaria vive bem, aquela mal, sempre foi e será assim. Pelo contrário, se por vezes isso acontece, se certos sectores isolados ainda gozam de certa vantagem sobre outros, a situação dos operários em cada ramo é tão instável, que qualquer trabalhador pode ter de percorrer todos os degraus da escala, do relativo conforto a extrema necessidade, e até correr o perigo de morrer de fome.[...] (grifo nosso.)

Também, em “*Para a questão da habitação*”, a moradia vai ser discutida mais detalhadamente como um problema resultante do modo de produção capitalista, um problema que, de acordo com Engels, é necessário para a reprodução das desigualdades: que a falta de habitação é considerada como um dos males menores, secundários, das grandes cidades, pois, a falta de habitação se dá não somente pelo agravamento do escasso número de habitações, como também por suas más

condições, um problema que atingia não somente o proletariado, como também a pequena burguesia (ENGELS, 1983).

As obras de Engels e Marx são importantes na medida em que, conceituam-se como base para os estudos sobre o tema da habitação e os problemas decorrentes do crescimento das cidades, visto que é na literatura de autores marxistas que será discutida a questão da propriedade privada levando em conta a terra como um valor de troca. Sendo assim, nessa perspectiva, estão imbricadas as relações de trabalho e moradia, ou seja, o modo de sobrevivência com as condições de vida dos trabalhadores.

Não só a habitação apresenta-se como um dos problemas do crescimento das cidades. Na sociologia, também estão no foco das investigações questões como a vida cultural e mental dos indivíduos da metrópole. Estes fatores foram observados por Simmel, pois também registrou as transformações de cidades em grandes metrópoles, como Berlim e influenciou nos estudos da Escola de Chicago, reconhecida pelo desenvolvimento de pesquisas metodologicamente inovadoras.

Os problemas em relação à imigração e a pobreza da cidade de Chicago, ou seja, problemas esses relacionados ao seu enorme crescimento, foram fundamentais para tornar sua universidade num centro de pesquisa de questões relacionadas aos problemas urbanos. Sendo assim, a Escola de Chicago se tornará um referencial em pesquisas e trabalhos de temas ligados à cidade, que tiveram a influência das obras e ensaios de Simmel que abordam a socialização dos indivíduos, a racionalização das relações, e a marginalidade.

O próprio Simmel (1967) também observa as grandes cidades como locais de produção de mercadorias, assim como Marx (1996) e Engels (2008). Essa mudança em relação a função que caracteriza a cidade moderna é denominada por Simmel como uma “objetivação da cultura”, que irá resultar em uma preponderância de um “espírito objetivo” sobre um “espírito subjetivo”, o que significa a morte da personalidade dos indivíduos, no sentido de que o idealismo, a espiritualidade e a delicadeza são ultrapassados por conta de uma intensa divisão do trabalho, que faz um aperfeiçoamento unilateral desse indivíduo. (SIMMEL, 1967).

Esse mesmo aspecto é retomado na década de 1960 por Henri Lefebvre (2001), que analisa a passagem da cidade, como anteriormente produtora de obras de arte para, depois, com o advento da industrialização, a ser produtora de mercadorias; ou seja, na sua visão, a cidade que tinha um valor de uso passa a ter

um valor de troca. Lefebvre insere a preocupação com o espaço urbano e a urbanização que, segundo ele, é resultante da produção industrial e que não puderam ser analisadas por Marx naquela época, restringindo suas análises (no caso Engels) ao problema da habitação (LEFEBVRE, 2001).

Posteriormente, essas questões também irão ser discutidas em outros trabalhos de Lefebvre, quando então recorrerá à proposição da relação dialética do espaço; assim ele renuncia ao pensamento marxista economicista, que denomina determinismo econômico, e discute o urbanismo como uma ideologia. Essa relação dialética coloca a cidade como fruto das relações sociais, trazendo para os estudos urbanos a importância de pensar a cidade como resultante da projeção da sociedade sobre um local, ou melhor, uma *práxis urbana* (LEFEBVRE, 1999)

Tanto Simmel como Lefebvre levam a discussão do espaço para além de suas consequências históricas e econômicas como fatores determinantes, tratando a constituição do espaço como resultante também de ações subjetivas. Em Simmel (2013b), o espaço é considerado “uma atividade da alma, uma maneira humana de unir os estímulos sensoriais em si desconexos em visões unitárias” (p.76). Em Lefebvre, temos uma concepção do espaço como conjunto de relações: o espaço é produto e produtor, é um conceito teórico e uma realidade prática (OSEKI, 1996).

Mais recentemente, Harvey (1998) também irá caracterizar a cidade como local de criação de produtos, que denomina de cidade de consumo. A cultura como forma de mercadoria é evidenciada como um estilo de vida, seja na arquitetura, nos bens de consumo, na arte e na moda. Além disso, Harvey (2014) trata a urbanização como um fenômeno de classe⁹ e que obedece uma lógica da produção de excedentes. Contudo, ele também se aproxima do pensamento de Lefebvre quando retoma sua discussão sobre a cidade, no sentido de que a luta urbana está presente no cotidiano daquela; na compreensão do sociólogo francês os movimentos revolucionários tinham um caráter urbano.

Para Harvey, assim como para a maioria dos autores marxistas, existe uma estrutura urbana responsável que afeta as relações sociais. Nesse sentido, ele destaca que a urbanização desempenha um papel decisivo na absorção de capitais excedentes, tornando a qualidade de vida em uma mercadoria. Assim, a cidade passa

⁹ Segundo Vêras (2000), Harvey separa-se da tese de Lefebvre quando concebe o urbanismo dominando a sociedade industrial, enquanto o francês tem o urbanismo como um duplo aspecto: ideológico e institucional.

a ser dividida em partes distintas: quem pode pagar por um estilo de vida e ter acesso a todos os serviços e os que são subjugados, sem direitos aos serviços de saneamento, habitação e passivos a casos de desapropriação.

A habitação passa cada vez mais a ser não só uma mercadoria como também um meio propulsor da econômica, como aponta Harvey (2014). Em razão disso, o mercado imobiliário tornou-se importante nos Estados Unidos, como em outros países, pois atua como estabilizador da economia, tornando-se assim um processo que integra os mercados financeiros.

As discussões de Harvey (2014) chamam atenção para o que Engels (1983) já questionava sobre o valor que é atribuído à terra com o desenvolvimento das cidades modernas e o valor artificial abusivo que lhe é atribuído, quando para derrubar a casa de trabalhadores, substituindo-as. Este é o caso, atualmente, das desapropriações de áreas valorizadas e que são reocupadas e valorizadas por meio da construção de grandes empreendimentos imobiliários; Harvey chama esse fenômeno de “destruição criativa”, que destitui milhares de massas urbanas de qualquer direito à cidade. Esse caso também é destacado por Davis (2015), quando aponta as precárias condições de habitação como um fenômeno global e expõe a fragilidade do sistema especulativo imobiliário, algo não mais restrito aos países ditos subdesenvolvidos. Davis (2015) descreve os cenários de grandes capitais mundiais mostrando que, na medida que se urbanizam, a população favelada também crescerá. Essa urbanização desigual tem como consequência o fenômeno que indicará nas próximas décadas, além de uma superpopulação nas megalópoles, o surgimento de verdadeiras cidades constituídas por favelas.

Como visto, o problema da habitação observado por Engels nos prelúdios da constituição das cidades modernas não só agravaram-se com também tornaram-se um problema global. No caso brasileiro, essa situação é explicada historicamente pela concentração de terras e a expulsão de milhares de famílias do campo, resultando na migração para as grandes cidades. Ainda, a ocupação de assentamentos ilegais e o surgimento das favelas são exemplos do grande problema em relação ao déficit habitacional brasileiro, que passou a ser discutido a partir da década de 1960.

1.1 A questão da habitação no Brasil

A questão da habitação, nos estudos urbanos brasileiro, fundamentou-se em sua origem na teoria de Marx, em razão deles terem sofrido influência daqueles que trataram das condições de vida e reprodução da classe trabalhadora, particularmente da que se encontra nas grandes cidades do país, pois relacionam-se às precárias condições de moradia nas favelas e periferias.

A partir dessa perspectiva assim como Marx, Villaça (1986) destaca que a habitação trata de ser compreendida como um problema, após a abolição, com o surgimento do “homem livre”, concepção necessária para o modo de produção do capitalismo. Assim, no caso brasileiro especificamente, segundo o autor, a questão da habitação se faz presente desde o momento que passa a ser “vista” como um direito; ou seja, no Brasil, durante o período escravocrata, a falta de moradia não era considerada um problema social. Essa realidade muda gradativamente: primeiro, com o fim do trabalho cativo, fazendo a população negra ter também direitos; segundo, com o início e o incremento da industrialização do país e, terceiro, mais recentemente, com a inserção do direito à habitação incluído na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 25, em que destaca:

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle [...] (UNESCO, 1998, p.05).

Véras (2000), por sua vez, considera que as cidades brasileiras sempre evidenciaram casos de segregação, pobreza e contradições, desde o período colonial até atualmente, na era das “cidades globais”. São essas problemáticas do espaço urbano brasileiro que impulsionarão os trabalhos sobre habitação no Brasil.

De acordo com Valladares e Figueiredo (1981), a partir da década de 1960, com o crescimento da população brasileira, aumenta o interesse das pesquisas pela questão da moradia. Assim, essas pesquisas irão centrar-se sobre as formas precárias e irregulares de habitação, como as favelas¹⁰:

¹⁰ Valladares (2000) distingue em dois períodos as reflexões acerca da favela. O primeiro, que vai do início de século XX até a década de 1950, que tem como seus autores jornalistas, engenheiros, cronistas, médicos, assistentes sociais. No segundo período, a partir da década de 60 até os dias atuais, representado por pesquisadores universitários que tornaram-se especialistas na temática.

Quando, na década de 60, se formou em torno do tema da favela o primeiro núcleo de trabalhos sobre habitação no Brasil, não só a favela era tida como o próprio reduto habitacional da pobreza urbana como estava em voga nos meios acadêmicos e políticos a teoria da marginalidade social. Ligada ao surgimento e desenvolvimento de “bairros marginais” nas principais cidades latino-americanas, a marginalidade urbana apresentava-se em sua versão inicial enquanto uma problemática físico-ecológica. Era, então, sinônimo de “favela”, “mocambo”, “barriada”, “ranchos”, etc. Num segundo momento, esta abordagem é superada: “do habitat passa-se à maneira de viver e para uma situação de vida. Baixo nível de renda e educação, subemprego e desemprego, desorganização familiar, anomia, falta de participação social, foram entre muitos outros, traços associados a esses grupos.” [...] (KOWARICK, 1975 *apud* VALLADARES; FIGUEIREDO, 1981, p.26)

Além das precárias formas de habitação que compõem o cenário brasileiro, tendo a favela como seu principal exemplo do processo de “periferização”, outros aspectos dos estudos urbanos vão se fazer presentes, como as relações entre moradia e trabalho, a renda da terra e o uso do solo urbano, as lutas e os conflitos centrados na questão da moradia (VALLADARES; FIGUEIREDO, 1981). São temas que marcam o campo das investigações do crescente número de trabalhos da década de 1970. É nesse período também, segundo Valladares e Figueiredo (1981), que começam a surgir estudos sobre o fenômeno da “favelização” em outras cidades, como São Paulo, Salvador, Recife, etc., o que antes era mais restrito ao Rio de Janeiro.

Inicialmente, os estudos sobre a favela se concentrarão principalmente no Rio de Janeiro, onde se tem uma gama de pesquisas sobre programas de remoção das mesmas (Valladares, 1980); os estereótipos criados a respeito da população favelada, a violência e a criminalidade nestes espaços (Zaluar, 1994); temas que ganharam bastante relevância e foram influentes neste período da década de 1970.

Sobre a remoção de favelas no Rio de Janeiro, fenômeno presente na realidade carioca desde a década de 1960, Valladares (1980) destaca, ao analisar esse processo, que os problemas em relação as favelas não se tratavam apenas da questão habitacional ou de déficit habitacional não atendido pelo mercado imobiliário. A favela, constituía-se em solução “vantajosa” para seus moradores, visto que “está fora dos parâmetros institucionais e dentro das possibilidades concretas de cada um” (VALLADARES, 1980, p.40), ou seja, a favela era uma solução para a redução de gastos com moradia, transporte e outros fatores que não eram levados em consideração pelos programas de remoção e urbanização. Contudo, a autora destaca

que os programas de remoção não obtiveram êxito, fazendo com que as favelas continuassem a crescer.

Zaluar (1994), por sua vez, ao realizar sua pesquisa sobre o conjunto habitacional Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, vai destacar outra realidade das favelas cariocas. Não só as questões como condições de habitação e vida dos moradores das favelas estarão presentes na pesquisa, como também a criminalidade e, principalmente, a sua relação com a pobreza. Nessa perspectiva, Zaluar (1994) aponta a realidade dos moradores da cidade de Deus e o convívio com o local, como um dos principais focos do tráfico de drogas na época, levando em conta as práticas e as categorias estigmatizantes que compõem os espaços periféricos colocando em evidência a discussão sobre a violência urbana. Assim, a violência entrará como um tema bastante abordado em relação aos estudos urbanos no Brasil, principalmente no que se refere às periferias urbanas.

Em relação as pesquisas realizadas em São Paulo nesse período, entre as décadas de 1970 e 1980 são destacados os fenômenos de periferização, segregação e as desigualdades espaciais e sociais na metrópole.

Em São Paulo, Kowarick (1979; 2000) faz uma análise sobre as condições de vida e moradia das populações nas áreas periféricas na década de 1970. Através do conceito de espoliação urbana, ele retoma os preceitos marxistas e analisa as formas de reprodução das desigualdades na capital paulista.

O autor caracteriza o processo de expansão econômica no Brasil como um processo dilapidador, na medida em que seu crescimento econômico, conhecido como “milagre brasileiro”, também implicava na depreciação das condições de vida dos trabalhadores urbanos, acarretando no aumento da mortalidade infantil, diminuição dos salários, aumento do desemprego e, principalmente, no processo de periferização da cidade de São Paulo, sendo o problema da moradia popular e a ocupação do solo como resultantes desse processo.

Deste modo, as análises de Kowarick sobre o processo de degradação das condições de vida dos trabalhadores de São Paulo, que são relacionadas à expansão urbana, serão marcos para a compreensão dos estudos urbanos no Brasil sob a óptica das mais variadas temáticas, como a pauperização da vida na metrópole, a moradia popular e as lutas pela cidadania, indispensáveis para as reflexões sobre as cidades brasileiras.

Por esta perspectiva quem desenvolve vários estudos é Maricato.

No estudo sobre a solução da habitação para as classes populares das grandes metrópoles, por exemplo, Maricato (1982) chama atenção para o modo de produção das casas destas populações, pelo processo de autoconstrução. Essa prática é analisada e denominada como “arquitetura do possível”, pois, como coloca a autora, não há outra escolha possível que substitua a moradia da classe trabalhadora (MARICATO, 1982). É através de mutirões e de práticas solidárias que estas populações constroem suas casas, geralmente nos finais de semana ou nas horas vagas tomando a maior parte do orçamento familiar, reservado para a compra de materiais.

Outro tema que Maricato trata é o das desigualdades e a segregação territorial; é nesse sentido que discute a reprodução do modo de vida das camadas periféricas nas metrópoles, em especial na cidade de São Paulo. Ela também denomina de “cidade ilegal” os loteamentos e áreas ilegais de ocupação das populações pobres que se instalam em áreas de risco, sem ofertas de serviços urbanos e estruturas como transporte e saneamento básico. (MARICATO, 1995).

A própria ação do Estado sobre a cidade ilegal é criticada pela autora, na medida em que sua ação é tolerante com ocupações de áreas de interesse público em regiões de mananciais e mangue sem oferecer suporte às populações ocupantes destes espaços priorizando a conservação de terrenos privados para fins do lucro imobiliário. Isto explica a razão de Maricato (2003) criticar a tolerância do Estado quando da ocupação irregular do solo, tanto decorrente do déficit habitacional, ocasionando na expansão urbana sobre as áreas de preservação, quanto da lógica de especulação do mercado fundiário.

Ainda sobre a segregação, esse processo vai ser também abordado pelo discurso da cidadania, violência e a inserção de condomínios no espaço urbano.

Caldeira (2000) observa o processo de periferização de São Paulo e o surgimento de condomínios fechados como um novo padrão de moradia que se estabelece a partir da década de 1970. Além disso, a autora destaca o discurso da violência; denominado por ela como “fala do crime”, como um preponderante para a constituição de espaços privatizados, tornando a segregação social e espacial ainda mais evidentes, justificando a ocupação e o surgimento de locais denominados como “enclaves fortificados”.

Essa problemática, para Caldeira, resulta do fracasso das instituições de justiça, uma vez que o universo do crime e da violência vem moldando dois tipos de

discriminação: a privatização da segurança e a reclusão de grupos sociais em enclaves fortificados. Esses dois processos estão mudando a noção de público e espaço público, o que faz Caldeira considerar que produzem um sentimento de perda de vista dos direitos democráticos, pois esse novo padrão de segregação impõe barreiras aos direitos coletivos. Estes espaços privatizados se instituem como padrão de segurança e levam à impossibilidade da sobrevivência de uma vida pública.

Em síntese: esse panorama exposto acima apresenta as diversas perspectivas que perpassaram as pesquisas que colocaram a questão habitacional como pano de fundo dos estudos urbanos no Brasil, principalmente entre as décadas de 1960 a 1980.

No entanto, no que diz respeito à cidade de São Luís, apesar de ter um processo de expansão urbana tardio, a cidade possui um dos maiores déficits em relação a moradia resultantes do processo de ocupação desigual da cidade. Assim, para compreendermos essa realidade é necessário uma análise panorâmica do processo de urbanização ludovicense.

1.2 A questão da habitação em São Luís

1.2.1 A constituição do espaço urbano ludovicense

Fundada em 1612, a cidade de São Luís, capital do Maranhão, possui uma extensão territorial de 834.785 m² e com uma população de aproximadamente 1.073.893 de habitantes, segundo dos dados do IBGE, de 2010. A capital concentra o maior PIB¹¹ do estado, assim como também o maior número populacional, com 15% do total. São Luís é banhada pelos principais rios que formam sua península, os Rios Anil e Bacanga, importantes na composição do espaço geográfico da cidade. Além disso, a capital, juntamente com as cidades de Alcântara, Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, compõe a Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL), onde estas últimas cidades estão conurbadas com o espaço ludovicense.

¹¹ Produto Interno Bruto.

Desde a sua fundação, São Luís passou por vários momentos de altos e baixos em sua economia. Essa instabilidade influenciou na composição socioespacial da cidade. De modo sintético, destacaremos os principais aspectos do processo de constituição do espaço urbano de São Luís, necessários para a compreensão das ocupações ilegais e em áreas de risco pelas classes populares.

Inicialmente, a cidade originou-se da ocupação francesa, que durou apenas três anos, logo sendo tomada pelos portugueses, que foram responsáveis pela maior influência arquitetônica da cidade. Com pouca expressão econômica, a cidade de São Luís de fato só teve uma mudança significativa com a implantação da Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão, em 1755. Até então, a cidade, segundo Lopes (2008), tinha em suas características de ocupação o modelo lusitano, com a cidade alta concentrando as atividades administrativas, religiosas e militares e a cidade baixa, portuária, sendo o bairro da Praia Grande o local de comércio e troca de mercadorias, constituindo-se como o primeiro bairro e local do núcleo urbano de São Luís.

Assim, com o objetivo de garantir à Metrópole as manufaturas, a Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão, instituída por Marquês de Pombal, mudou o cenário econômico do estado, como também da capital, tendo um aumento em seu contingente populacional e propiciando a construção de equipamentos urbanos, impulsionando a urbanização da cidade:

[...]Em particular, a Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão, em 1755, introduziu no Maranhão o cultivo do algodão em larga escala, através da mão-de-obra escrava de origem africana. O bairro da Praia Grande, em São Luís, foi o principal ponto de recepção de escravos africanos que daqui eram vendidos para o restante da província. A migração de famílias do arquipélago dos Açores para São Luís e, sobretudo, a introdução do trabalho escravo africano colaborou para o crescimento populacional. Deste modo, na segunda metade do século XVIII ocorre o incremento da população da cidade que passa de 854 habitantes em 1718 para 16.580 em 1788, com impactos positivos na produção e com a concentração de atividades econômicas em São Luís. Ocorre, neste período, a valorização do solo urbano e se verifica uma maior diversidade nos tamanhos dos lotes. [...] A Companhia Geral do Comércio canalizava para São Luís e Alcântara a riqueza gerada pela agro exportação de arroz e algodão e pela comercialização de couros, impulsionando o processo de urbanização. [...] A cidade passou por diversas melhorias na infraestrutura urbana. Deste primeiro ciclo econômico surgiu uma série de melhoramentos urbanos executados ao longo do século XIX: calçamento em diversas ruas, implantação do Cais da Sagração (antigo Passeio Público, hoje Avenida Beira Mar) e reurbanização das principais praças da cidade. No ano de 1825 recebeu sua primeira iluminação pública abastecida com azeite. Com o surgimento de novos combustíveis a iluminação passou a servir-se do álcool terebentinado. Somente em 1861, a Companhia de Iluminação e Gás do Maranhão instalou a iluminação a gás de hidrogênio. (LOPES, 2008, p.18-19)

Com isso, o bairro da Praia Grande tornou-se o local de moradia dos comerciantes abastados e vários empreendimentos comerciais ali instalam-se, como: padarias, açougues, boticas, lojas de moda. (SANTOS, 2010). As moradias das classes mais opulentas da cidade vão ser diferenciadas pelos enormes casarões construídos, fator que vai determinar o poder aquisitivo daquela época, o que, de acordo com Abrantes (2012), a riqueza econômica vivida pela província naquela época refletia-se na melhoria da arquitetura urbana e no padrão de vida de muitas famílias.

Porém, essa opulência, econômica, refletida nos casarões que compunham o espaço da Praia Grande não era apenas fruto da economia manufatureira. De acordo com Ferreira (2014), existiu desde os primórdios da urbanização da capital uma tentativa de segregação espacial auxiliada pelas administrações públicas. Sendo assim, o autor destaca que a ocupação da Praia Grande, com seus melhoramentos urbanos, foi possível graças aos interesses comuns articulados entre Estado e os detentores de capital.

Para isso, Ferreira (2014) coloca que houve uma preocupação do Estado em controlar socialmente o acesso às terras para efeito de ocupação, onde através de ofício expedido em Dezembro de 1779 o governador condenava a existência de casas cobertas de pindoba – o que significa que eram construídas da palmeira de babaçu – com o pretexto de “enfeiar” a cidade. Essa preocupação estética com a cidade estava, na visão do autor, condicionada por dois motivos. O primeiro, seria o caráter econômico, necessário para dispor de moradia em São Luís. Com isso, foi incentivado a segregação socioespacial através da substituição do título pela simples posse da terra. O segundo, é que esses fatores fizeram com que as intervenções urbanas se localizassem nas áreas residenciais, nas áreas econômicas e de administração, ou seja, no núcleo da Praia Grande, fazendo com que a população periférica – negros e índios – habitassem nas áreas mais afastadas em relação à Praia Grande, sendo essas: Vila de Vinhas, Paço do Lumiar e Aldeia São José. (FERREIRA, 2014).

Deste modo, podemos observar que o padrão de segregação daquela época era instituído pela moradia, como pontua Medeiros (2007), em que este era distinguido pela proximidade de grupos sociais que, além de suas moradias, eram também diferenciados pelo consumo de bens públicos.

Além da opulência dos casarões e das intervenções urbanas destinadas ao núcleo da Praia Grande como elementos segregadores, podemos destacar o

surgimento, em 1842, do primeiro Código de Posturas de São Luís. Sua função, nada mais era do que disciplinar o uso dos espaços da cidade. De acordo com Carvalho (2005), podemos caracterizar o Código de Posturas como buscando:

[...] disciplinar o espaço da urbe ludovicense, definindo os espaços destinados à circulação de mercadorias, à venda, à construção de residências, à implantação de fábricas e ao lazer. Além de pretender definir os espaços urbanos, o Código apresentava ainda preocupações em disciplinar os usos possíveis dentro do solo urbanizado. (*Idem*, 2005, p.21-22)

Para o autor, o Código de Posturas era utilizado com a pretensão de reorganizar o espaço urbano, mas na verdade expressava um caráter civilizador de modo que visava a segregação dos atores sociais, gerando conflitos entre as populações mais pobres, uma vez que este código tinha um caráter modelador das condutas e que ia contra os modos e costumes dessas populações. Apesar de seu caráter disciplinador, podemos considerar o Código de Posturas como um dos marcos da urbanização de São Luís, tendo em vista que este tinha como objetivo manter a ordem pública diante do cenário de mudanças naquele período. Assim, o Código de Posturas vai se fazer presente na realidade ludovicense entre os séculos XIX e XX, com reformulações, acréscimos e decréscimos.

Mesmo que notáveis as mudanças nos primeiros passos da urbanização de São Luís no período agroexportador, estas mudanças não foram consideradas tão significativas para a urbe. Com o fim desse modelo econômico agroexportador escravista, no início do século XX São Luís passara por um declínio econômico assim como o estado. Os casarões que antes eram símbolos de riqueza vão tornar abrigos para as camadas mais pobres. Embora estagnada, a economia maranhense ganha um novo fôlego com as instalações de fábricas, principalmente têxteis, o que irá resultar no aumento populacional¹² e o surgimento de bairros proletários, tendo a cidade um novo processo de expansão urbana, como destaca Cordeiro:

O início do século XX em São Luís foi marcado pelos efeitos da crise final da economia agroexportadora. Era possível observar a queda do poder aquisitivo da elite ludovicense nas condições das habitações da cidade, a exemplo de muitos sobrados que antes ostentavam a opulência dos seus proprietários, e que estavam sendo transformados em cortiços para habitação das camadas populares. A instalação das fábricas têxteis também deixava marcas na fisionomia da cidade, à medida que provocava o aumento

¹² Esse aumento populacional, também está associado à migração de pessoas do campo decorrente dos conflitos da Balaiada que, envolvendo uma parte da província entre 1838 e 1841, provocou um aumento inesperado de habitantes na cidade. (ABRANTES, 2012).

demográfico e a suburbanização, com o conseqüente aumento dos limites da urbe, pois nos arredores das fábricas surgiram bairros proletários como: Madre Deus, Fabril, Camboa e Anil. (CORDEIRO, 2012, p.179)

Essa mudança na ordem econômica da capital, no início do século XX, é caracterizada pelo fim de um modelo escravista para o industrial, tendo o Maranhão deixado de ser uma província agrícola para se tornar uma província fabril (SANTOS, 2010). Isso significou, segundo Lopes (2008), que a burguesia rural precisou abandonar o campo e adaptar-se às novas condições de vida e trabalho na cidade, o que fez com que a venda das fazendas desvalorizadas, com o fim do modelo agroexportador, financiasse as instalações de fábricas têxteis, passando a capital nesse período a ser reconhecida como a “Manchester do Norte”. Portanto, a instalação das fábricas de tecido na capital permitiu a expansão da cidade, surgindo bairros mais distantes, em especial o Anil, pertencente até então ao núcleo rural da capital, como coloca Ferreira (2014, p.41):

[...] os industriais emergiam como principais detentores de capital, os quais em se tratando de produção do espaço influenciaram substancialmente, considerando a área e a infraestrutura requerida para viabilizar o empreendimento e ainda mediante a instalação de núcleos residenciais operários adjacentes às seis fábricas (50% do total estadual), com as Companhias de Fiação e Tecidos Maranhenses (localizada na Camboa, 1890), Fabril Maranhense (que contribuiu para o surgimento de áreas residenciais como Vila Passos e Areal, 1891), de Fiação e Tecidos Cântamo – CEPRAMA) e a de Fiação e Tecelagem São Luís – 1894 (que originaram as áreas residenciais denominadas São Pantaleão, Madre Deus, Goiabal e Lira), Santa Amélia (1895), além da Fiação e Tecidos do Rio Anil – 1893 – em que hodiernamente funciona o Centro Integrado Rio Anil (CINTRA) [...].

Além das fábricas de fiação e tecelagem, a capital também contou com outros tipos de investimentos, o que demonstra uma certa diversificação na indústria ludovicense desde o final do século XIX para o início do século XX, como coloca Viveiros, (*apud* Ribeiro Junior, 2001, p.70)

No Maranhão, tradicional região produtora de algodão, foram as têxteis que receberam maior atenção. Mas não foram somente as têxteis que surgiram no espaço maranhense. Noutros ramos, firmas apareceram. Ao final do século XIX, precisamente 1895, o conjunto industrial maranhense era constituído por 27 unidades fabris: 10 de fiação e tecidos de algodão, 1 de fiar algodão, 1 de tecido de cântamo, 1 de tecido de lá, 1 de meias, 1 de fósforo, 1 de chumbo e pregos, 1 de calçados, 1 de produtos cerâmicos, 4 de pilar arroz, 2 de pilar arroz e sabão, 1 de sabão e 2 de açúcar e aguardente.

Após esse período de crescimento industrial, a economia maranhense mais uma vez entra em colapso com o declínio das fábricas de tecido, juntamente com o

fraco movimento do comércio e do porto. O bairro da Praia Grande já não é mais o símbolo da prosperidade econômica e com a grande migração e crescimento populacional o antigo núcleo urbano da ilha passa por diversos problemas em relação aos serviços urbanos, como também pelo déficit habitacional.

Mesmo com a infraestrutura sanitária deficiente nesse início de século, e a ineficiência dos serviços públicos, a utilização destes últimos era restrita a uma pequena elite política que habitava nas partes centrais e controlava o consumo de água, coleta de lixo, fatores que eram importantes para a salubridade da cidade. (MEDEIROS, 2007)

Em razão dessa realidade, a cidade foi alvo de grandes epidemias, pois, além da concentração dos serviços sanitários numa pequena parcela da população, o aumento populacional e a ligação com o porto foram fatores que contribuíram para o surto de epidemias no centro, o que reforçou na época o discurso em defesa de uma reforma urbana, como destaca Santos:

Mas não era só a questão sanitária que estava explícita nesses discursos. Havia também o desejo de reconstruir a cidade para dar-lhe um novo visual, principalmente no tocante a arquitetura. Os prédios, as casas, existentes no centro da cidade, com aquela estrutura arquitetônica, conservavam as características coloniais. Todo aquele conjunto arquitetônico era visto como sinônimo de atraso. (SANTOS, 2010, p.49)

Sendo assim, apropriado de um discurso sanitarista e de modernização nos anos 1930, a Praia Grande deixa de ser o núcleo das moradias das elites, já que o local não está mais “saudável” para habitar, tendo essas elites substituído seus antigos casarões por edificações novas, como bangalôs, quintas e chácaras. (LOPES,2008). Quanto ao projeto de remodelação, de acordo com Santos (2010), São Luís não sofreu nenhuma transformação radical em sua estrutura, o que permitiu preservar seu acervo arquitetônico até os dias atuais. As mudanças que podem ser destacadas foram as demolições de ruínas e sobrados, assim como o alargamento de algumas ruas como a Rua do Egito e a abertura da Avenida Magalhães de Almeida, em 1941, como também a reurbanização do Largo do Carmo e da Praça João Lisboa. Outra intervenção de grande impacto foi a abertura da Avenida Getúlio Vargas, com sua grande extensão, permitiu a ligação do centro com os subúrbios da cidade. (LOPES, 2008)

Entre as décadas de 1950 e 1970, a capital tem um grande surto migratório, assim como uma grande expansão que vai além do eixo limitado pelos rios Anil e

Bacanga. Nesse período, a construção da ponte Caratatiua e a ponte José Sarney vão possibilitar o acesso às praias, enobrecendo essas regiões, além da inauguração da barragem sobre o Rio Bacanga. Essas obras, vão possibilitar segundo Ribeiro Junior, duas frentes ocupacionais:

Uma, ao Norte, em direção do litoral balneário, futura área nobre da cidade (São Francisco, Renascença, Calhau, Ponta D'Areia, São Marcos, Olho D'Água), onde os negócios imobiliários ganharam vultuosidade, setor da econômica urbana que adquire notável dimensão.

Outra, a Sudoeste, região de fraca densidade demográfica, mas que logo se tornaria tradicional zona de ocupação periférica da cidade (Anjo da Guarda, Vila Nova, Fumacê, Vila Embratel, Sá Viana, parte da Vila Maranhão), abrigando parcela crescente da população pobre, e que facilitaria o acesso entre o porto do Itaqui, o qual em 1971, seria oficialmente inaugurado, e a zona central da cidade, através de uma rodovia de pouco mais de 9 km. (RIBEIRO JUNIOR, 2001, p.89-90)

Também, podemos destacar a construção dos primeiros conjuntos habitacionais voltados para trabalhadores assalariados, construídos através dos Institutos de Aposentadoria e Pensões – IAPS, dando origem a alguns bairros. Por esse ângulo, Ferreira (2014) destaca que, desde sua fundação, o espaço urbano de São Luís se estruturou através do capital particular e por intermédio do Estado:

[...] No Maranhão, isso se concretizou por intermédio do IAPC (Comerciário), que somente dezesseis anos após o início do processo no país, construiu na capital (em 1953), um conjunto (Filipinho) com 320 unidades, à margem direita da principal via de acesso entre o Centro e o Anil, isto é, na Avenida João Pessoa. Daí, pode-se, inferir que de 1612 até a 1952, o espaço do município de São Luís foi produzido essencialmente pelo capital particular, embora intermediado pelo Estado, através do Senado da Câmara, que procedia a doação das cartas-de-data. (FERREIRA, 2014, p.48-49)

Depois, entre os anos de 1962 e 1965, Ferreira (2014) coloca que a ação do Estado, enquanto produtor do espaço, foi ampliada na medida em que o IAPC (comerciários), somando-se ao IAPB (Bancários) e ao IPASE (servidores do estado), implanta “752 unidades residenciais em sete municípios, das quais 624 ou 82,98%, concentram-se na capital, principalmente no Centro (Conjunto dos Bancários- 48 apartamentos) e no IPASE (536 casas)” (*Idem*, 2014, p. 50)

A construção destes residenciais para uma estrita parcela da sociedade ludovicense evidencia o grande problema em relação à moradia, pois, enquanto que estes primeiros conjuntos habitacionais surgiam, nas áreas consideradas “subúrbios” Diamante, Baixinha, Céu, Codosinho, Alto do Bode e Vila Operária predominava a ausência de infraestrutura e, mesmo assim, essas áreas foram ocupadas, onde as

habitações improvisadas de pau-a-pique e cobertas com palhas de babaçu caracterizavam a segregação socioespacial da cidade (*Idem*, 2014)

As áreas alagadas próximas aos manguezais sempre serviram de locais de moradias improvisadas pelas populações mais pobres. Isso pode ser notado desde a ocupação das áreas próximas às fábricas, em que os terrenos eram mais baratos, até a área da Fábrica de Tecidos Camboa, no antigo bairro Camboa do Mato, hoje Camboa, e a área do antigo Matadouro, que deu origem ao bairro da Liberdade. Estas áreas são exemplos, até hoje, de como se constituíram como locais de ocupados por àqueles que necessitam ter acesso à habitação, através de moradias improvisadas, como as palafitas.

As más condições de habitação e infraestrutura urbanas das áreas mais carentes fizeram com que essas populações começassem se organizar e reivindicar, por meios de consumo coletivo, água, luz elétrica e posto médico, ocasionando na fundação da União dos Moradores do Lira, que foi o primeiro tipo de organização desse sentido. Esse fato incentivou o surgimento de outras organizações, a partir da década de 1960, uniões e associações de moradores de bairros como: Madre Deus, Floresta, Coréia, Nossa Senhora da Vitória, São Vicente e São Francisco. (FERREIRA, 2014).

É apenas em meados de 1966, com a institucionalização da Companhia de Habitação Popular do Maranhão- COHAB-MA, que o Estado passa a conceder crédito para subsidiar moradias populares, voltadas para faixa de renda de um a três salários mínimos. Assim, de acordo com Ferreira (2014), a COHAB-MA construiu, entre os períodos de 1967 e 1970, três conjuntos habitacionais: Anil I, Anil II e Anil III.

Afora a construção de conjuntos habitacionais, entre as décadas de 1960 e 1970, São Luís no final desta última década recebe o investimento de grandes capitais industriais, com a instalação da Companhia Vale do Rio Doce, a construção do Porto do Itaqui, ALUMAR (Alumínio do Maranhão S/A). A instalação destes capitais vai atrair empregos trazendo um grande contingente populacional para a capital, tendo sua população duplicado entre 1970 e 1980. Esse aumento ocasionou maiores problemas em relação à habitação, saúde e segurança, favorecendo o aumento das ocupações de áreas irregulares e moradias como as palafitas. (DINIZ, 2007)

Com os problemas relacionado à habitação, e o crescimento cada vez mais de ocupações de áreas irregulares, é nesse período também que há na capital um forte movimento dos moradores palafitados, movimento este organizado desde

meados da década de 1960 e que ganhou força na década de 1970 e 1980 com a presença de membros da igreja, professores universitários, advogados, etc., contra os programas de despalafitação, em especial o PROMORAR em convênio com o BNH (PEREIRA, 2010).

No mesmo período, outros investimentos em habitação também se realizaram para as classes médias e as classes mais populares. Enquanto para as classes médias foram produzidos dez conjuntos residenciais através de Cooperativas, para as classes mais populares foram construídos oito conjuntos através da COHAB, tendo o Estado o papel central de promotor imobiliário. (FERREIRA, 2014).

Os investimentos na construção de conjuntos habitacionais neste período, além de conduzir ao processo de suburbanização da cidade de São Luís, também foi o principal meio propulsor da economia nesta época, através da construção civil, visto que, desde a extinção das fábricas têxteis, o estado, bem como a capital, perdera sua autonomia econômica. Assim, de acordo com Ferreira (2014), até o final da década de 1980, a construção de habitações se deu através da COHAB, seguido das Cooperativas e do IPEM, este último efetivando exclusivamente no período de dez anos, entre 1981 a 1991, a construção de 4.177 unidades habitacionais.

Após esse período de intenso investimento em conjuntos habitacionais, a década de 1990 e 2000 é marcada por investimento exclusivamente de setores privados e a inserção de empresas incorporadoras que irão investir em condomínios fechados destinados às camadas média e alta da sociedade ludovicense. Além disso, no que se refere à composição do espaço urbano da capital nesse período, além de uma desaceleração na economia na década de 1990, também há um forte crescimento populacional ocasionado pela migração devido aos conflitos no campo, ocasionando em forte processo de valorização de terras e, mais uma vez, contribuindo para o déficit habitacional da capital.

Estão presentes neste período também os investimentos em shopping centers, centros comerciais, condomínios fechados, investimentos que têm um caráter de atender a demanda de segmentos específicos da cidade, contribuindo para os aspectos segregadores da capital. Além de que, de acordo com Ferreira (2014), nesse período a Lei Orgânica Municipal de 1990, sofreu uma alteração para que fosse instituída a construção de edifícios comerciais e de apartamentos na orla marítima de São Luís, considerada área nobre, o que significou um forte processo de verticalização dessa região. Isso caracteriza que as ações do Estado, no que se refere aos aspectos

de organização do espaço urbano ludovicense, sempre ocorreram de forma parcial e atendendo a interesses de pequenos grupos.

Dessa maneira, podemos destacar que, nesse período, São Luís sofreu uma ocupação e uma urbanização voltada para o mercado imobiliário, onde grandes construtoras passaram a atuar e influenciar na composição dos espaços da cidade com um mercado voltado para habitações de moradores de alta renda.

No que corresponde aos tipos de habitações para as camadas de menor poder econômico, após os investimentos do BNH na década de 1970 e 1980, com a construção de grandes conjuntos habitacionais, é apenas em 2007 e 2009 que este tipo de investimento volta a se fazer presente na realidade ludovicense. Especificamente, os investimentos do governo federal, por meio da Caixa Econômica, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) vão possibilitar o acesso de boa parte das classes populares maranhenses, em especial ludovicense, à moradia.

O PAC se faz presente na capital, por exemplo, com o objetivo de urbanizar as ocupações nas áreas de mangue do lado esquerdo do Rio Anil e retirar a população residente em palafitas transferindo-as para habitações consideradas adequadas. Já o Minha Casa, Minha Vida visa financiar imóveis de acordo com as faixas salariais que vão de zero até dez salários mínimos. Nesse sentido, estes programas estão mudando o cenário urbano da capital, em especial as habitações construídas pelo programa Minha Casa, Minha Vida, pois esses em sua maioria se concentram nos municípios de Paço do Lumiar e São José de Ribamar, o que vem demandando a oferta de serviços públicos e assim gerando problemas de mobilidade, causando grandes problemas em relação da apropriação do espaço da ilha como um todo.

Atualmente, com mais de um milhão de habitantes, cada vez mais tem se tornando um desafio para a capital sobreviver às suas crescentes problemáticas, como os intensos casos de contaminação de águas superficiais, a redução de recursos pesqueiros, os congestionamentos nas principais vias de acesso, assim como o abandono e a insegurança nos espaços públicos. (FERREIRA, 2014). Deste modo, podemos destacar que a constituição do espaço urbano ludovicense sempre foi segregador, com a oferta de serviços públicos destinados a pequenos grupos da cidade o que demonstra duas realidades distintas e que a cidade não se constitui como um espaço democrático.

Todos estes problemas aqui evidenciados serão centrais nas discussões dos estudos que buscam compreender a composição do espaço urbano de São Luís. Ainda que estas análises sejam recentes, podemos destacar que esse interesse vem a partir dos anos de 1990, com trabalhos diversos, como monografias, dissertações e teses, que mostram a preocupação dos desdobramentos dos efeitos da urbanização da ilha.

1.2.2 Os estudos sobre o espaço urbano de São Luís

Apesar dos trabalhos que visam fazer um panorama da constituição do espaço urbano de São Luís terem ganhado fôlego a partir da década de 1990, as características da cidade desde cedo foram retratadas através de diversas formas, na literatura, nas fotografias, etc. No que se refere à literatura, após a abolição da escravidão, Aluísio Azevedo escreve o romance *O Mulato*, em que, além de retratar e questionar a condição dos negros e mulatos na época, faz um grande trabalho em relatar em detalhes a estrutura social ludovicenses, com seus modos de agir, além de descrever a composição dos espaços, detalhando ruas, casas, locais que fazem parte do contexto cultural da sociedade daquela época. Como observa Zenkner (2010, p.03):

Descreve São Luís como uma cidade pequena de clima quente, e com dificuldade de abastecimento d'água feita por carroças; destaca aspectos de algumas praças, ruas e construções. A Praça da Alegria, por exemplo, é "triste" de um lado cercada por um casebre de porta e janela e do outro era comercializado carnes em tábuas "sujas" de madeira. A Rua dos Remédios nesse tempo era ainda "arrebalde", e no final dela erguia-se a Igreja dos Remédios de frente para um largo ainda sem pavimentação, em terra vermelha, onde aconteciam as festas para a padroeira dos Comerciantes.

Ou seja, através da literatura podemos observar como estava presente a segregação urbana, bem como a própria expansão da cidade para além do seu núcleo original. A forma como Aluísio Azevedo retrata em detalhe os costumes da sociedade da época, em especial os espaços, vão conceitua-lo como um dos maiores nomes da literatura realista brasileira.

Outro trabalho que podemos destacar, ainda no século XIX, são as fotografias de Gaudêncio Cunha. O autor chegou em São Luís em 1888 e retratou em 25 fotografias a cidade, mostrando seus principais prédios como:

[...] a rampa do Palácio, a Igreja de Santo Antônio, a Rua do Sol, o Cais da Sagração, o Palácio do Governo, o Hospital da Santa Casa da Misericórdia, a Fábrica Santa Izabel, o Largo do Carmo, o Largo do Palácio, o Hospital Português, o Largo dos Remédios, a Intendência Municipal, a Companhia de Iluminação a Gás-Gazometro, o Tesouro Público do Estado, a Rua Formosa-Lyceu, a Casa da Praça, e duas fotos intituladas “costumes”, mostrando a gente simples daquela época. (ZENKNER, 2010, p. 05)

De acordo com Zenkner (2010), as fotografias de Gaudêncio Cunha foram atribuídas às imagens fotográficas do Álbum Maranhão Ilustrado, de 1899, que tinha como objetivo integrar a contribuição maranhense à Exposição Mundial de Paris, realizada em 1900. Desta forma, as fotografias de Gaudêncio Cunha até hoje representam um importante registro da cidade de São Luís do final do século XIX, tornando-se referência para estudiosos no que diz respeito a cidade.

Mais um trabalho que retrata a cidade de São Luís de forma inusitada é o famoso Poema Sujo de Ferreira Gullar. Bastante conhecido na literatura nacional, a obra Poema Sujo retrata as lembranças do autor e sua vivência na cidade, destacando a rua que nasceu, Rua dos Prazeres (numa habitação porta e janela), além de outros aspectos que o poema descreve sobre a cidade, como o cais, o balançar do trem que ligava São Luís-Teresina, o bairro da Camboa, as ruínas da cidade, os bondes e as águas do rio Anil, como pode ser observado nesse trecho:

[...] No quarto de um sobrado
 Na rua das Hortas, a mãe
 Passando roupa a ferro – fazendo vinagre
 Enquanto o bonde Gonçalves Dias
 Descia a rua Rio Branco
 rumo à Praça dos Remédios e outros
 bondes desciam a rua da Paz
 e ainda outros rumavam
 na direção da Fabril, Apeadouro,
 Jorhoa
 (esse era o bonde do Anil
 Que nos levava para
 o banho no Rio Azul [...]) (GULLAR, 1980, p.45)

O trecho do poema retrata a organização espacial da cidade de São Luís em seu período de expansão além do centro, onde surgem, como mostrado mais acima, outros bairros em função das fábricas ali existentes, como a Fabril e a Anil que foram um dos principais eixos de expansão da cidade por conta de sua industrialização.

Assim, apesar dos estudos urbanos sobre São Luís iniciarem-se um tempo depois, podemos destacar essas obras como importantes para a compreensão da urbanização ludovicense, sendo que, por se tratarem de momentos distintos da história da capital, estas demonstram a evolução da cidade, desde os carros de boi até os bondes, desde o núcleo do centro histórico até sua extensão para o Anil.

No que se refere especificamente aos trabalhos sobre o espaço urbano de São Luís, apesar de existirem outros e escritos que buscam detalhar o crescimento da cidade, consideramos o trabalho de Ribeiro Junior (2001) como um dos primeiros esforços de tentar traçar um panorama a respeito da evolução da cidade de São Luís nas últimas décadas.

O trabalho de Ribeiro Junior (2001), denominado “Formação do espaço urbano de São Luís: 1612-1999”, busca fazer um estudo sobre a evolução da formação urbana de São Luís, desde sua fundação até a década de 1990, quando foi escrito o trabalho. Com esse propósito, o autor destaca cronologicamente os principais fatores que marcaram a urbanização ludovicense, como a sua fundação e o surgimento do casarões na arquitetura da cidade, as suas características fisiológicas, os principais prédios administrativos e públicos da cidade, o surto industrial, com a implantação das fábricas têxteis, o processo de suburbanização, com o surgimento de outros bairros, a construção de conjuntos habitacionais através do BNH, os investimentos que chegaram nas décadas de 1970 e 1980 como a VALE, ALUMAR e a construção do Porto do Itaqui, até chegar na década de 1990, fazendo o balanço dos dez anos de implantação da ALUMAR e da ferrovia Carajás. Além de destacar o processo de verticalização nas áreas nobres da cidade, como Ponta D’Areia, São Francisco e Renascença. Com isso, o trabalho de Ribeiro Junior tornou-se um referencial para os estudos urbanos de São Luís, pois o autor consegue, de modo sintético, apresentar e analisar de forma panorâmica o processo de urbanização de São Luís, sendo também um dos primeiros trabalhos com essa perspectiva.

Outro trabalho que merece destaque é a dissertação de Carvalho (2005), intitulada “Urbanização em São Luís: entre o institucional e o repressivo”. Embora não apresente um panorama sobre a urbanização de São Luís, o trabalho aborda, a partir dos Códigos de Posturas da cidade, como o espaço urbano foi sendo moldado através dessas regras que tinham como objetivo disciplinar o seu uso. Desta forma, a análise dos Códigos de Postura permite compreender os costumes e modos da sociedade ludovicense, os quais gradativamente foram alvos de um processo de regulação por

meio desses códigos. Além disso, o autor destaca os aspectos estruturantes da vida municipal de São Luís, pois as análises dos Códigos de Posturas são importantes, na medida em que eles demarcam a institucionalização de uma sociedade urbanizada.

Uma obra que também apresenta um panorama da cidade de São Luís é o livro organizado por Lopes (2008), intitulado “São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem”. O livro apresenta uma impressionante variedade de informações a respeito da capital, com fotografias e ilustrações das paisagens da cidade e com um riquíssimo acervo da arquitetura de São Luís. Além de fazer toda uma contextualização histórica das cidades de São Luís e Alcântara, o livro é uma espécie de guia sobre as cidades, em que consegue abarcar toda a história urbana de São Luís desde a sua ocupação em 1612 até chegar na sua metropolização em 2007. A obra se tornou um referencial e um dos trabalhos mais detalhados e completos sobre a trajetória da cidade.

Além do processo de urbanização da cidade que são abordados, também temos trabalhos que se referem à mobilidade urbana na capital. Em 2009, o livro organizado por Alcântara e Selbach traz uma coleção de investigações a respeito da mobilidade na cidade de São Luís. Por se tratar de uma cidade que teve um considerável independência econômica por algum período, a mobilidade na história de São Luís também tem seu processo de expansão, com os carros de boi, bondes elétricos, trens, ônibus, e hoje com uma grande frota de carros. A importância deste trabalho está, de acordo com os autores, na análise da configuração das cidades brasileiras, uma vez que são reflexos de seus deslocamentos. À medida que as cidades se urbanizam, há cada vez mais a necessidade de meios de transporte que viabilizem esses deslocamentos; isso se intensifica com os processos de suburbanização. Ou seja, como outras cidades do país, São Luís não fugiu a essa regra: todo problema que envolve a mobilidade das pessoas relaciona-se com o crescimento anárquico, sem planejamento e controle, de seu espaço urbano.

Os trabalhos mais recentes sobre São Luís estão presentes são as investigações de Burnett (2012), que também tratam do processo de urbanização da cidade, dando destaque à questão habitacional, indo da constituição das moradias populares até a chegada dos projetos habitacionais PAC e Minha Casa. Minha Vida. No que diz respeito a esses projetos, Burnett e Vieira (2014) discutem a respeito da implantação do PAC em São Luís, mais especificamente analisam a gestão e a

aplicação desse projeto que tem como objetivo resolver o problema dos assentamentos precários, um problema que é histórico na capital.

O mais recente trabalho que podemos destacar nos estudos urbanos de São Luís é o livro de Ferreira, de 2014, “A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro”. O trabalho também faz um panorama da urbanização da cidade de São Luís analisando dados e problemáticas mais recentes e discutindo a questão da segregação socioespacial. O autor trata ainda das ações do Estado frente à urbanização da cidade. Ele destaca também o papel das construtoras como responsáveis pela valorização de determinadas áreas, gerando uma distribuição desigual dos espaços na cidade. Essa distribuição desigual é, para o autor, responsável por diversos problemas que São Luís, já com 400 anos, vem enfrentado, como a mobilidade, a falta de serviços públicos de qualidade, a diminuição de mananciais e áreas de preservação, como também a precarização do centro histórico.

Como podemos observar, os trabalhos que vem analisando o espaço urbano ludovicense são ainda bem recentes, mas sua produção tem aumentado nas últimas décadas. Estes trabalhos demonstram às preocupações em relação aos problemas decorrentes do crescimento da cidade, principalmente em relação aos problemas relacionados a segregação socioespacial.

Ultimamente, com a implantação dos programas federais de reurbanização de áreas mais precárias, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a construções de moradias populares com o Minha Casa, Minha Vida (MCMV), têm-se inúmeras pesquisas em âmbito nacional afim de entender esse processo. Para compreendermos essa nova realidade da habitação como uma política pública, é necessário uma discussão a respeito de como a moradia passou a ser percebida como um problema social e como o Estado, através das políticas públicas, passou a interferir no processo de construção de habitações populares.

1.3 As políticas públicas de habitação

Para analisar a inserção das políticas públicas de habitação na realidade brasileira, antes é necessário compreender como a habitação passou a ser considerada como um problema social. Nessa perspectiva, uma gama de autores

veem, desde a década de 1970, tratando das intervenções do Estado no que diz respeito a questão da moradia.

Sobre o tema de como a habitação começa a ser tratada pelo Estado, Bonduki (1994) relaciona a reprodução das condições de trabalho da classe operária e seu modo de vida com a formação da periferia.

O autor defende a habitação como um direito legítimo, pois assim como a alimentação, a educação, saúde e lazer, a moradia também deve estar na pauta das prioridades sociais. (BONDUKI; VÉRAS, 1986). Ele também analisa o processo de urbanização do Brasil e destaca a importância do período Vargas (1930-1954) para discutir como a questão habitacional serviu para a legitimação do governo nas massas populares urbanas.

Para relacionar a inserção do Estado na questão habitacional, Bonduki lança a hipótese de que a lei do inquilinato foi muito importante, pois essa medida suspendia o direito absoluto da propriedade, o que, independentemente da intenção de seus idealizadores, reforçava a visão social da habitação no Brasil. (BONDUKI,1994). Apesar desse fator, ele lança críticas à ideologia da casa própria promovida pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), a qual estimulava a construção civil. Nesse sentido, a motivação para construção das moradias populares nada mais era do que econômica, chamando atenção para uma política habitacional que teve durante vinte anos um caráter economicista e bancário, com intenções políticas e conservadoras. (BONDUKI; VÉRAS,1986). Assim, Bonduki atribui a hipótese de que a intervenção do Estado na questão habitacional teve duplo sentido: o de ampliar a legitimidade do governo militar e viabilizar maior acumulação de capital no setor urbano (BONDUKI,1994).

Contudo, por paradoxal que pareça, o autor reconhece a importância do BNH, sendo no período entre 1964-1973 o único que o país teve de fato uma política habitacional antes do Minha Casa, Minha Vida. (BONDUKI,2008)

Maricato (1997) também ressalta que é no governo Vargas que a habitação foi reconhecida, pela primeira vez, como um problema e que o mercado não teria condições de resolver, tendo o Estado de assumir a responsabilidade.

Assim como Bonduki, Maricato considera que neste período houve uma grande campanha ideológica por parte do governo em relação a política habitacional, que ela destaca como “muita publicidade para uma resposta modesta dos programas públicos de habitação.” (MARICATO, 1997, p.36). Ou seja, mesmo com a promoção

de uma política social de habitação, tendo os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) que financiavam a construção de moradias, como também os Parques Proletários que visavam a transferência de famílias que moravam em favelas, não foi suficiente para amenizar os problemas em relação a moradia. (MARICATO,1997).

Mesmo a criação da Fundação Casa Popular, em 1946, com dezoito anos de existência e financiando apenas 19.964 moradias, não foi suficiente para suprir as demandas, pois nem o mercado privado de moradias alugadas bastava, já que sua oferta declinava com a política da casa própria. (MARICATO, 1997). Com isso, com a oferta de lotes baratos, Maricato destaca um aumento das periferias que foi possível graças ao estabelecimento do ônibus como transporte público, o que facilitaria a ocupação destas áreas. (MARICATO, 1997)

Nesse sentido, as análises de Bonduki e Maricato ressaltam que, além de propaganda política e motor de estímulo à economia, a promoção da casa própria também proporcionou a diminuição do aluguel como alternativa de moradia e aumentou o crescimento das periferias, já que nos locais mais distantes havia ofertas de lotes baratos, sendo a autoconstrução o padrão de moradia das massas urbanas.

A respeito da diminuição da moradia de aluguel, com a “ideologia da casa própria”, Pasternak e Bógus (2014) destacam que, até a década de 1970, o aluguel era o meio predominante para se poder morar. Essa política de promoção da casa própria, para as autoras, fomentou-se desde a Fundação da Casa Popular, passando pelo Sistema Financeiro de Habitação, fortalecendo-se com a Constituição de 1988, até estar presente atualmente com o programa Minha Casa Minha Vida. (PASTERNAK; BÓGUS, 2014)

Além disso, para Pasternak e Bógus (2014), o aluguel era importante na medida em que estabelecia uma alternativa na redução do déficit habitacional para as camadas de renda baixa, já que a moradia constitui-se em um direito constitucional e nem todos tem subsídios para adquirir a propriedade da casa.

Em outro aspecto, no que se refere a política de investimento em estrutura urbana, D’ottaviano e Pasternak (2015) consideram que não houve no Brasil, desde o fechamento do BNH, em 1986, qualquer forma de intervenção neste quesito. Quando eram realizadas nas favelas, não contavam com as verbas federais e dependiam, na maioria das vezes, dos aportes municipais. É por isso que as autoras consideram a criação do Estatuto da Cidade, em 2001, e o Ministério da Cidade, em 2003, dois marcos importantes para a gestão urbana brasileira, pois as questões como as

moradias das populações em favelas passaram a ser regulamentadas. (D'OTTAVIANO; PASTERNAK, 2015). Outro marco importante apontado por elas foi a implantação do PAC, em 2007, que, de um lado, com sua implantação representou um programa com grande volume de investimentos e, de outro, também monopolizou todo o investimento federal, incorporando outros programas e linhas de financiamento. (D'OTTAVIANO; PASTERNAK, 2015).

Apesar do PAC ser considerado o maior investimento na história do país em termos de urbanização, infraestrutura, entre outros, D'ottaviano e Pasternak (2015) consideram que não só nas grandes metrópoles há a concentração de aglomerados subnormais e a necessidade de intervenções urbanas, pois demonstram através dos dados censitários de 2010 uma concentração populacional vivendo fora das grandes metrópoles, o que expõe a necessidade de pequenas e médias cidades serem incluídas nas políticas de infraestrutura urbana.

Destacando a realidade de São Luís sobre as políticas públicas de habitação, em especial os programas de moradia popular, Burnett (2012) chama atenção para o número de habitações da capital maranhense: metade de sua população encontra-se em áreas irregulares. Essa realidade é explicada por Burnett, que destaca entre as década de 1970 e 1980 um déficit habitacional de pelo menos 8000 unidades, e que nem o Banco Nacional de Habitação (BNH) e nem a Companhias de Habitação Popular (COHAB) ofereceram linhas de crédito para faixa de renda baixa. Esta explicação reforça o que Bonduki e Maricato mostram sobre as moradias populares financiadas pelo BNH não serem suficientes, já que a política não atendeu a população mais pobre, entre as faixas de 0 a 3 salários.

Frente a esse histórico, tanto o PAC como Minha Casa, Minha Vida tornaram-se programas expressivos pois foram os únicos, apesar das críticas, que ainda alcançaram as parcelas da população de menor renda, além de promover reurbanização e regularização de áreas ilegais. Os programas ganham importância na realidade maranhense, pois é nesse estado que se encontram os piores números em termos de Índice de Desenvolvimento Humano- IDH, salário e números relativos de habitações precárias.

Para compreendermos a importância desses programas para o Maranhão, em especial para a cidade de São Luís, antes de tudo é necessário entendermos como a capital se tornou o maior polo de concentração de aglomerados subnormais. Para isso, faz-se necessário analisarmos como as moradias e os bairros populares se

destacam no histórico processo de urbanização da cidade de São Luís. Ainda que esta possua um número expressivo de moradias precárias, as pesquisas sobre a questão habitacional e a realidade de suas periferias ainda são muito escassas. Algo desafiador à pesquisa sociológica, à medida que essa cidade possui diversas formas de habitação que se constituíram ao longo da sua história, tendo desde casas operárias, passando por cortiços, e até palafitas como moradias precárias que marcaram a vida de suas populações pobres.

2. FORMAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DE DOIS BAIROS POPULARES: Camboa e Liberdade

2.1 Habitação popular em São Luís

O caso dos tipos precários de habitações em São Luís remontam desde o seu período colonial. Segundo Burnett (2012), existem e existiram ao longo da história da capital diversas formas de habitações precárias. O primeiro caso a ser destacado se refere ao povoamento e urbanização da cidade de São Luís iniciados na metade do século XVII, que ocorreu através da oferta de lotes como meio utilizado para incentivar o adensamento populacional da cidade, no que hoje é conhecido como a parte mais antiga do centro histórico. De acordo com o autor, a primeira ocupação de São Luís aconteceu por meio de construções extremamente rudimentares e com materiais de curta permanência, como palha e barro, que vão se manter até a constituição da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

No que corresponde ao período da República Velha, entre 1889 e 1930, a produção do espaço urbano da capital, que era regido até então pelo Código de Posturas desde 1866, fora afetado por novas relações econômicas e políticas nas primeiras décadas do século XX. O Código de Posturas tinha como principal objetivo disciplinar o uso e a ocupação do espaço urbano de São Luís, o que implicava na proibição de construções rudimentares nas áreas centrais da cidade, uma forma de manter a pobreza longe das casas das classes altas, delimitando as áreas urbanas e rurais, como destaca Medeiros (2007, p.85):

A primeira separação imposta pelo código é a tentativa de dividir o urbano (para as elites símbolo de civilidade) do rural (símbolo do atraso). Assim, a cidade não seria mais um lugar para casas de taipas, as ruas não eram lugares para o trânsito do gado, as praças não deveriam servir para a venda de carne ou para curtir o couro, muito menos as esquinas para a aglomeração de escravos. Dessa forma, as posturas determinaram a proibição de construção de casas de palha no centro da cidade, proibiu não só o trânsito, mas a criação de qualquer espécie de gado nos centros populosos, transferiu a venda de gêneros alimentícios para zonas afastadas, bem como proibiu a circulação de escravos até determinada hora do dia.

O autor afirma ainda que a tentativa de segregação não funcionou, uma vez que os pobres continuaram morando em suas humildes casas perto dos grandes comerciantes e de seus palacetes. Essa exclusão por parte de grupos abastados da capital, só reforçaram as características do histórico problema habitacional brasileiro,

visto que esse problema, como destacou Villaça (1986), surge com a abolição da escravidão e a constituição do homem livre. Não sendo mais considerado uma propriedade, esse homem livre passa a dispor através do seu trabalho e do seu salário de prover sua alimentação, assim como a sua moradia. Diante disso, a moradia tende a ser um problema para aqueles que não têm condições de obtê-la, recorrendo esse homem livre às técnicas de autoconstrução ou consumo de outras formas de habitação popular:

[...] Ao disponibilizar força de trabalho para as contratações através do mercado, e não mais sob o regime escravocrata, o salário passa a ser o meio através do qual o trabalhador terá que resolver sua sobrevivência, abandonando o teto da senzala ou os porões dos sobrados. Juntamente com os trabalhadores brancos, cada vez mais incapazes de manter suas pequenas oficinas – à época, tanto locais de trabalho quanto de moradia – e com os trabalhadores emigrantes, os negros libertos se tornarão produtores e consumidores de habitação popular. (BURNETT, 2012, p.120)

Com uma população que necessitava ter acesso à moradia, o alto grau de concentração de propriedades em poucas mãos reforça a tese de que a forma de aluguel já estava consolidada nas primeiras décadas na cidade. Também, no período da República Velha, Burnett aponta que as casas que repetiam o padrão porta-e-janela eram edificadas já como valor de troca, porém sob encomenda do proprietário do terreno, o que entrava para o mercado de consumo de moradias populares.

Outro tipo de habitação que chama atenção no período da República Velha são os cortiços, que também tem a função de serem alugados. Destinados as camadas mais populares, estas edificações correspondiam ao conjunto de quartos voltados para um pátio interno e repetiam na fachada os padrões da arquitetura colonial da época. Esses tipos de habitações populares, compunham a forma de moradias do centro, que aumentou com a mudança da elite local para áreas mais afastadas, e passou a ser local de moradias das camadas mais populares. Porém, com o discurso sanitário da época atrelado com o de modernização, muitos cortiços e casarões foram derrubados, obrigando essas populações à recorrerem a outras áreas da cidade.

É com a expansão territorial e populacional da cidade, provocada pelo sistema industrial, que leva ao crescimento do número de habitantes – em 1890, São Luís tinha 29.308 habitantes, passando em 1920 para 52.929 – e, conseqüentemente, ao aumento dos custos de manutenção dos equipamentos urbanos como calçamento, limpeza e iluminação pública (BURNETT, 2012). Assim, a instalação das fábricas nos

perímetros da cidade propiciará a ocupação de novas áreas por populações mais pobres, ocasionando em autoconstruções próximas, como também dando origem a outros bairros e o surgimento de vilas operárias.

As vilas operárias são outro exemplo que Burnett (2012) aponta como forma de moradia popular. Estas vilas eram construídas pelos empresários industriais e tinham a finalidade de garantir a proximidade dos operários aos seus locais de trabalho. Vasconcelos (2007 *apud* VASCONCELOS; CARVALHO 2012), também afirma que em São Luís as vilas operárias foram comuns até a década de 1950, sendo destinadas aos operários do parque têxtil da cidade. Dois exemplos de vilas operárias são a Vila Gracinha, no bairro da Madre Deus, e as residências da Vila Passos, no “Retorno da Fabril”. Logo depois da constituição de vilas, serão os bairros operários à ocuparem os terrenos públicos e ociosos próximos as fábricas.

No final da década de 1950 a abertura de rodovias possibilitou uma maior mobilidade dos interiores do estado com a capital, o que facilitou maiores fluxos de migração para São Luís. Isso, juntamente com a crise das indústrias têxteis vai acentuar o processo de favelização, aumentando o déficit habitacional da cidade:

[...] Com a abertura de vias rodoviárias para o interior do estado e a integração com os estados vizinhos, a população de São Luís aumentou seu contingente com a entrada de pessoas oriundas de áreas rurais cujas economias estavam em declínio. A cidade se mostrou incapaz de incorporar toda a massa de imigrantes em suas atividades econômicas. Simultaneamente, outro fato influenciava a produção econômica, a paralisação das indústrias têxteis, haja visto o ritmo de industrialização diminuir gradativamente, aumentando as taxas do desemprego. A partir desse momento, o processo de “favelização” da periferia se acentuou sendo que, em 1969, São Luís possuía milhares de palafitas e invasões, habitados em condições sub-humanas, os barracos eram geralmente de lona, madeira e papelões com chão de barro batido e sem a menor condição de salubridade. Entre as décadas de 50 e 60, a área urbana da cidade se expandiu com mais intensidade no eixo Centro-Anil. Nesse período, novos bairros surgiram enquanto outros se adensaram com a ocupação das áreas disponíveis. (MUNIZ, 2008, p 21 *apud* ABREU JUNIOR, 2006)

As palafitas são, atualmente, consideradas uma das formas de habitações precárias mais exemplar no contexto urbano de São Luís. Não se sabe ao certo em que período as construções de palafitas inseriram-se na realidade urbana da cidade, porém essas formas de moradias intensificaram-se por volta da década de 1960 com o grande fluxo de migração decorrente dos conflitos no campo. Foi entre as décadas de 1960 e 1970 que São Luís começou a dar indícios do aumento populacional, com crescimento de 5,8% nesse período, sendo o dobro do período passado, décadas de

1950-1960. (VASCONCELOS; CARVALHO,2012, p.11). O que resultará na consolidação das ocupações de áreas próximas às margens do rio Anil como destinos das populações migrantes.

Não só. Gomes (*apud* RIBEIRO JUNIOR, 2001) destaca que, com o crescimento dos bairros, como Liberdade, Apeadouro, Fátima, Retiro Natal, Monte Castelo, João Paulo, Caratatiua, Jordoa, Alemanha e Sacavém em direção ao bairro do Anil, em 1969, ocorreu concomitantemente ao crescimento populacional que propiciou um aumento no percentual de moradias precárias. Nesse período, a cidade com 251.389 habitantes, tinha 16% da população morando em palafitas, o que significava um pouco mais de 40.000 pessoas em moradias definidas como ilegais e em condições insalubres.

Pereira (2010), também alega que os processos de ocupação de assentamentos precários remontam desde a década de 1960, com a apropriação das áreas que correspondem aos atuais bairros da Liberdade, Camboa e Floresta. Tais bairros estão situados na margem esquerda do rio Anil, no centro da cidade, o que evidencia que estes locais foram os primeiros destinos de ocupações das camadas populares, com o esvaziamento do centro e sua expansão. As áreas que estão próximas ao rio Bacanga também foram destinos de ocupação das camadas mais populares. Sendo assim, o autor afirma que as ocupações nessas áreas tinham características em comum, como a precariedade das habitações, a falta de infraestrutura básica dos serviços urbanos, assim como o perfil socioeconômicos das populações. (PEREIRA, 2010)

Enquanto nessas áreas cresciam o número de assentamentos precários, em outras realidades da capital maranhense o projeto de modernização de São Luís contou com a expansão da cidade por meio da construção de pontes, avenidas e conjuntos habitacionais, gerando o fenômeno da suburbanização. Esse momento de expansão vai desde as décadas de 1940 até 1980, com a ocupação de terras além dos rios Anil e Bacanga, com a construção de habitações e conjuntos populares financiados pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e a Fundação Casa Popular (décadas de 40 e 50); o Banco Nacional de Habitação (BNH) e pela Companhia de Habitação Popular (COHAB) (décadas de 60 até 80).

Santos (2013) ressalta que os conjuntos habitacionais como Maranhão Novo, inaugurado na década de 1970, IPASE¹³, inaugurado em 1971, e Cohama, em 1975, são exemplos da expansão da cidade para a margem direita do rio Anil, possibilitada pela construção, em 1968, da ponte que liga os bairros Caratatiua e Ivar Saldanha. Entre as décadas de 1970-1980, outras localidades como o São Francisco, antiga colônia de pescadores, e a Ponta d'Areia serão ocupadas através da inauguração da ponte José Sarney, ligando o centro ao São Francisco, como também a barragem sobre o rio Bacanga, surgindo novos bairros depois do rio Bacanga.

Além da expansão urbana através da construção de pontes e conjuntos habitacionais, a estrutura da cidade modificou-se com a inauguração do Porto do Itaqui, em 1971, a implantação da Alumar, em 1980, e, em 1985, com a construção do porto da Madeira e da ferrovia Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce. A construção civil é o fator determinante deste período, pois passou a constituir uma nova força política e econômica da cidade. Assim, a política habitacional do BNH teve um peso na economia da cidade por conta da movimentação de novos capitais e por ser uma grande geradora de mão de obra não especializada. (BURNETT, 2012)

Embora, nesse período tenha uma grande quantidade de investimentos em habitações e conjuntos populares, de par com a implantação de grandes empreendimentos econômicos, como a Alumar, a Companhia Vale do Rio Doce e o Porto do Itaqui, o número de moradias precárias na cidade de São Luís também cresceu com a ocupação de terrenos em áreas de mangue. O que permite Vasconcelos e Carvalho (2012) argumentarem que os fatores negativos dos programas habitacionais da cidade de São Luís (que remontam à década de 1940, estando também presentes nos anos de 1980), ocorressem por não alcançarem as populações mais necessitadas ou, quando o fazem, os conjuntos construídos têm suas localizações muito afastadas das zonas centrais, contribuindo para a segregação espacial e aumentos dos custos para a cidade.

Esses processos de suburbanização são ressaltados por Burnett como uma forma de evitar uma proximidade entre os setores mais abastados e as camadas

¹³ Instituto de Pensões e Assistência dos Servidores do Estado. Geralmente os conjuntos habitacionais recebiam as abreviações das categorias de trabalhadores ao qual os conjuntos eram destinados. Logo depois estes conjuntos se tornariam grandes bairros na capital, como por exemplo: Cohatrac (Conjunto Habitacional dos Trabalhadores Comerciarío); Cohafuma (Cooperativa Habitacional dos Funcionários da Universidade Federal do Maranhão); Cohaserma (Cooperativa Habitacional dos Servidores do Estado do Maranhão).

populares, onde envolve as relações do poder público com o processo de elitização de determinadas áreas, o que não ocorre nas partes centrais da cidade:

O pouco dinamismo econômico da cidade restringiu a elitização arquitetônica e urbana a poucos espaços, dos quais a Praia Grande é o principal deles. Entretanto, mesmo nesses locais, a permanência da arquitetura popular é patente, demonstrando que foram de relativo alcance os incentivos oficiais à elitização urbana e que a suburbanização, iniciada no final da década de 1930, foi uma estratégia de isolar grupos sociais para evitar uma mistura incontrolável. Como, porém, as terras baixas e de pouco valor imobiliário margeavam as áreas nobres, foi inevitável que os mais pobres também acompanhassem a suburbanização, até por um movimento instintivo de assegurar a sobrevivência com a proximidade dos mais ricos, o que explica a atual franja de palafitas às margens do rio Anil, que se estende do bairro da Liberdade à Vila Palmeira. (BURNETT,2012, p.112)

A segregação espacial das áreas centrais de São Luís, nesse contexto, não vingou, o que denota nesse cenário urbano da capital a presença de habitações consideradas precárias, como as palafitas.

Atualmente, essa forma de habitação ainda está presente na paisagem da capital, o que expressa a insuficiência das políticas de Estado e a falta de planejamento urbano em relação aos problemas relacionados à habitação. Desde a expansão da cidade, que antes apenas se restringia ao núcleo da Praia Grande, a presença das habitações precárias, em especial as palafitas, localizam-se principalmente nas áreas que margeiam o rio Anil, em dois bairros que tem um histórico de abrigar moradias precárias que são o bairro da Camboa e o bairro da Liberdade. Há pouco tempo, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), muitas palafitas foram removidas e essas áreas vem sendo urbanizadas. Para compreendermos como os dois bairros se constituíram como locais de aglomerados subnormais, é importante analisarmos os fatores que permitiram seu surgimento e povoamento.

2.2 Histórico de dois bairros populares: Camboa e Liberdade

Situados no centro de São Luís, os bairros da Liberdade e da Camboa compreendem uma grande região que abrange uma população periférica, com a ocupação de áreas alagadas próximas aos manguezais do rio Anil. Desde os primeiros registros de habitações insalubres, em 1920, há, segundo Burnett (2014), menção ao bairro da “Camboa do Mato”. De acordo com o dicionário Aurélio (1998,

p.120) o nome Camboa significa um “estreito por onde a água penetra, na maré alta, e que esvazia quando as águas refluem na baixa-mar; Gamboa”. Essa definição indica as características do local, uma vez que a região da Camboa é local de vazante do rio Anil.

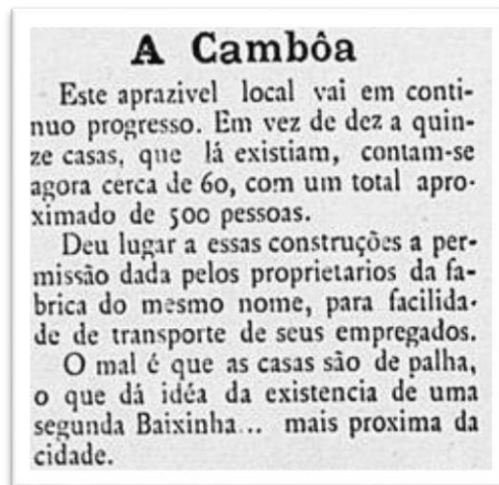
As notícias que remontam ao final do século XIX, relacionam o bairro aos operários da fábrica ali existente, Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa. Já Pinheiro (2013) aponta que a consolidação do bairro da Camboa se dá também em função da constituição do bairro da Liberdade, este último proveniente da construção do Matadouro Modelo de São Luís, em 1918.

A ocupação dessas áreas relaciona-se à instalação da fábrica de tecidos que situou-se próxima a baía de São Marcos, a pouco mais de 4km do perímetro urbano na época, além de estar situada às margens do rio Anil, fatores que facilitariam o transporte das matérias primas. (RIBEIRO JUNIOR, 2001). Além do mais, a instalação da fábrica acabou forçando o seu operariado a alojar-se ali próximo, pois, inicialmente, a sua direção:

[...] Comprometeu-se em construir casas para alguns de seus empregados, pelo menos aos mais graduados, como mestres e contramestres. Por outro lado, acabou por forçar o operariado (na grande maioria mulheres) a instalar-se nas proximidades da unidade fabril, facilitando a subsunção formal do trabalho em relação ao capital, na medida que permitia a manipulação no deslocamento espacial da força de trabalho, quase que forçando a assiduidade ao local de labuta. (RIBEIRO JUNIOR, 2001, p.72)

A situação dessas casas eram caracterizadas como casebres de palha, o que demonstra que, para as camadas mais subalternas, estavam condicionadas às piores condições de habitação, nesse caso, o operariado fabril. Sobre o início de ocupação da Camboa, uma pequena nota em “O Jornal”, de 1916, faz uma observação sobre o crescimento da área:

Figura 1 - Nota sobre a Cambôa.



Fonte: O Jornal, 31 de Maio de 1916.

A nota destaca o crescimento da área que de quinze casas passou a sessenta, e comprova o que Ribeiro Junior (2001) coloca sobre a ocupação dos operários, no sentido de que, para os proprietários havia mais vantagem em manter o operariado perto das fábricas economizando no transporte e facilitando a assiduidade dos trabalhadores. A nota também destaca as condições dessas casas que são de palha, comparando-as a uma segunda Baixinha, uma área pobre e conhecida pelas habitações precárias. Além do mais, a data do jornal comprova que a ocupação da Cambôa surgiu bem antes da instalação do Matadouro Modelo que data de 1918

Em outro jornal aparece uma nota sobre a movimentação das matérias primas da fábrica que antes de ser vendida se chamava Cia de Fiação e Tecido Maranhense, como pode ser observado.

Figura 2 - Nota sobre a Cia de Fiação e Tecidos Maranhense e foto do edifício da Fábrica.



Fonte: Jornal A Cruzada, 1891 e Álbum do Maranhão, 1923.

A nota do jornal A Cruzada de 1891, indica que a instalação da fábrica na região da “Camboa do Mato” remonta desde o final do século XIX, o que comprova a ocupação inicial dessa área através da instalação da fábrica e a possibilidade de transporte das matérias primas facilitada pelo acesso ao porto da Camboa localizado próximo a fábrica. Além da proximidade do rio ter propiciado a instalação da fábrica da Camboa, em 1921 a instalação da Estrada de Ferro São Luís-Teresina (EFSLT) também vai contribuir como alternativa para o escoamento da produção de mercadorias. (RIBEIRO JUNIOR, 2001). A estrada de ferro passava no que hoje é a avenida Camboa, principal avenida que perpassa os bairros Camboa e Liberdade, o que também colaborou para o povoamento desses bairros.

Sobre o bairro da Liberdade, Silva (1997) aponta que sua origem ocorreu em razão da construção do Matadouro Modelo de São Luís, que foi instituído pela lei municipal 260, no ano de 1918, onde o terreno para a sua construção seria localizado em local de fácil acesso, ou seja, próximo ao rio, como também priorizando a estrada de ferro que estava em construção. O bairro denominado Matadouro, era até então constituído de um pequeno povoado. Para o autor, o povoamento da área se deu em razão da ocupação de terras próximas ao Matadouro, que aconteceu tanto pela busca de moradia e proximidade do centro urbano, quanto pela facilidade em se conseguir carnes nos arredores do Matadouro. Com isso, as áreas do Matadouro foram cada vez mais sendo ocupadas, até que, com o encerramento do contrato com a prefeitura,

em 1937, muitos terrenos foram invadidos, pois o Matadouro e suas terras anexas passaram a ser de controle do município.

Em relação ao adensamento destes bairros, Burnett (2014) destaca que fatores como a perda da cidade de São Luís como centro exportador, a partir da década de 1930, juntamente com o intenso êxodo rural decorrentes dos conflitos no campo, foram fundamentais para a ocupação de grandes áreas da região. A composição social destes novos habitantes pode ser caracterizada como um grande percentual de migrantes do interior do estado. Sendo assim, as áreas onde se encontram os bairros Camboa e Liberdade possuem um histórico de concentração de habitações subnormais, como as palafitas. Segundo Silva (1997), a formação do Bairro da Liberdade data então de 1950 em diante, com o processo de ocupação e migração de muitas famílias dos municípios oriundos da baixada maranhense

A degradação dessas áreas e das condições de vida e habitação podem ser observadas no Poema Sujo de Ferreira Gullar, que descreve:

[...] por que a poucos passos do poço
 acima da ladeira de terra
 na rua sem árvores
 donde vim há pouco
 passa gente e carroça
 ou alguém grita na janela
 enquanto um pássaro cruza (possivelmente)
 por sobre nós
 um urubu talvez
 deriva na direção da Camboa
 leve sobre o vasto capinzal e para além da estrada de ferro
 por cima das palhoças na lama
 e lá detrás da fábrica
 assentada numa plataforma fumegante de cinzas e detritos
 de algodão
 um urubu
 que é ele mesmo um dia preto farejando carniça
 e na carniça
 junto do Matadouro
 que fede
 o dia (um dia) apodrece
 envolvendo o dia
 dos moradores das palafitas
 e o dia do urubu
 e o da lata de azeite Sol Levante
 que sobre três pedras
 no chão de terra batida da palhoça
 onde mora Esmagado
 ferve
 com arroz-de-toucinho
 para o almoço [...] (GULLAR, 1980, p.30-31)

No Poema Sujo, Ferreira Gullar (1980) faz a descrição das áreas da Camboa juntamente com a do Matadouro, onde destacada as casas de palhoça e os urubus que cercam a região próxima ao Matadouro, além do cheiro desagradável de carniça com que os moradores ali próximos conviviam, em casas de palafitas e com escassa alimentação. Nesse contexto de composição do espaço urbano de São Luís, destacam-se as precárias condições de habitação da população da capital, evidenciando um dos principais problemas das cidades brasileiras, que é a questão habitacional. Mesmo tendo um breve momento de industrialização, os bairros periféricos da capital São Luís, em especial os operários, como a Camboa, ilustram uma situação semelhante às condições de vida dos operários nas cidades inglesas, mencionado por Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, em que alojavam-se em habitações mal arejadas e húmidas e alimentavam-se muitas vezes de comida estragada.

As palafitas, são, nesses bairros, o maior exemplo de moradia precária das populações que passaram a ocupar as áreas próximas à fábrica como também o Matadouro, depois, com o intenso fluxo migratório de famílias vindo dos municípios do interior do estado. Como pode ser observado na imagem a seguir, que data de 1969, as áreas que compreendem os bairros da Liberdade e da Camboa já possuem uma grande ocupação de casas, principalmente na área próxima que fora o Matadouro.

Figura 3. Foto aérea de 1969 do centro de São Luís.



Fonte: Foto obtida pela autora da pesquisadora Joana Silva.

Em destaque na foto, a antiga fábrica de tecidos Camboa e o outrora Matadouro Modelo têm suas localizações próximas e estão nas margens do rio Anil. Como foi observado por Silva (1997), muitos terrenos próximos ao antigo Matadouro foram ocupados ou doados pela prefeitura o que facilitou o acesso à moradia e o adensamento do bairro da Liberdade. No que diz respeito ao bairro da Camboa, observa-se que ainda existe uma grande área de mangue tomando quase toda a extensão do bairro indo no sentido do antigo Matadouro.

À época, a ponte Bandeira Tribuzzi, que viria a ficar atrás do terreno onde localizava-se a fábrica, ainda não havia sido construída, sendo esta inaugurada só na década de 1980. A rua dos Veleiros e a Vila Gorete, que ficam também na parte de trás da fábrica e se originaram da ocupação da área de mangue, são apenas algumas palafitas que começam a circundar o verde que, com o passar do tempo, será derrubado e aterrado, dando origem às ruas. Na parte superior da fotografia, nota-se o

traçado da construção da ponte José Sarney, ponte que dará acesso as praias do São Francisco e Calhau. Na parte inferior do lado direito destaca-se o desenho da Estrada de Ferro São Luís-Teresina (EFSLT), que passava próximo aos bairros da Liberdade e da Camboa até chegar à estação da REFESA na Avenida Beira-Mar.

Apesar de existentes, as palafitas são quase imperceptíveis na paisagem urbana de São Luís naquele momento, sendo que estas localizavam-se bem próximas as áreas inacessíveis de mangue. É com o fim das atividades industriais, na década de 1960, e um intenso fluxo migratório entre as décadas de 1970 a 1990 que a ocupação das áreas de mangue vão se intensificar, sendo os bairros da Liberdade e da Camboa o destino de muitos migrantes, o que resultará em muitas áreas de mangue derrubadas para a construção de moradias.

A figura abaixo demonstra a mudança na áreas da Camboa e da Liberdade onde ficavam a antiga fábrica e o antigo Matadouro, hoje, a fábrica é o espaço que fica uma emissora de tevê e o Residencial Rio Anil Camboa. O antigo Matadouro, hoje, é a Unidade Escolar Mario Andreazza. As áreas de mangue foram completamente aterradas e tomadas por casas. A margem esquerda do rio Anil onde se encontrava um cinturão de palafitas, foi construída a Avenida IV Centenário como meio de evitar a reocupação desse espaço.

Figura 4 – A esquerda, foto aéreas da Camboa e Liberdade de 1969. A direita, foto de satélite da mesma área no ano de 2015.



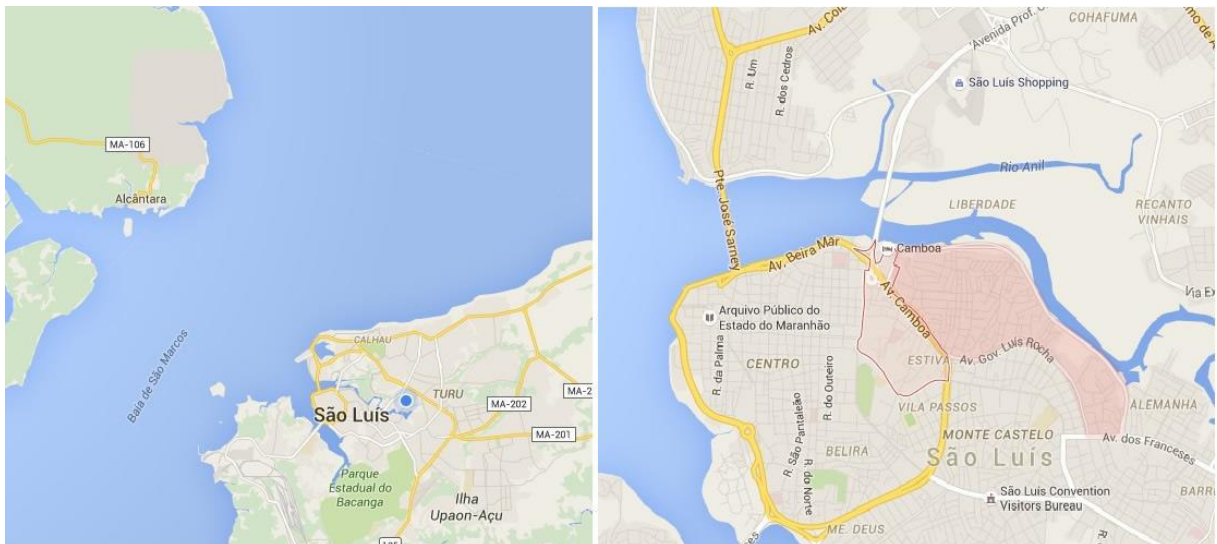
Fonte: Google Earth- elaborado pelo autora, 2016.

Atualmente os bairros da Camboa e da Liberdade são bairros que possuem uma característica bem peculiar. Além dos fatores que levaram ao povoamentos dessas áreas, já destacados anteriormente, há outros fatores, como o forte relacionamento entre a cidade de Alcântara e esses bairros. Segundo Cardoso (2008 *apud* Luz Silva, 2005), a fixação entre as famílias de diferentes povoados alcantarenses, em São Luís, vão se concentrar, em especial, nestes dois bairros. Há

também, as migrações decorrentes dos conflitos territoriais existentes com a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara, hoje intitulado Alcântara Cyclone Space, projeto que se iniciou na década de 1980 e até hoje causa migrações dessas populações para essas áreas. (BURNETT; SILVA, 2015).

Cardoso (2008) ressalta que as características que estas áreas reúnem, como o acesso facilitado à terrenos (por serem áreas alagadas e desvalorizadas), a existência de vários atracadouros que possuem ligação direta com outros portos de Alcântara, são fatores que fazem com que muitas famílias destes territórios acabem migrando para estes bairros, como pode ser observado no mapa:

Figura 5 - Distância de Alcântara em relação às áreas da Camboa e Liberdade.



Fonte: Google Maps- elaborado pela autora, 2016.

Esse fácil acesso ao mar e aos portos dos municípios de Alcântara, contribuem para as atividades de pesca nessas áreas, concentrando um grande número de pescadores. Além disso, esse “vai e vem” entre os municípios e a capital propiciou as atividades econômicas nos bairros, principalmente no bairro da Camboa, onde podemos encontrar a venda de carvão, de madeira que é utilizada na confecção de palafitas, do peixe que é comercializado nas feiras locais, entre outras matérias primas e produtos advindos dos municípios de Alcântara, como pode ser observado nas fotos:

Figura 6 - Venda de carvão na avenida da Camboa, e embarcações atracadas debaixo da ponte Bandeira Tribuzzi.



Fonte: elaborado pelo autora, 2015.

Outros fatores também observados por Cardoso (2008) contribuem para a escolha destes bairros, como destinos de muitas famílias migrantes, como as relações de parentesco. Ou seja, muitas famílias acabam migrando e morando com parentes já residentes nestas áreas; também em razão da proximidade com o centro da cidade, da busca por emprego e melhores escolas para os filhos. Nessa lógica, muitas famílias migrantes vão ocupar empregos informais como empregadas domésticas, pescadores, vigilantes, ambulantes, feirantes, carroceiros, etc., atividades estas que requerem pouca especialização.

Além desses aspectos, esses bairros são reconhecidos pela existência de um grande número de manifestações culturais e também pelo seu histórico movimento de luta pela moradia nos anos de 1980, fazendo, em especial, do bairro da Liberdade o lócus do surgimento da Associação dos Moradores Palafitados do Bairro da Liberdade (AMPBL), que teve grande importância no movimento pela moradia naquele período, na cidade de São Luís. Apesar destas características singulares, diante de poucas ações do Estado para as populações destas áreas, estes bairros são demarcados como locais violentos e seus moradores são constantemente estigmatizados, já que estes bairros são considerados pela opinião pública como os mais violentos da cidade.

Essa estigmatização pode ser relacionada desde a fundação dos bairros, que foram ocupados por proletários e migrantes que encontraram em terrenos mais baratos e acessíveis uma oportunidade de moradia, sendo em casebres de palha, ou nas palafitas, morando na lama, ou próximos aos despejos do matadouro. Sobre isso, Caldeira (2000) destaca que existe uma associação dos espaços periféricos com o crime, principalmente as favelas, sendo que nas favelas as casas são construídas

ilegalmente, não pagam impostos municipais, não tem endereço oficial, o que denota que seus moradores vivem na ilegalidade e não são considerados cidadãos. Essa ilegalidade, de acordo com a autora, faz com que estes moradores sejam “excluídos do universo do que é adequado, eles são simbolicamente constituídos como espaços do crime, espaços de características impróprias, poluidoras e perigosas”. (CALDEIRA, 2000, p.80)

Apesar de consideradas como habitações precárias e ilegais e que não estão de acordo com os padrões dos órgãos legisladores, as palafitas são um tipo de habitação que possuem técnicas tradicionais, saberes que demandam uma relação com a natureza e o espaço. Além disso, se estabeleceram e estabelecem na realidade ludovicense como o meio mais fácil de acesso à moradia por muitas famílias migrantes.

2.3 As palafitas como “arquitetura do possível”.

Denominada popularmente como “casa de palito”, casa de “pernas de pau”, a palafita é considerada um tipo de moradia que se enquadra nas classificações de aglomerado subnormal, estabelecido pelo IBGE. Esse tipo de habitação tem uma característica muito peculiar. Nos escritos de Raimundo Lopes, na obra intitulada *A Civilização Lacustre* (1924), as palafitas são mencionadas pelo geógrafo em um percurso sobre a origem destas formas de habitação, chamadas também de “estearias”. Estas estearias, que correspondem à palavra italiana *palafitta*¹⁴ para designar as cidades lacustres europeias, são descritas por Raimundo Lopes como registros de uma civilização indígena no Brasil, que ocupou rios e lagos do Cajary, Pindaré e Penalva, regiões da baixada maranhense. A documentação de Raimundo Lopes sobre estas formas de habitação destaca um modo de habitar ligado à vida de pescadores e vaqueiros dessas regiões. O que significa dizer que, para além de apenas um forma precária de habitação que as populações mais pobres encontram como meio de acesso à moradia, as palafitas têm um histórico comum na vida destas populações.

¹⁴ Palafita: estaca; estacada. Grupo de estacas que sustentam uma casa construída acima da água, em rios, mangues e lagos. In: BECHARA, Evanildo. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009, p.660.

De origem indígena, esse tipo de habitação é muito presente na região amazônica e adotada por ribeirinhos. De acordo com Loureiro (*apud* Menezes *et al.*, 2015), a palafita caracteriza um padrão espacial descrito pelo sistema mata-rio-roça-quintal. Esse padrão se encontra nas margens de igarapés, rios, e furos¹⁵ :

Da cultura indígena, **o tipo palafita absorve relações de proximidade e de continuidade com a natureza, principalmente com o rio e com espaços de várzea, evidente na maneira como o ribeirinho habita ao estabelecer sua casa em cima da água, como tira seu sustento através da pesca e como transita diariamente.** A floresta e o rio agem como uma extensão da casa, o que gera uma relação de sucessão entre esses espaços, muitas vezes a partir de um jirau na cozinha que tem vista para um quintal, atuando como espaço de transição entre a casa e a floresta ou o rio, conforme descrito pelo sistema mata-rio-roça-quintal (LOUREIRO, 2001; *apud* MENEZES, *et.al.* 2015, p.242, grifo nosso).

Por esse ângulo, fica evidente a relação da palafita com os aspectos externos da natureza. O rio como uma extensão da casa, local de circulação dos barcos e meio de sobrevivência. Essa relação da palafita com o espaço, também pode mudar entre o meio urbano e o rural, como destaca:

Na produção informal do tipo palafita em áreas rurais, observa-se que as relações mencionadas encontram-se estreitamente vinculadas ao meio natural, mantendo maior distância entre as casas e preservando deslocamento pelo rio. Em áreas urbanas, a limitação no acesso à terra e a busca por uma localização próxima aos centros comerciais comprometem a reprodução do sistema e o contato com o ambiente natural, observando-se um menor distanciamento entre as casas. [...] (*Idem*, 2015, p.243)

No caso aqui exposto, as palafitas, que caracterizam os espaços periféricos da capital São Luís, vão aglomerar-se nas margens de rios, pois são nesses locais que o “acesso à terra” torna-se mais fácil por consistirem áreas desvalorizadas. Além disso, essa proximidade com a natureza também propiciará o meio de sobrevivência destas populações, através da pesca, do transporte de produtos, na coleta de mariscos, etc. Deste modo, os distanciamentos entre as casas será menor como pode ser observado na foto a seguir que indica um cinturão de palafitas na margem esquerda do Rio Anil.

¹⁵ Furo, na região amazônica, é o nome dado a um espaço navegável que corre entre as árvores e serve de comunicação entre dois rios.

Figura 7 - Lado esquerdo do rio Anil margeado por palafitas no ano de 2004.



Fonte: Imagem de satélite. Google Earth, 2004. Elaborado pela autora, 2016.

O histórico deste tipo de moradia na capital remonta desde o processo de expansão da cidade, com a instalação de fábricas próximas aos rios, como também com o surgimento de novos bairros. Porém, esse processo de “palafitarização” intensificou-se, a partir da década de 1970, com os intensos fluxos migratórios para São Luís. Não só como uma forma de fácil acesso à moradia, as palafitas também vão caracterizar a reprodução do modo de vida de muitas famílias migrantes do interior do estado, como é apontado por Cardoso (2008, p.59), em seu estudo de caso com uma família camponesa do povoado de Alcântara que migrou para o bairro da Camboa, em São Luís:

Um dos indicativos dessa agrupação com base em elementos de caráter étnico é o fato de os alcantarenses, oriundos de povoados, se reunirem em ruas e bairros específicos na cidade de São Luís, formando bairros inteiros e depois constituindo grupos de bumba meu boi, promovendo festas de santo, encontrando-se nos terreiros de mina, juntando-se nas feiras livres para vender o pescado. Ou seja, há toda uma recriação/permanência do universo camponês de Alcântara e de toda a Baixada Maranhense na capital. A escolha do local para residência, [...] está ligada ao fácil acesso a essas áreas de mangues para moradia. Percebe-se, porém, que a solidariedade dos parentes e conhecidos do interior foram determinantes para sua escolha, principalmente no tocante à cessão de uma casa [...]

Essas populações que passam a residir nestes espaços, são em sua maioria originários da região da baixada maranhense, como também dos povoados do municípios de Alcântara. A procedência destes migrantes diz muito sobre suas relações com o espaço uma vez que em suas cidades de origem muitos tinham como meio de sobrevivência o trabalho no campo e na pesca. Ao migrarem para o centro

urbano, essas populações vão ocupar-se em atividades informais como vigias, empregadas domésticas, trabalhadores da construção civil, donos de pequenas vendas, eletricitas e carroceiros (PEREIRA, 2010). Ou quando não, pescadores, já que a proximidade do rio facilita a atividade da pesca que muitas vezes também se torna uma atividade secundária.

Para Cardoso, o rio tem uma importância na composição das habitações destas famílias, pois entende-se como uma extensão da casa e permite que continuem mantendo os laços de identidade com suas origens.

[...] A beira do igarapé, por meio de seu acesso, o portinho, como o lugar de trabalho árduo, intenso, se confunde com a rua, tanto lugar do lazer, da ociosidade, tanto quanto do trabalho, transformando-se mesmo em extensão da própria casa (“é o quintal da minha casa”). Não há, inclusive, aqui, oposição entre casa e lugar de trabalho, pois o igarapé é uma extensão da própria casa, como seu quintal. Haveria, digamos assim, uma promiscuidade entre espaços físicos – casa, rua, igarapé – permitindo que a família se realize na cidade, uma vez que seu chefe pode exercer a atividade de pescador muito praticamente dentro de casa e comerciá-lo muito próximo dela. Neste caso, a família teria conseguido juntar local de trabalho e local de residência num só espaço físico, sem perder seus laços de identidade com o grupo de origem, sem romper com as fronteiras étnicas que a vincula ao povoado Santana, onde tem garantido um lugar. (*Idem*, 2008, p.63-64)

Por serem provenientes de regiões que tem ligações com o rio ou o igarapé, e trabalharem em atividades de subsistência como a roça, muitas dessas famílias da Camboa e da Liberdade veem nesse espaço a oportunidade de conseguir garantir sua sobrevivência no meio urbano, seja na pesca, ou coleta de marisco e moluscos, passando o mar e o rio a serem substitutos da terra, no que corresponde em prover a alimentação e renda das famílias.

No que diz respeito à composição das palafitas, o principal material para a sua produção é a madeira, como também a improvisação de outros materiais. Porém, existem diversos tipos de madeira específicos para cada parte da moradia. As partes que vão constituir a base e precisam ser fixadas no mangue, as partes que compõem as paredes, e o assoalho. Dependendo de cada espécie, o tipo de madeira determinará a durabilidade da casa, que constantemente precisa sofrer reparos devido às ações da chuva, do salito do mar, como também as fortes pancadas da água em tempos de maré cheia. Alguns tipos de madeira foram identificadas em entrevistas com os moradores, que destacaram o Bacuri, Sucupira, Maçaranduba, como espécies mais resistentes à água. Segundo moradores, a conservação deve ser

feita limpando a madeira com água doce, o que pode garantir a durabilidade por até quatro anos. Existem outras espécies mais resistentes, porém mais caras, como foi destacado por Silva e Kapp (2016), que são o Pau-d’arco e a Tatajuba, que podem durar até quinze anos.

Já para a proteção das paredes externas e internas o mais utilizado é o madeirite, um tipo de compensado, que é mais frágil. Essa proteção também pode ser feita com lonas, papelão, plástico, tábuas ou outros materiais achados em resto de construções ou comprados em comerciantes locais. A cobertura das casas são feitas de telha de amianto mais conhecida como “brasilit” (nome da fabricante), o que deixa as habitações mais quentes.

Figura 8: Palafitas com paredes de tábua, lonas e madeirite e cobertura de telha “brasilit”.



Fonte: SILVA, Joana. 2012.

As palafitas são construídas através do processo de autoconstrução, por meio de mutirões ou as vezes através do pagamento de terceiros. As técnicas utilizadas para a construção dessas moradias requer o conhecimento do espaço e da natureza, uma vez que as palafitas são construídas em áreas alagadas. Uma antiga moradora de palafita, Ana Leia¹⁶ nos relatou como é realizado o processo de fabricação da palafita:

[...] dentro de um manguezal, aí você roça aqui né, faz aquela derrubada, destrói o mangue né? [...] daí você já vai pegando as madeiras, já vai

¹⁶ Ana Leia, 48 anos, é antiga moradora da “favela da Camboa”. A moradora é originária do município de Alcântara, veio adolescente para São Luís trabalhar como doméstica. Atualmente ela mora no Residencial Rio Anil Camboa, construído para os moradores das palafitas que foram removidas. Trabalha dando aulas de reforço em sua casa, já seu marido trabalha como pescador.

fincando aqui, aí já bota a travessa, faz um quadrado tipo uma mesa, daí você já bota o assoalho, daí sobe as paredes e já bota a telha. Aí outro chega e já olha “rapaz tem um barraco aqui...” Aí vem o nome de invasão né? Aí chega, e sucessivamente...Quando você vai prestar atenção, já tá aquele correio de casa desordenado e o mangue já sumindo. (Depoimento em 16/02/16)

A moradora destaca também que, para fazer essa armação da palafita que ela chama de “mesa”, é necessário fincar as bases de madeira três metros abaixo do mangue, para poder firmar a armação e manter uma distância entre a água da maré e o assoalho da casa. Esse procedimento é usualmente feito com uma madeira chamada “mangue vermelho”, pois segundo a moradora, a lama do mangue ajuda a conservar a madeira por mais tempo. O piso das casas geralmente são de assoalho, feito com tábuas pregadas na armação, ficando com a aparência da “mesa”, sendo que só depois serão erguidas as paredes e coberto o teto.

No que corresponde à estrutura interna da palafita, esta geralmente tem uma planta como um corredor, sem aberturas nas laterais, às vezes com uma porta e uma janela na frente ou apenas só com uma porta. Nos fundos fica a cozinha, que por meio de uma pequena abertura, chamada “jirau”¹⁷, são lavadas as louças, como descrevem Silva e Kapp (2016, p.08):

Uma vez que as palafitas costumam ser construídas em linha, não há aberturas nas fachadas laterais. Nos fundos, onde se situa a cozinha, pode existir um tipo de abertura conhecido como *jirau*, uma espécie de bancada que se prolonga do lado de fora, permitindo que a água da lavagem de alimentos ou utensílios caia diretamente no canal.

Por ser construída em linha, geralmente as divisórias dos cômodos são feitos pelas placas de madeirite apenas de um lado da casa, deixando um corredor que vai direto para a cozinha, como pode ser observado na foto a seguir.

¹⁷ [Do tupi]: Armação de madeira sobre a qual se edificam as casas em lugares úmidos ou passíveis de inundação. Estrado que pode servir como cama ou depósito de objetos. Piso mais elevado, ao qual tem acesso por escada interna, que cobre parcialmente o térreo. (BECHARA, 2009, p.534).

Figura 9- Divisões feitas por madeirite (esquerda) e jirau no fundo da cozinha (direita).



Fonte: SILVA, Joana. 2012.

Na parte externa fica o banheiro, geralmente um cômodo à parte feito também de tábuas e sem cobertura. Não tem vaso sanitário, tudo é despejado para fora do cômodo. O acesso a essa parte é feita através de pequenas passarelas que tanto dão para os fundos das palafitas como também ligam umas às outras, fazendo uma espécie de “vuelas”. Elas também fazem a ligação com ancoradouros de pequenos barcos chamados de “cascos”, que geralmente atracam no fundo das casas. A iluminação das casas são clandestinas, popularmente chamadas de “gato” ou “gambiarra”, não possuem água encanada, tendo os moradores que se deslocarem entre as “vuelas” com baldes de água, ou comprar para o consumo próprio.

Figura 10 - Passarela entre as palafitas (esquerda), barcos ancorados (direita).



Fonte: SILVA, Joana. 2012.

Com o passar dos anos, as palafitas tendem a passar pelo processo de aterro, mais conhecido como “entulho”. Os moradores organizam-se em mutirões e pagam o transporte em caçambas de entulhos que geralmente são doadas, entulhando a parte da frente de suas casas, ficando os fundos ainda suspenso pela estrutura da palafita, para ancorar os barcos e escorrer seu esgoto. Um dos primeiros moradores da rua dos Veleiros, no bairro da Camboa, conhecido como “Russo”¹⁸, nos conta que na sua rua era tudo mangue, e com a construção da ponte Bandeira Tribuzzi os restos dos materiais serviram para “entulhar” a sua rua, trabalho que ele orgulha de dizer que fez sozinho sem nenhuma ajuda do governo:

Isso aqui foi eu que fiz. Isso aqui, depois que eles fizeram esse serviço da ponte, eu peguei o resto do material ...Aquelas sobras ...É entulho, mas eles dão um nomezinho pra esse material de areia misturada com cimento [...] Eu trouxe e aterrei aqui. Olha aqui, esses alicerces aqui, quando eu fiz eles [...]Eles têm um metro, um metro e pouco pra baixo... Eles davam da terra pra cima, da onde ele era, eles davam um homem de mão pra cima. Você olhava pra minha casa era “atrepado” assim....Aí foi entulhando...Isso aqui era só água, só esgoto...Eu fui fazendo as caixas, ajeitando[...]

Esse material o senhor conseguiu de graça?

De graça! Foram os meninos que me deram...Eu comecei a pegar dali, onde eles começaram a trabalhar...Comecei a entulhar, entulhar...Entulhei até certas partes...Aí outras pessoas já foram entulhando...[...] (Entrevista realizada em 20/02/16)

¹⁸ “Russo” tem 66 anos é pescador e morador da rua dos Veleiros. Foi um dos primeiro moradores da rua e é o pescador mais velho da rua. Disse que ele colocou o nome da rua por conta dos barcos à vela que ficavam atracados ali próximo. Chegou com 35 anos na Camboa, na década de 1980. O morador disse que não morava em palafita, sua casa fica em uma parte alta no monte de terra, mas que tinham muitas palafitas no local.

Atualmente a rua dos Veleiros é totalmente aterrada. As palafitas que ainda restavam na rua, foram derrubadas e seus moradores transferidos para os apartamentos do programa PAC Rio Anil. A movimentação de barcos que ancoravam próximos a casa de Russo diminuiu, pois, segundo o morador, a extensão da avenida IV Centenário, construída com a finalidade de impedir novas construções de palafitas, tem impossibilitado a passagem de alguns barcos, inclusive do seu, que tem que se deslocar para o outro lado do mar, na Ponta d'Areia, para poder embarcar.

Outro morador também relatou como ocorreu o processo de entulho. Essa prática foi notada como muito comum dos moradores da região dos bairros da Camboa e Liberdade que moravam em áreas alagadas. Uma das primeiras moradoras da Vila Gorete¹⁹, Vicentina²⁰, também descreveu como era a antiga rua quando chegou. De acordo com a moradora, a maior parte da rua era só mangue, tinha apenas uma grota²¹ e poucas casas, onde era necessário andar pelas calçadas para poder trafegar:

Era um cinzeiro²² do lado de lá, aqui era só mangue, aqui foi invasão. Tudo aqui era invasão. Tudo era mangue [...]

Aqui também era mangue?

Tudo era mangue...Essa casa aqui está nesse comprimento porque a draga²³ veio entulhar o mangue [...]

Era palafita?

Era palafitada. Aí eu que mandei entulhar. Nós pagamos caçamba de pedra...Porque aqui era só na pedra...Só essa casa aqui foi umas vinte caçambadas de pedra...Agora isso aqui tudo era mangue...Isso aqui quando eu entulhei era seco...Eu peguei a água bem aqui, no peito, pra eu poder adquirir esse quintal [...]

Dona Vicentina, quando a senhora chegou essa casa de palafita já estava construída?

Já estava construída. Lá na frente já era taipa. Toda de taipa, toda "rebocadinha". Aí nós alugamos ela. Aí de alugada nós já compramos [...] O fundo que era maré...[...] Isso daqui a gente mandou entulhar tudo. Desde lá da frente até aqui. Na frente era de taipa, tinha só um quarto [...] Essa área aí foi a DENIT²⁴ que me deu[...] porque quando foram construir a ponte, as casas abaixaram tudinho. Minha casa quebrou a parede todinha [...] Danificou minha parede todinha, aí eu fiquei na rua, aí o Januário veio aqui e eu disse: "Não. Eu quero que ele venha fazer minha parede, eu não tenho condição de fazer". Eles vieram e fizeram a parede tão tal que nem botaram radier, como

¹⁹ Pertencente ao bairro da Camboa, a Vila Gorete ganhou esse nome devido a dois pescadores locais que acharam uma pedra parecida com a santa. A rua então foi batizada pelo padre Nazareno, antigo padre da igreja dos Remédios, como Vila Gorete, por causa da santa Gorete, que ganhou uma pequena capela com a imagem da santa.

²⁰ Vicentina tem 79 anos, é moradora da Vila Gorete desde 1971.

²¹ Cavidade na ribanceira de um rio produzida pela força de uma enchente. (BECHARA, 2009)

²² Cinzeiro de Fábrica. Denominação que os moradores da Vila Gorete dão para a localização da rua, uma vez que esta encontra-se atrás do terreno da antiga fábrica da Camboa.

²³ Escavadeira que retira entulho do fundo de rios, lagos, etc. (*Idem*, 2009, p.320.)

²⁴ Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte.

chamam, que é pra aguentar né...? Eles não colocaram, só fizeram a parede direto [...]

A senhora sabe quantos moradores tinham naquela época? Já estava populoso?

Ah, já tinha um bocado de “moradorzinhos”, morando por cima dos assoalhos. Tinha muito, bastante...

Antes da senhora chegar aqui já tinha visto palafita alguma vez ou só viu quando chegou?

Não, eu já tinha visto. Porque quando eu vim morar em 1967 no Jenipapeiro, era palafita. Minha casa era lá em cima. Quando a maré vinha eu já estava ajeitando as coisas tudinho pra não molhar. Eu morava em palafita...

Então a senhora tinha uma rotina diária de colocar as coisas pra cima pra não molhar?

Sim. Lá que eu morava em uns quartinhos que a gente alugou...Meus filhos ainda caíram dentro da maré [...] (Entrevista realizada em 01/03/16)

Assim como Russo, Vicentina também acompanhou as mudanças das moradias na área da Camboa. Quando a moradora chegou, em 1971, sua casa era alugada, de taipa e com os fundos pro mangue. Com o processo de urbanização da cidade, e a construção da ponte Bandeira Tribuzzi, observa-se a possibilidade de aterro dessas casas, como relatou Russo e Vicentina que utilizaram o entulho para aterrar e fazer melhorias nas casas. A moradora ainda teve a oportunidade de aumentar o terreno de sua casa, cedido pelos responsáveis da obra da ponte, fazendo assim o processo de aterro com pedras.

Observa-se pelo relato dos moradores que o processo de entulho começa na parte da frete da casa deixando por último os fundos. Com esse processo, as melhorias nas residências são gradativas, à medida que são aterradas há a possibilidade de aumentar mais cômodos. No caso dos dois moradores acima, as áreas onde estão situadas suas casas foram completamente aterradas, não tendo mais suas casas ligação com a maré. Na figura a seguir, podemos observar as ruas de Russo e Vicentina e a “favela do Maruim”, onde o processo de entulho pode ser melhor observado nas casas de palafita.

Figura 11 - Rua Veleiros, Vila Gorete e Favela do Maruim.



Fonte: SILVA, Joana. 2012 e OLIVEIRA, Maysa. 2016.

Na terceira imagem temos um conjunto de casas de palafitas já aterradas na denominada “favela Maruim”, no bairro da Liberdade. Observa-se que as casas ainda são de tábuas, a parte da frente está aterrada e os fundos ainda sem aterro, onde antes era mangue. Parte da favela foi removida pelo projeto do PAC e seus moradores foram para apartamentos, permanecendo apenas essas poucas casas.

Uma das moradoras da “favela do Maruim”, denominada Márcia, nos informou que a maioria dos moradores da favela veio da baixada maranhense. Quando ela mudou, logo se estabeleceu na área, pois sua família já estava residindo ali. Ela tem um pequeno comércio na rua, em dois compartimentos de alvenaria, o que demonstra que os melhoramentos nas casas foram realizados de maneira gradativa, como os aterros. A moradora, assim como sua vizinha Vitória, que também reside no Maruim, conta que os moradores tem orgulho do que construíram e “entulharam”. Assim como no bairro da Camboa, os moradores se reuniram para fazer as melhorias na rua e nas casas. Juntaram-se para pagar as caçambas de entulho e organizaram-se para puxar a água e fazer o esgoto da rua, como Vitória destaca: “as casas da rua já estão no seco porque foram entulhadas”, quando se refere ao aterro feito pelo programa do PAC.

Vitória e Márcia são moradoras da “favela do Maruim”. Vitória é do município de Alcântara e chegou adolescente no bairro. A moradora tem um apartamento no Residencial Rio Anil Camboa, mas que está fechado. Ela disse que gosta de morar ali, pois, não paga luz nem água e que ali não lhe falta nada. Já Márcia, mora há 25 anos na rua e também chegou adolescente no bairro. A moradora vai receber a chave do seu apartamento através do programa Minha Casa, Minha Vida no bairro Vila Maranhão. Porém, ela relatou que se pudesse não sairia do bairro, pois toda a sua família reside ali. As duas moradoras logo terão que deixar a rua, pois as casas serão removidas com o projeto de reurbanização da área.

O que se percebeu nas declarações das moradoras são os intensos laços estabelecidos no local de moradia. Desde os laços familiares, como também de vizinhança. Ao descreverem o processo de melhoramentos realizados na sua “favela”, as moradoras não hesitaram em reforçar o orgulho que sentiam ao fazer tudo em grupo, com ajuda dos vizinhos, o que demonstra também os laços de solidariedade entre os moradores. Apesar das dificuldades enfrentadas no local de moradia, estas não foram condicionantes para desejo de saída destes moradores. Pelo contrário, foram importantes para o fortalecimento dos laços de vizinhança; tendo em vista o

abandono do poder público para estas populações. Os moradores voltaram-se para as formas de organizações comunitárias e mutirões como forma de resolução dos problemas em relação à habitação e aos equipamentos urbanos.

As palafitas representam nesse contexto uma “arquitetura do possível”, pois, de acordo com Maricato (1982), são através das formas de mutirões e autoconstruções, formas estas de solidariedade e cooperação, que muitas famílias migrantes encontram nos centros urbanos a maneira de ter acesso à moradia. A relação que essas populações tem com a casa, está fora da relação capitalista, que envolve a compra e a venda da força de trabalho:

A importância quantitativa (e qualitativa) da autoconstrução junto ao proletariado das grandes cidades de países capitalistas dependentes mostra que os programas e políticas oficiais estatais de habitação são muito menos importantes na produção da habitação popular do que querem fazer crer os relatórios técnicos oficiais. É principalmente através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos) [...].

A solidariedade, quando existe, é uma determinante para a sobrevivência. O contato direto com a produção da casa também. Não há outra escolha possível, assim como não há outra arquitetura possível para substituir aquela que caracteriza o espaço de residência da classe trabalhadora, mantidas as condições em que se dá a produção desse espaço [...] (MARICATO, 1982, p.72-73)

Na Camboa e na Liberdade, além dessas populações em sua maioria não se constituir em uma população assalariada, o que torna mais difícil ainda a obtenção da casa própria através da relação de compra, os terrenos onde foram construídas as moradias foram obtidos através da ocupação, o que diferencia estes moradores daqueles que obtêm a terra através de lotes. A autora também faz essa diferenciação:

[...] O fato de o morador não ser proprietário da terra e ocupá-la ilegalmente constitui sem dúvida um elemento demarcador de águas entre o pequeno proprietário de residência urbana e o favelado. Considerando-se entretanto que a população favelada constitui força de trabalho regular, em sua maioria, parte das considerações feitas acerca da autoconstrução serve indistintamente para o trabalhador favelado ou para o trabalhador proprietário da casa. (*Idem*, 1982, p.89)

Tanto o trabalhador favelado, quanto o trabalhador proprietário da casa, vão utilizar-se dos métodos de autoconstrução, uma vez que este método dispensa maiores gastos para ambos os casos. No caso das palafitas da margem do rio Anil, além da ocupação ilegal dessas áreas, formando várias favelas de palafitas, há

também os fatores culturais, como o modo de vida rural deixado nos municípios de origem, as ligações de parentesco que acabam influenciando na ocupação destes espaços, fatores que também contribuem na ocupação ilegal, já que essa população favelada nem é assalariada e nem proprietária de terra.

Consideradas como habitações ilegais pelos setores técnicos burocráticos, as palafitas mesmo não correspondendo aos padrões estabelecidos de uma habitação legal, são, para as populações migrantes, o meio de acesso à moradia, com a ocupação de áreas alagadas que irão possibilitar no futuro a fixação da casa própria, com os melhoramentos que são realizados gradativamente, como o processo de entulho, o aumento de cômodos e a possibilidade da substituição da estrutura de madeira por alvenaria.

Essa “arquitetura do possível” permite, além destes fatores, que outros gastos sejam poupados, como a água e a energia elétrica. Porém, também deve ser observado que, apesar dos elementos que justificam o modo de vida destas populações, é importante ressaltar as dificuldades que são enfrentados pelos moradores destas áreas, como o acesso a água potável, a falta de saneamento básico, e os acidentes ocorridos nas moradias. Assim, mesmo que as palafitas apresentem características relacionadas com o espaço e a natureza, que permitem um meio de vida das camadas mais populares, contradizendo os setores técnicos como uma moradia precária, pois esta é o único modo de habitar de muitas famílias, ainda sim, em certas condições, essas moradias também tem suas limitações.

Foi com o objetivo de erradicar as palafitas, consideradas moradias precárias que se estendiam por todo o rio Anil, que o projeto PAC Rio Anil é inaugurado em 2007, tendo os bairros da Camboa e Liberdade passado por um processo de reurbanização, com a eliminação das palafitas que margeavam o rio e transferindo seus moradores para apartamentos construídos pelo projeto.

2.4 O Projeto PAC Rio Anil

Lançado no dia 22 de janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), trata-se de um conjunto articulado de medidas na área econômica, cujo o governo estabeleceu metas de 5% de crescimento por ano (DIEESE, 2008). As medidas a serem tomadas pelo programa se centram em enfrentar os pontos nos quais foram identificados como objeção para o crescimento

do país. Assim, o DIEESE destaca o PAC como uma ação governamental planejada que tem como objetivo a capacidade de retomada do Estado na questão do crescimento econômico do país.

O programa tem medidas de longo, médio e curto prazo, e dialoga entre os níveis dos governos federal, estadual e municipal. Seus principais eixos são: investimento em infraestrutura; crédito e financiamento e questões relativas aos trabalhadores. Cada eixo do programa possui “subeixos”. No caso da habitação popular, pode-se destacar que este item está contemplado tanto no eixo de investimento em infraestruturas como no eixo de financiamento, uma vez que o primeiro eixo contempla o saneamento básico, a habitação popular e a infraestrutura urbana. Já o eixo de crédito e financiamento destina-se a subsidiar concessão de crédito através, da Caixa Econômica Federal, nas áreas habitacionais e de infraestrutura.

Com a aprovação, em 2005, do Sistema e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS/FNHIS), é dado o primeiro passo no país, depois de anos, para enfrentar os problemas relacionados à habitação. (BRASIL, 2010). Isso possibilitou maiores recursos para os investimentos em programas de urbanização. Sendo assim, é somente em 2007, com os projetos voltados para a habitação do PAC, que foi retomada as iniciativas por parte do Governo Federal de “solucionar” os problemas habitacionais das regiões periféricas de São Luís.

Inaugurado no ano de 2007, na cidade de São Luís, o projeto PAC Rio Anil tem como objetivo a urbanização, revitalização, legalização e construção de moradias em áreas consideradas inadequadas para habitação. O projeto faz parte de um dos eixos do PAC nacional, que é o de investimentos em infraestrutura urbana, saneamento básico e habitações populares. Os bairros contemplados estão situados às margens esquerda do rio Anil, onde encontravam-se em ocupação de áreas alagadas (mangue), com grande quantidade de moradias consideradas precárias e, principalmente, em formas de palafitas como mostramos acima. Sendo os bairros escolhidos: Camboa, Liberdade, Fé em Deus, Irmãos Coragem e Alemanha.

Porém, segundo Burnett (2014), de acordo com os resultados do “9º balanço de Minha Casa, Minha Vida e urbanização de assentamentos precários 2011-2013”, era previsto a urbanização dos bairros da margem do Rio Anil: Camboa, Liberdade, Fé em Deus, Irmãos Coragem, Apeadouro, Alemanha, Caratatiua, Vila Palmeira, Barreto, Radional, Santa Cruz e Vila Sésamo; com remanejamento de habitações

precárias e melhorias habitacionais. Entretanto, o autor destaca que apenas os bairros Camboa, Fé em Deus, Liberdade e Alemanha foram contemplados no projeto.

A implementação do programa nestas áreas é importante na medida em que foram raros ou inexistentes ao longo dos anos os projetos de construção de moradias populares e, principalmente, de reurbanização e regularização fundiária. No bairro da Liberdade, por exemplo, a primeira e única iniciativa de implantação de projetos voltados à habitação popular deu-se, na década de 1980, com as iniciativas do Banco Nacional de Habitação (BNH), através do projeto intitulado “Promorar”. Uma iniciativa que, de acordo com Burnett (2014), alimentou as mobilizações do bairro, resultando em uma constante formação de lideranças populares, o que pode ser contrastado no caso da implementação do projeto PAC Rio Anil²⁵.

De acordo com o Relatório do Projeto PAC Rio Anil²⁶ as iniciativas do projeto estão situadas em dez metas, que são: produção de habitação; recuperação e melhorias habitacionais; sistema viário; equipamentos comunitários; recuperação ambiental; regularização fundiária; indenização de benfeitorias; trabalho social; equipamento cultural; alojamento provisório e despesas como aluguel. Todas estas metas estavam incluídas no *Plano de Reassentamento do PAC Rio Anil -2008* que teve como principal objetivo duas modalidades de atendimento, que são a urbanização de favelas e a erradicação de ocupações em áreas de risco.

Para a urbanização de favelas, foram realizados melhoramentos infra estruturais nas habitações em “área seca”, construção de uma avenida do lado esquerdo do rio Anil com 3.8 km de extensão. Na erradicação de favelas, foram realizadas as transferências das famílias nas áreas consideradas de risco, mais especificamente no que denominam de “área molhada”, para os apartamentos construídos pelo programa. A construção da avenida às margens do rio Anil, como já antecipado, ocorreu no intuito de conter novas ocupações de palafitas.

De acordo com os dados da SECID²⁷, a descrição do projeto prevê a construção de 2.720 apartamentos de 42 m². No entanto, até agora, foram entregues apenas 512 apartamentos. No *Plano de Reassentamento do PAC Rio Anil - 2008*,

²⁵ Ver dissertação de Silvio Sergio Ferreira Pinheiro: **Palafitas serão apartamentos**. Concepções, mecanismos e limites da participação popular no PAC Rio Anil, no Bairro da Liberdade, São Luís, Maranhão. (Dissertação) Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo-SP. 2013.

²⁶ Relatório da Secretaria de Estado das Cidades do Estado do Maranhão, de 16 de Julho de 2013.

²⁷ Informações disponíveis no site da Secretaria, em: <http://www.secid.ma.gov.br/pac-2/> >>

aponta a construção de 11 conjuntos habitacionais, nos bairros da Liberdade, Camboa, Fé em Deus, Alemanha, Retiro Natal e Diamante. Porém, passando-se nove anos, desde a implementação do projeto PAC Rio Anil, apenas três residenciais foram construídos: Residencial Jackson Lago, localizado no bairro Fé em Deus; Residencial Rio Anil Camboa, no bairro da Camboa; e Residencial Monte Castelo, no Monte Castelo. Como as palafitas foram removidas, muitos moradores que ainda não receberam seus apartamentos estão morando em locais alugados e recebendo o benefício do aluguel social, o que tem gerado uma pequena especulação quanto ao valor das moradias alugadas, fazendo com que novamente muitos moradores improvisem outras formas de habitação.

O principal objetivo do *Plano de Reassentamento do PAC Rio Anil* deve ser antes de tudo:

[...] reconhecer que nos territórios a serem trabalhados, estão emolduradas as condições de vida das famílias nele representadas e neste sentido, será necessário garantir a oferta de moradia que contemple a diversidade cultural, que **dê respostas habitacionais** adequadas à população e que induza à ampliação e diversificação da oferta de programas e de planos habitacionais. (Governo do Estado do Maranhão, 2008, p. 04, grifo nosso)

Fica evidente que a principal preocupação do programa como um todo diz respeito a questão habitacional, que tinha como pretensão respeitar a diversidade cultural e oferecer uma “resposta habitacional adequada” a estas populações. Esta “resposta habitacional adequada” converteu-se na construção de edificações verticais de apartamentos, com quatro pavimentos e cada pavimento com quatro apartamentos, 16 apartamentos por bloco. Ainda mais, o plano estabelece nenhum impacto no modo de vida das populações, uma vez que as famílias foram transferidas para os próprios bairros de origem. Essa concepção demonstra que os setores técnicos atentaram apenas para a remoção das moradias precárias, sem se sensibilizar para o tipo de moradia que são os apartamentos, que provoca uma mudança significativa na vida destas populações, em maiores proporções do que a questão da proximidade com os bairros de origem, que também possui suma importância. Sobre isso, Burnett e Silva (2014, p.08) criticam:

A debilidade das questões sociais dentro do Programa se expressa bem no processo de transferência dos moradores de palafitas para habitações convencionais, quando todos pareceram ignorar o papel estratégico daquela unidade habitacional precária, mas altamente funcional para a sobrevivência de seus ocupantes. Sem custos com água, energia elétrica e fora de qualquer

controle de uso e ocupação do solo, as palafitas são locais de comércio variado, oficinas das mais diversas, depósito de ferro velho, galpão de pescadores, criadouro de porcos, alojamento de animais de tração e até boca de fumo. Toda esta situação foi agravada quando a proposta urbanística da empresa B&M Consult, contradizendo o vídeo de divulgação do Programa e ignorando modos de vida dos palafitados, adotou um partido arquitetônico em quatro pavimentos e planta H para abrigar as 2.720 famílias de palafitados, retirando literalmente o chão sob os pés dos beneficiários e incluindo gastos condominiais em suas despesas mensais.

Além da urbanização e erradicação das favelas, e a construção dos apartamentos, o projeto estabeleceria a construção de boxes para as diversas atividades que eram realizadas nas antigas moradias, como comércios tipo armarinhos, mercadinhos, entre outros, como também um ancoradouro para os barcos e uma fábrica de gelo, o que permitiria a venda e conservação do pescado na região. Estas medidas foram estabelecidas no *Plano de Reassentamento do PAC Rio Anil* como pode ser observado:

Para os mercados, está prevista uma área de mais de 12.000m² de terreno, sendo estes dispostos em dois grandes grupos. O primeiro bloco, Bloco 01, foi idealizado para a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros com 14 (catorze) boxes; cereais com 08 (oito) boxes; armarinhos com 04 (quatro) boxes. Além disso, contará ainda com área para exposição livre, como bancas. Também serão equipados com banheiros, masculino e feminino, devidamente preparados para receber pessoas portadoras de necessidade especiais. Já o segundo bloco, Bloco 02, será responsável pela comercialização de frutos do mar, peixes, carnes suínas e bovinas e frangos. Conterá ao todo 22 (vinte e dois) boxes.

Nas proximidades da cabeceira da ponte Bandeira Tribuzi, será construído um Ancoradouro, que invade a calha do rio e permite acesso direto aos mercados. Será composto por passarela articulada descoberta com estrutura metálica flutuantes e piso em deck de madeira numa área de 360,0m², servindo a 30 (trinta) barcos de pequeno porte.

[...] Visando dar suporte aos mercados e ao ancoradouro, será construída uma fábrica de gelo localizada nas proximidades de ambas as construções. Também com este intuito, está prevista a construção de um entreposto de pesca, que será responsável pela comercialização e repasse do material proveniente dos barcos que se utilizam dos ancoradouros. (Governo do Estado do Maranhão, 2008, p.21)

A construção destes instrumentos se tornaram necessários diante do processo de urbanização das habitações e remoções das atividades de comércio que, na maioria das vezes, eram realizadas em casa. Com a construção de conjuntos de apartamentos como padrão de moradia, estas atividades tiveram que ser abandonadas no ambiente da casa, já que o estilo de moradia não permite a atividade do mesmo. No entanto, desde o início do projeto até agora não foram construídos os boxes para armazenamento e atividades de comércio, o que fez com que muitos

moradores tivessem que se adaptar nas novas moradias, ocasionando na existência de pequenos comércios e prestações de serviços dentro dos apartamentos, questão que será aprofundada no capítulo a seguir.

Para habitar nos apartamentos, novas formas de conduta e regras foram estabelecidas, por isso, os moradores passaram por oficinas para formação de síndicos, condomínios, etc., tendo aulas de como conviver no ambiente do condomínio, sobre o uso racional de água e energia, educação ambiental, entre outros. Esse processo de institucionalização dos moradores à um novo estilo de moradia reforça a tese de que existe um modelo de habitação idealizado como o melhor, nas palavras de Maricato (2003) a “cidade legal” versus a “cidade ilegal”, ou nas palavras do próprio programa, “Cidade dos Excluídos” para “Cidade dos Cidadãos”, demonstrando que de fato as palafitas, as favelas, essas formas de moradias e seus moradores estão fora dos padrões considerados legais, implicando que, nem cidadãos possam ser considerados. Mas o que de fato representa uma habitação legal?

O programa PAC Rio Anil, como pode ser observado apresenta, diversas falhas de concepção e execução. Desde sua implantação em 2007 até hoje, muitas metas dos projetos não foram realizadas, como a construção de todos os residenciais, dos equipamentos urbanos, entre outros. Entretanto, para as famílias que estão morando nos residenciais do programa, a nova moradia permitiu a possibilidade de melhores condições sanitárias, o acesso a água e melhores estruturas habitacionais. Apesar destes fatores, existem outros aspectos que também mudaram na vida destas populações.

Inaugurado em 2009, o primeiro residencial construído pelo projeto, denominado Residencial Rio Anil Camboa, abriga as famílias pertencentes as várias favelas de palafitas dos bairros da Camboa e da Liberdade. Essa mudança de estilo de vida e moradia tem alterado as relações sociais destes moradores uma vez que estes têm de lidar com novas regras e modos de conduta no “espaço racionalizado” que são os apartamentos, um estilo de moradia totalmente diferente de suas realidades.

Para compreendermos a dinâmica do processo de socialização dos moradores neste novo espaço, procuramos abordar fatores que nos permitissem ter maior compreensão das relações nesse complexo universo.

3. O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO NO RESIDENCIAL RIO ANIL CAMBOA

3.1 Sobre o processo de socialização

Um dos principais temas da sociologia expressa-se nas questões relativas aos vínculos entre o indivíduo e a sociedade. Isto, porque a vida social abrange duas dimensões distintas e interligadas: por um lado, ela é fundamentada nas complexas relações entre os indivíduos que geram e condicionam o meio onde ocorrem, porém, por outro, têm suas ações condicionadas; ou seja, abrangem as dimensões estruturais e estruturantes da vida social. É no interior desse complexo processo de socialização que discutiremos as relações dos moradores no seu novo espaço, o Residencial Rio Anil Camboa; a análise a partir do conceito de socialização envolve tanto o processo de aprendizagem como o processo de interação entre os indivíduos.

O conceito de socialização foi discutido na sociologia, primeiramente, em Durkheim (GRIGOROWITSCHS, 2008). Na concepção do autor, a socialização significa a integração da pessoa na sociedade. Essa integração ocorre através dos padrões de valores, normas de conduta moral, que são incorporados por meio do processo de aprendizagem. Para Durkheim, a educação é o fator fundamental de socialização do indivíduo, que se dá através da instrução dos adultos àqueles que ainda serão inseridos na vida em sociedade, ou seja, aos mais jovens:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meios especial a que a criança, particularmente, se destine. (DURKHEIM, 1955, p.32-33)

Com essa definição, Durkheim (1955) deixa claro que a educação é a socialização metódica das novas gerações. Sendo assim, educação e socialização estão imbricados, pois, na concepção do autor, a socialização é o meio que prepara as condições para que a sociedade seja homogênea. A homogeneidade é um fator fundamental para Durkheim, pois permite a existência do meio social. A educação, nesse sentido, perpetua e reforça essa homogeneidade nas crianças, fazendo com que estas estejam preparadas para a vida coletiva. Mesmo com a diversificação da vida social, Durkheim afirma que a educação fortalece esta homogeneidade.

Denominada por Dubet (1994) como “sociologia da ação”, a socialização de Durkheim é destacada pelo autor como um processo de interiorização do social. Essa interiorização é intensificada na modernidade, que exige do indivíduo uma maior proteção diante das desordens induzidas pelo processo de civilização. (DUBET, 1994, p.26) O autor destaca a preocupação de Durkheim com a fragilidade da vida social com o processo de divisão do trabalho, sendo assim ele denomina que:

A sociologia da ação em Durkheim apresenta-se como uma sociologia da socialização, uma sociologia que se esforça por reduzir a ação aos processos que a determinam na própria consciência do indivíduo. O estudo da socialização torna-se num equivalente geral da sociologia. Há, de fato, que compreender que, em Durkheim, a preocupação da socialização e da educação assenta numa consciência inquieta, no sentimento da extrema fragilidade de uma sociedade ameaçada pela melancolia, pelo bovarismo, pelo enervamento...pela anomia. [...] (DUBET, 1994. p.26)

É perceptível na concepção de Durkheim que a educação é o fator fundamental de socialização da sociedade, e que ocorre como na forma de etapa, ao qual as gerações mais novas devem ser iniciadas para a vida em sociedade, pois, para o autor, a cada nova geração, a sociedade encontra uma “tabula rasa”, e só é por meio da educação que são agregados a essa geração a natureza da vida moral e social. (DURKHEIM, 1955). Embora existam teóricos que defendam que Durkheim explica o social como algo impondo-se ao indivíduo, não se pode negar que suas análises permitiram pensar, primeiramente, que tipo de indivíduo é esse, que só é possível existir na dinâmica da vida social. Nesse sentido, a relação entre indivíduo e sociedade é destacado por Durkheim do seguinte modo:

[...] o suposto antagonismo, muitas vezes admitido, entre indivíduos e sociedade, não corresponde a coisa alguma no terreno dos fatos. Bem longe de estarem em oposição, ou de poderem desenvolver-se em sentido inverso, um do outro – sociedade e indivíduo são ideias dependentes uma da outra. Desejando melhorar a sociedade, o indivíduo deseja melhorar a si próprio. Por sua vez, a ação exercida pela sociedade, especialmente através da educação, não tem por objeto, ou por efeito, comprimir o indivíduo, amesquinhá-lo, desnaturá-lo, mas ao contrário engrandecê-lo e torná-lo criatura verdadeiramente humana. Sem dúvida, o indivíduo não pode engrandecer-se senão pelo próprio esforço. O poder do esforço constitui, precisamente, uma das características essenciais do homem. (DURKHEIM, 1955, p.56)

Neste ponto, a educação, para Durkheim, tem como função fazer os indivíduos sujeitos sociais e morais. Essa moralidade, de acordo com Dubet (1994),

não preexiste ao social, ela é a interiorização da norma. Assim, a socialização é um processo que torna os indivíduos seres morais. Portanto, o autor considera “a sociologia da ação durkheimiana como uma teoria que identifica progressivamente o ator com sistema segundo um processo de interiorização das normas e dos valores pelos indivíduos.” (*Idem*, p.31).

Outro autor que desenvolve o conceito de socialização em suas análises é Simmel. Enquanto Durkheim destaca a socialização como a integração na sociedade das gerações mais jovens através da educação, em Simmel essa socialização (*Vergessellschaftung*) acontece em todos os momentos da vida social, atribuindo um caráter processual para o conceito. A sociedade, para o autor, só poderá ser definida a partir da análise não das formas, mas dos elementos que compõem essa unidade, elementos que se interligam para que se constitua a síntese da sociedade:

Pois aqui o que se busca são os processos, em última análise realizados nos indivíduos, que condicionam sua existência enquanto sociedade – não como causas antecedentes no tempo desse resultado, mas sim como processos parciais dessa síntese que nós, de maneira condensada, denominamos “sociedade”. (SIMMEL, 2013 a. p.656)

A socialização, ou sociabilidade, na concepção de Simmel, vai implicar na relação de interação entre os indivíduos, concepção esta que se distancia do caráter de interiorização de valores que fora atribuído por Durkheim através da educação. Em Simmel, o processo de socialização ocorre através das interações, valores, estruturas individuais da personalidade que se desenvolvem desde a infância, não sendo a infância apenas o momento de internalização. O processo de socialização está ligado a todas as práticas sociais durante a vida deste indivíduo. (GRIGOROWITSCHS,2008).

Para Simmel a interação é fundamental para compreender a sociedade. Segundo ele a sociação só começa a existir quando os indivíduos adotam formas de cooperação e de colaboração. Essa sociação é a forma como de diversas maneiras os indivíduos vão constituir uma unidade dentro do qual realizam seus interesses. Não só. É necessário que nesse aglomerado de indivíduos coexista diversas maneiras de interação, adquira uma forma de influência recíproca da ação de uns sobre os outros, assim se constituindo a sociedade (SIMMEL, 1983).

Ainda assim, isso a que aqui me refiro, isso que é devido examinar (quanto às suas condições) como sendo a noção genérica de socialização, é, sim, algo que diz respeito ao conhecimento: a consciência de se socializar ou de estar socializado. Talvez fosse até melhor chamar isso de que aqui se trata de um saber, e não de um conhecer. Pois, aqui, o sujeito não se encontra diante de um objeto do qual, pouco a pouco, haveria de capturar uma imagem teórica, mas antes aquela consciência da socialização é imediatamente o seu suporte, o seu significado interior. Trata-se aqui dos processos de interação [*Wechselwirkung*] que denotam, para o indivíduo, o fato de que ele está socializado – fato esse que, ainda quando não seja abstrato, há certamente de ser passível de expressão abstrata. (SIMMEL, 2013a, p.657)

Neste sentido, o autor destaca que a consciência de socialização ocorre no processo de interação, que o faz reconhecer o dualismo do processo de socialização na medida em que o indivíduo é abarcado pela socialização e a ela contraposto, quando é, ao mesmo tempo, um membro do seu organismo e é ele próprio um todo orgânico fechado (Simmel, 2013a, p.665).

A concepção processual da socialização elaborada por Simmel foi também explorado por Norbert Elias (1994).

O conceito de processo social é destacado por Elias (2006) como referente às transformações amplas, contínuas e de longa duração. Segundo o autor, contrariamente ao processo biológico evolutivo, os processos sociais são reversíveis, podem ocorrer em uma direção, como também na direção oposta e simultaneamente. Isso significa que esse caráter processual não ocorre necessariamente de forma integrada, também pode ocorrer oposições, tensões no interior desse movimento.

Em Elias, as mudanças históricas na sociedade são denominadas como um processo civilizador social, no sentido de que nesse processo a sociedade muda contínua e simultaneamente, o que fez os padrões de comportamentos e a composição psíquicas dos povos, em especial do ocidente, acompanharem esse processo. Para isso, ele destaca que sua análise busca a investigação da sociogênese e psicogênese, o que significa a análise da vida afetiva e controle de instintos compulsórios. (ELIAS, 1994, p.19)

Da mesma forma como Durkheim, Elias reconhece a importância da inserção da criança na vida social e sua relação com os mais velhos. Porém, esta análise se dá de forma processual, admitindo, assim como Simmel, a interação que esta estabelece ou, como ele próprio denomina, uma rede de relações:

[...] Mas o que aqui chamamos “rede”, para denotar a totalidade da relação entre indivíduo e sociedade, nunca poderá ser entendido enquanto a “sociedade” for imaginada, como tantas vezes acontece, essencialmente

como uma sociedade de indivíduos que nunca foram crianças e que nunca morrem. Só se pode chegar a uma compreensão clara da relação entre indivíduo e sociedade quando nela se inclui o perpétuo crescimento dos indivíduos dentro da sociedade, quando se inclui o processo de individualização na teoria da sociedade. A historicidade de cada indivíduo, o fenômeno do crescimento até a idade adulta, é a chave para a compreensão do que é a “sociedade”. A sociabilidade inerente aos seres humanos só se evidencia quando se tem presente o que significam as relações com outras pessoas para a criança pequena. (ELIAS, 1992, p.30)

Nesse ponto, Elias ressalta que é preciso a assimilação de modelos sociais previamente formados, e que sem a moldagem de suas funções psíquicas a criança continua a ser pouco mais que um animal. (*Idem*, p.31). Essa interiorização não significa uma padronização de comportamentos, pelo contrário, o autor destaca que dentro de uma rede de relações, cada pessoa ocupa uma posição única, o que faz com que seja possível o desenvolvimento da individualidade, pois esta só é possível para uma pessoa que cresce em grupo.

As perspectivas apresentadas acima são importantes para delinear os aspectos característicos do processo de socialização, particularmente aquele relativo à internalização de comportamentos, que fundamentam e são imprescindíveis à dinâmica da vida social. Neste ponto do presente trabalho, são importantes também porque o conceito de socialização apresenta-se como uma ferramenta que ajuda na compreensão da vida que as pessoas passaram a ter enquanto moradores do Residencial Rio Anil Camboa.

3.2 O Residencial Rio Anil Camboa

Situado no bairro da Camboa, próximo às margens do rio Anil, o Residencial Rio Anil Camboa foi o primeiro conjunto habitacional inaugurado pelo programa PAC Rio Anil, em 2009. Está localizado no que antes era a antiga fábrica da Camboa, ao lado direito da emissora da tevê Difusora e ao lado esquerdo da avenida IV Centenário, inaugurada em 2014. O Residencial possui 288 apartamentos divididos em 18 blocos, sendo cada bloco dividido em 04 pavimentos, totalizando 16 apartamentos por bloco, o que dá uma área de aproximadamente 837 m² por bloco, com apartamentos de 42m².

Os 18 blocos estão localizados em pequenas ruas transversais, com pouca iluminação e pavimentação. O conjunto possui, além dos blocos, um espaço de estacionamento na frente do prédio, não sinalizado, um salão fechado recém reformado e uma quadra de futebol também recém inaugurada; estes dois últimos espaços foram entregues aos moradores no começo do ano de 2016, situados ao lado esquerdo do Residencial. Antes da construção da Avenida IV Centenário, nestes locais existia um salão de festas, um pequeno playground e uma quadra que foram removidos para passar a avenida, diminuindo o espaço do Residencial. Os resíduos sólidos são despejados em uma espécie de “caixa de cimento” para depósito, que fica do lado externo do conjunto. O Conjunto não possui portão na fachada, o que permite a entrada de qualquer pessoa; apesar do muro ter sido construído há mais de um ano. Os blocos são denominados por nome de flores, tendo cada bloco uma nomenclatura, mas sem nenhuma identificação visível. Na imagem a seguir, mostra a identificação do Residencial juntamente com as nomenclaturas dos blocos:

Figura 12. – Imagem aérea do residencial com o nome dos blocos.



Fonte: Imagem de Satélite. Google Earth, 2011. Modificado pela autora, 2016.

A distribuição dos moradores nos blocos priorizou as famílias com idosos, pertencendo estes aos apartamentos térreos; não foram identificados outros critérios para distribuição dos moradores. Porém, de acordo com a identificação das favelas de origem, durante a pesquisa percebeu-se a intensão de agrupar o maior número possível de moradores da mesma rua outrora habitada, em cada bloco do Residencial, o que não ocorreu com todos. Isto pode ser observado na tabela de origem dos moradores de cada bloco que foram entrevistados.

Tabela 1 - Distribuição dos moradores por bloco de apartamento.

BLOCO	Nº DE MORADORES	FAVELA DE ORIGEM	TOTAL DE ENTREVISTADOS
BLOCO 1	08	MARUIM	08
BLOCO 2	07	MARUIM	03
BLOCO 3	09	AREAL	07
BLOCO 4	09	AREAL	08
BLOCO 5	10	VELEIROS	07
BLOCO 6	08	VELEIROS	07
BLOCO 7	08	LIBERDADE; MANGUE SECO	03
BLOCO 8	08	MANGUE SECO	05
BLOCO 9	08	VILA GORETE	04
BLOCO 10	08	CAMBOA	05
BLOCO 11	09	MANGUE SECO; MARUIM	04
BLOCO 12	09	MANGUE SECO	06
BLOCO 13	09	CAMBOA	08
BLOCO 14	10	CAMBOA	04
BLOCO 15	10	MANGUE SECO	08
BLOCO 16	06	MANGUE SECO	05
BLOCO 17	09	MANGUE SECO	06
BLOCO 18	08	GALERIA	03

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

Percebe-se que na maioria dos blocos há a concentração de moradores da mesma favela. As diferenças entre os blocos se dá somente em relação a ocupação: os blocos da frente (os quatro) foram os primeiros que receberam os moradores do Residencial, sendo meses depois entregue os restantes. Mesmo com poucas diferenças observadas, principalmente na composição dos moradores por blocos, essas não foram suficientes para a produção de discursos entre os moradores dos primeiros blocos, que acham que nos apartamentos de trás encontram-se maior desorganização e conflito. Apesar da diferença entre a chegada dos moradores no Residencial, este fator não foi suficiente para identificar a desorganização e os conflitos somente entre os moradores dos últimos blocos, o que indica que esses discursos são produzidos para demarcar fatores de diferenciação no Residencial.

Pertencentes a várias “favelas”²⁸ – sendo elas: Cambaia, Veleiros e Vila Gorete, do bairro da Cambaia; e Areal, Maruim, Mangue Seco, Vila Verde, Vila Madalena, Promorar e Galeria do bairro da Liberdade – as famílias do Residencial Rio Anil Cambaia convivem com um novo padrão de moradia (apartamentos), e com o estigma que o Residencial ganhou de local perigoso e violento, sendo apelidado de “Carandiru”²⁹. Além disso, essas diferenças entre os bairros de origem dos moradores fizeram com que as fronteiras e o sentimento de pertencimento em relação às suas antigas localidades justificassem os conflitos existentes no Residencial, algo demarcado na fala dos moradores pela “mistura das favelas”. Não só. A imposição de regras e modos de convivência têm gerado conflitos na medida em que os padrões do novo estilo de moradia não faziam anteriormente parte da realidade destas populações. Além do mais, a violência é ressaltada pelos moradores como um fator determinante para os desejos de mudança e a venda dos apartamentos, mesmo que de forma ilegal.

No Residencial, os moradores têm convivido com o novo estilo de vida, pois o tipo de moradia requer outras formas de comportamento, com regras e códigos a serem aceitos, como o pagamento de contas de água, luz e a taxa de condomínio que é destinada à limpeza dos blocos e da energia da bomba de água. Além disso, a

²⁸ Nesse contexto, favela, é como os moradores do Residencial designavam suas antigas moradias, as palafitas. Cada conjunto de palafitas era denominado de favela.

²⁹ Carandiru era o nome popularmente dado a Casa de Detenção de São Paulo localizada na zona norte da cidade de São Paulo, inaugurada na década de 1920. O presídio ganhou notoriedade pelo execução de 111 detentos no ano de 1992, episódio que ficou conhecido como “massacre do Carandiru”. A penitenciária foi desativada e demolida no ano de 2002.

moradia estabelece a organização e cooperação dos moradores com a limpeza do prédio, regras de quem pode entrar nos blocos, e outros padrões de conduta, além das reuniões de condomínio e a exigência de um síndico por bloco, responsável pela organização do prédio e pelas taxas de condomínio.

Durante a pesquisa de campo foram observados nos blocos as diversas formas de como seus moradores lidam com o espaço e com o estilo de vida de condomínio. Há diferenças entre os blocos, entre os mais organizados até os mais problemáticos, o que demonstra que a socialização do padrão de conduta não é apreendido de forma única. Na verdade, ela ocorre de uma maneira multifacetada.

Para compreendermos como a nova moradia tem influenciado nas relações e nos comportamentos dos moradores, buscamos analisar esse processo de socialização em quatro aspectos: da perspectiva do perfil dos moradores, quem são e como vivem os moradores que estão nesse espaço; da perspectiva da moradia, em que sentido a nova moradia tem mudado a vida destes moradores, o que significou uma moradia “legal”, que obedece os padrões estabelecidos pelos setores técnicos do que é adequado morar; das relações de vizinhança, como estas se estabelecem dentro do espaço racionalizado do Residencial, sujeito a obediência de regras e códigos impostos pelo padrão de moradia. E por fim, do que significa ser morador do Residencial, como seus moradores tem sentido essa mudança, quais suas avaliações sobre o Residencial, e o que significou a mudança de moradia.

3.2.1 Os moradores

Os ex-moradores das palafitas, e agora moradores do Residencial Rio Anil Camboa, são em sua maioria migrantes. A partir da nossa pesquisa realizada no Residencial, onde foram aplicados 154 questionários para uma população de 288 moradias, constatou-se que mais da metade dos moradores advém do interior do estado, cerca de 58%. Suas cidades de origem são, em sua maior parte, localizadas nas microrregiões da baixada maranhense e do litoral ocidental maranhense, o que denota uma migração facilitada pelo acesso de vias marítimas, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 2 - Principais locais de origem dos moradores.

Municípios da Baixada Maranhense	Municípios do Litoral Ocidental Maranhense
Matinha	Alcântara
Palmeirândia	Bequimão
Perimirim	Cururupu
Pinheiro	Cedral
São Bento	Central do Maranhão
São João batista	Guimarães
São Vicente Ferrer	Porto Rico
Viana	

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

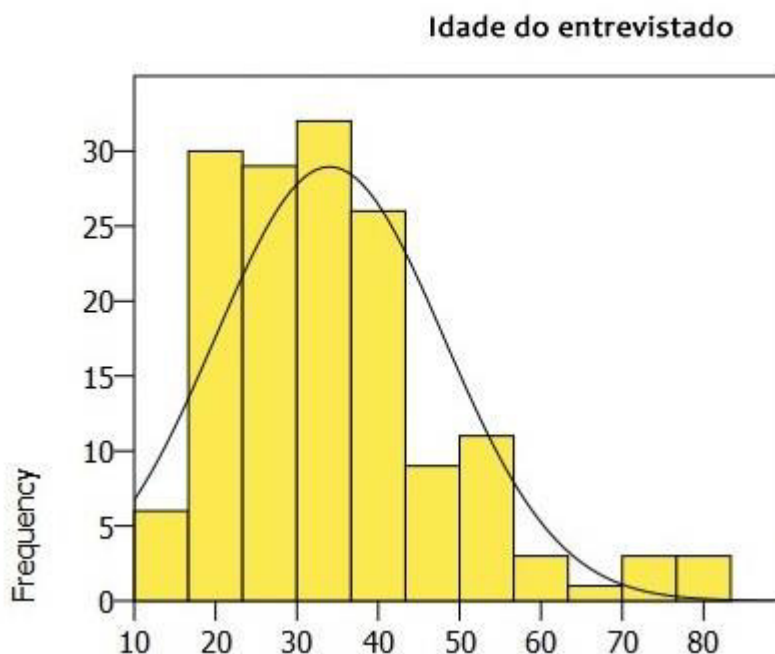
Pelos percentuais que a nossa pesquisa registrou, o número de migrantes na composição populacional de São Luís é relevante, o que evidencia que esse crescimento migratório, atrelado às difíceis condições de vida e acesso à terra na capital vão propiciar a ocupação de loteamentos ilegais e áreas de mangue. Em razão desse aspecto, a política pública do PAC é importante na medida em que São Luís se encontra entre as cidades com as maiores proporções de domicílios ocupados em aglomerados subnormais, que corresponde a 29,9 % do total de domicílios ocupados da Região Metropolitana. Só a capital São Luís possui 23% de sua população em

áreas de aglomerados subnormais. As duas outras cidades que compõem a Região Metropolitana de São Luís possuem proporções maiores, São José de Ribamar com 44,8 % e Raposa com 24,4%³⁰.

A respeito da composição por gênero, dos moradores entrevistados do Residencial Rio Anil Camboa, podemos destacar, primeiramente, que na aplicação dos questionários obteve-se os percentuais de 75,97% de entrevistados do sexo feminino e 24,03% do sexo masculino³¹. Contudo, esse diferencial de número não inviabilizou a pesquisa em razão dos chefes de famílias em sua maioria serem mulheres, o que corresponde à mudança da posição da mulher na sociedade brasileira nos últimos anos para o posto de responsáveis da casa.

Outro aspecto importante para a compreensão dos moradores do Residencial refere-se à composição etária. A partir das entrevistas, constatou-se a existência de uma população bastante jovem, apresentando maiores números na faixa dos 30 anos de idade, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Figura 13 - Gráfico da faixa etária dos moradores entrevistados.



Fonte: elaborado pela autora, 2016.

³⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2010.

³¹ Essa diferença no quantitativo de entrevistados por sexo é explicada pelo período escolhido para a realização das entrevistas, pois foi no turno da manhã que grande parte das entrevistas foram realizadas. A escolha do horário para a aplicação dos questionários deu-se em razão dos dias da semana serem mais acessíveis para a realização da pesquisa.

Esse percentual indica que a maioria dos moradores do Residencial está entre as faixas de idade de 20 a 40 anos. O número de crianças, permaneceu entre os menores, pois, estas não estavam no grupo de entrevistados. Porém, pela composição familiar dos moradores do Residencial, foram observados o número de 3 a 4 pessoas por lar (ver tópico “a moradia”), o que indica uma mudança no perfil dos moradores dos centros urbanos que tendem a ter menos filhos. Sobre isso, Caldeira (2000) ressalta que essa diminuição das taxas de fecundidade nos últimos anos, entre as mulheres pobres dos centros urbanos, ocorre devido a tendência de desejarem conseguir melhores empregos, além de empregadas domésticas. Na nossa pesquisa, isso é confirmado pelo número de mulheres chefes de família, sendo a sua grande maioria empregadas domésticas.

Ainda sobre as principais atividades e situação empregatícia dos moradores do Residencial, podemos destacar as três principais registradas na pesquisa: empregada doméstica – uma atividade realizada em grande parte por mulheres – em seguida, o número de desempregados, apresentando maior número entre os homens, e, em terceiro, estão os aposentados como pode ser observado abaixo, no quadro 1.

Quadro 1 - Situação empregatícia.

Empregada Doméstica: 13%
Desempregado: 9%
Aposentado: 7,79%
Autônomo: 5,19%
Pedreiro: 5,19%
Serviços Gerais: 3,90%
Vigilante: 3,25%
Servente de pedreiro: 3,25%
Feirante: 3,25%
Diarista: 3,25%

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

No entanto, este cenário não é muito diferente do que ocorria anteriormente. Em relação às atividades desempenhadas pelos moradores antes da mudança para os apartamentos, 55,19% continuaram realizando a mesma atividade. Isso mostra que

houve pouca mudança em relação às condições de sobrevivência destas famílias, como pode ser observado no quadro 2:

Quadro 2 - Mesma situação empregatícia desempenhada antes da mudança

Doméstica - 5,84%
Aposentado - 3,89%
Autônomo - 1,94%
Vigilante - 1,29%
Pedreiro - 1,29%
Vigia - 1,29%
Servente de pedreiro - 1,29%
Diarista - 1,29%

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

Em relação às situações empregatícias anteriores dos moradores, além de mais da metade continuar na mesma situação, elas apresentavam os seguintes percentuais:

Quadro 3 - Situação empregatícia dos moradores que coincide com a situação anterior à mudança para o Residencial.

Empregada Doméstica: 9,74%
Servente de pedreiro: 3,90%
Pescador: 2,60%
Desempregado: 2,60%
Serviços Gerais: 1,95%
Dona de Casa: 1,95%
Vendedor: 1,30%
Estudante: 1,30%
Eletricista: 1,30%

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

Podemos observar que tanto entre as principais atividades desempenhadas pelos moradores do Residencial Rio Anil Camba (quadro 1), quanto as atividades anteriormente exercidas por estes antes da mudança (quadro 2), como também no rol das mesmas atividades que continuam sendo exercidas (quadro 3), a ocupação de

empregada doméstica tem destaque em todos os momentos, apresentando maior porcentagem, o que representa a principal ocupação do chefe da casa.

A respeito de mais da metade dos moradores continuarem ocupando a mesma atividade, significa dizer que a nova moradia não propiciou uma mobilidade social significativa aos moradores; ou seja, estes continuam tendo o mesmo padrão de ocupação exercido antes da mudança, sendo as três principais: doméstica (5,84%), aposentado (3,89%) e autônomo (1,94%). Vale também ressaltar que as atividades do quadro 1, como do quadro 2, são, de modo geral, as atividades exercidas pela grande maioria dos moradores, o que aponta a importância ainda da ocupação de empregos informais e com pouca qualificação e especialização.

Apesar de ser uma atividade regulamentada³² a pouco tempo pelo Ministério do Trabalho, a função de empregada doméstica é, nesta realidade, praticada de maneira informal. As atividades baseadas no vínculo formal de trabalho, são em sua maior parte, àquelas ligadas às funções terceirizadas onde destacam-se os trabalhos de: serviços gerais, vigilantes, seguranças e na construção civil.

Fazendo uma comparação entre as atividades exercidas antes e depois da mudança para as novas residências, podemos a partir da tabela abaixo mensurar como a urbanização e a transferência das famílias para os apartamentos do projeto PAC Rio Anil afetaram as relações de trabalho dos moradores.

Tabela 3 – Percentuais das situações empregatícias dos moradores antes e depois da mudança para o Residencial.

ANTES DA MUDANÇA		DEPOIS DA MUDANÇA	
Aposentado	3,90%	Aposentado	7,79%
Atendente	1,30%	Atendente	0,65%
Autônomo	0,65%	Autônomo	5,19%
Aux. de cozinha	0,65%	Aux. de cozinha	0,65%
Construção civil	0,65%	Construção civil	0,65%
Carpinteiro	0,65%	Carpinteiro	1,95%
Cozinheira	0,65%	Cozinheira	1,95%
Chefe de cozinha	0,65%	Chefe de cozinha	0,65%

³² Sancionada em 1º de Junho de 2015, a Lei Complementar nº 150 que dispõe sobre o contrato do trabalho doméstico garante direitos como: carteira de trabalho e previdência social devidamente anotada, salário mínimo fixado em lei; vale-transporte, férias de 30 dias e feriados civis e religiosos; 13º salário, hora extra, aposentadoria, licenças, FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), aviso prévio, salário-família.

Desempregado	2,60%	Desempregado:	9,09%
Diarista	1,30%	Diarista	3,25%
Dona de Casa	1,95%	Dona de Casa	0,65%
Empregada Doméstica	9,74%	Empregada Doméstica	13,0%
Faz Bico	0,65%	Faz Bico	1,95%
Feirante	0,65%	Feirante	3,25%
Manicure	0,65%	Manicure	1,95%
Montador de forro	0,65%	Montador de forro	0,65%
Pedreiro	0,65%	Pedreiro	5,19%
Pensionista	0,65%	Pensionista	0,65%
Pescador	2,60%	Pescador	0,65%
Segurança	0,65%	Segurança	1,30%
Servente de pedreiro	3,90%	Servente de pedreiro	3,25%
Serviços Gerais	1,95%	Serviços Gerais	3,90%
Técnico em Refrigeração:	0,65%	Técnico em refrigeração	0,65%
Vendedor	1,30%	Vendedor	1,30%
Vigilante**	1,30 %	Vigilante	3,25%

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

No quadro acima, podemos observar que ocorreu um crescimento significativo foram em razão do número de desempregados, com aumento de 6,49%; do número de autônomos, com aumento de 4,54%; pedreiros com o mesmo aumento, 4,54%, e aposentados com 3,89% de aumento; ou seja, o número de desempregados foi o maior percentual indicado na situação dos moradores do Residencial, seguido pelo número de autônomos. Nessas duas situações temos também a predominância da ocupação de empregada doméstica como atividade desenvolvida anteriormente às condições de desempregados ou autônomos, sendo que, dos 9,09% do número de desempregados, 6,5% eram empregadas domésticas e, dos 5,19% do número de autônomos, 3,35% eram empregadas domésticas.

Já a respeito da diminuição do número de atividades, podemos destacar que a única atividade que teve uma diminuição significativa foi a de pescador, com 2% a menos de moradores exercendo a atividade. Comparando o quadros 3 e a tabela 3, observamos que no quadro 3 a ocupação de pescador aparece como umas das principais atividades desempenhadas pelos moradores antes da mudança para o Residencial Rio Anil Camboa. Porém, na tabela 3 que apresenta a situação das atividades em dois momentos, percebemos a queda da atividade de pesca, a única

que teve uma porcentagem mais significativa. Isso nos permite avaliar que a atividade de pesca pode ter sofrido uma diminuição por conta das intervenções urbanísticas no bairro, assim como a mudança de estilo de moradia (apartamentos), implicando na migração dos moradores para outras atividades, como de vigilantes, moto taxistas, e de pedreiros³³.

De acordo com o relatório da SECID,³⁴ de junho de 2013, as atividades de pesca estariam contempladas na “Meta 5” do relatório, no que corresponde à “Recuperação Ambiental” com a construção de ancoradouros no Residencial para os pescadores, ainda em fase de levantamento e execução até os dias atuais. Além disso, outras ações já promovidas pelo projeto, como a construção da avenida IV Centenário e a colocação de uma barreira de granito nas margens do Rio Anil, bem como a falta de box para guardar as ferramentas de pesca e o deslocamento de alguns moradores para outros Residenciais³⁵, favoreceram a diminuição dessa atividade. Isso pode ser confirmado no relato dos moradores do Residencial Rio Anil Camboa:

Antes tinha mais pescaria?

Morador 2: Olha, tinha. Tinha porque teve muita gente daqui dessa região aqui, Camboa, que hoje não mora aqui. Às vezes pode até morar em outro bairro, do mesmo bairro, às vezes foi pra outro mais longe, mas não tem aquele acesso pra está pescando mais assim [...]

E o senhor pescava quando morava na favela?

Morador 1: Eu pescava.

Não pesca mais?

Morador 1: Agora não. A gente chega cansado do serviço pra ir pescar, aí de manhã sair de novo. Eu sei pescar, agora não, parei.

Pescava para vender?

Morador 1: Para comer também. Comer era melhor. Chegava uma hora dessa e a gente ia pescar...

Muita gente teve que largar de pescar?

Morador 2: Normalmente muita gente... Até porque tem gente que mora lá próximo ao CEFET³⁶ [...] fica longe pra quem vem viver da pescaria né?

Tem gente dessa área aqui que foi remanejado para lá?

Morador 2: Pará lá, exatamente. É difícil pra eles, tá entendendo? Mas geralmente esses pescadores não vivem só de pesca não, todo mundo trabalha, entendeu? Aí, só que tem um que vive de pesca mesmo, é um senhor aqui que ele tem uma embarcação grande pra ir embora aí fora né? Ele traz muito peixe...Mas a população daqui é assim, pega o peixe só para consumo mesmo, não é para venda não. (Entrevista com moradores do Residencial. Realizada em 13 de fevereiro de 2015)

³³ Estas atividades foram identificadas como as que os pescadores passaram a exercer depois da mudança para os apartamentos do Residencial.

³⁴ Relatório da Secretaria de Estado das Cidades do Estado do Maranhão, de 16 de Julho de 2013

³⁵ Além do Residencial Rio Anil Camboa, os moradores das palafitas que margeavam o lado esquerdo do rio Anil foram também transferidos para outros dois Residenciais localizados nos bairro Fé em Deus e Monte Castelo.

³⁶ Centro Federal de Educação Tecnológica, atualmente denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA. O Residencial construído pelo PAC Rio Anil, denominado Residencial Monte Castelo, fica próximo ao Instituto.

Nesse contexto particular, a pesca é uma atividade muito praticada pelos moradores locais. A proximidade com o rio e o mangue propiciam a retirada da alimentação desta população, seja pela pesca, seja pela coleta de caranguejo e de moluscos, como sarnambi e sururu. Além disso, a pesca é também considerada uma atividade de lazer, uma prática comum de socialização entre os moradores que, na maioria das vezes, é exercida nos seus respectivos tempos livres.

De modo geral, a pesquisa demonstrou que o perfil das ocupações dos moradores do residencial faz parte de um quadro de empregos informais ou com pouca especialização, pois, quando formais, estão situados nos setores de empregos terceirizados. Na verdade no Residencial, uma grande parcela de sua população ocupa empregos no setor doméstico, como também desenvolvem atividades de cunho autônomo, além do crescimento do número de desempregados e da diminuição de pescadores.

Outro aspecto importante que tem que ser levado em consideração, e contribui para a compreensão do perfil das atividades dos moradores do Residencial, são fatores como o nível de escolaridade e a renda das famílias, que não podem ser analisados separadamente, pois seu conjunto contribui na compreensão do quadro estrutural das famílias do Residencial. Neste sentido, a pesquisa revelou os níveis de escolaridade das famílias, tendo como o maior nível de escolaridade o ensino médio completo, com 50%, e o menor grau o ensino fundamental, com 82 %, - este último percentual pode ser explicado pelo grande número de crianças que ainda estão nos primeiros anos do ensino básico. Em menor proporção está o nível superior, com apenas 1,30%, como pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 4 - Maior grau de escolaridade da casa.

Ensino médio completo: 50%
Ensino médio incompleto: 20,13%
Fundamental incompleto: 18,83%
Fundamental completo: 2,60%
<i>*Não informado: 1,95%</i>
Superior completo: 1,30%
Superior incompleto: 5,19%

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

No que diz respeito ao número de analfabetos (7,14%), esta porcentagem ainda supera o número de pessoas com nível fundamental completo (0,65%) e os níveis médio incompleto (6,49%) e completo (3,90%) de escolaridade, como pode ser observado no quadro seguinte:

Quadro 5- Menor grau de escolaridade da casa.

Analfabeto: 7,14%
Ensino Fundamental completo: 0,65%
Ensino Médio Completo: 3,90%
Ensino Médio Incompleto: 6,49
Fundamental incompleto: 81,82%

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

O contraste entre os níveis de escolaridade dos moradores do Residencial, como, por exemplo, o percentual de número de analfabetos superar o percentual de ensino médio completo, explica a dificuldade das famílias em ter acesso a qualificação e, em consequência, conseguir empregos formais. Entretanto, embora 50% das famílias tenham algum membro com maior grau de escolaridade sendo o ensino médio completo, esse percentual em comparação com os outros níveis educacionais demonstra uma desproporcionalidade, ou seja, há uma enorme diferença entre os outros níveis educacionais, como o ensino fundamental incompleto (18,83%) e superior completo (1,30%) como maiores graus de escolaridade das famílias.

Em se tratando do menor grau de escolaridade, há uma grande porcentagem de pessoas com nível fundamental incompleto, chegando a 81,82%. Essa concentração, como já colocado anteriormente, além de decorrer do grande número de crianças ainda em idade escolar, pode ser explicada também pelos programas sociais como Bolsa Família, que exigem a permanência de crianças e adolescentes em idade certa frequentando a escola. Apesar dos percentuais indicarem o vínculo de grande parte das famílias com alguma forma de atividade, seja informal, ou seja através de algum benefício social como a aposentadoria, a pesquisa revelou que a renda dessas famílias, em sua maior parte, limita-se a um salário mínimo (sendo percebido por 49,35% dos entrevistados), o que justifica a necessidade dos benefícios sociais como Bolsa Família ou atividades extras (bicos) na complementação da renda destas famílias.

Assim, quanto ao perfil dos moradores do Residencial Rio Anil Camboa, podemos destacar que comparando o quadro de atividades exercidas pelos moradores antes e depois da mudança para os apartamentos, a nossa pesquisa constatou pouca mobilidade social em relação ao nível de emprego destes moradores. Também, chamou atenção o fato da diminuição da atividade de pesca – que está diretamente ligada ao espaço ocupado – ter ocorrido em razão dos processos de intervenções que ocorreram na área, com a construção da avenida IV Centenário, a barreira de pedras de granito nas margens do rio, e o próprio espaço de moradia (apartamentos) que não condicionam a atividade de pesca, pois não há suporte para guardar instrumentos de trabalho, para confeccionar as redes, e até para ancorar as embarcações. Além disso, nossa pesquisa também constatou o fato de que boa parte das atividades exercidas pelos moradores do Residencial está ligada à atividade doméstica, presente em todos os grupos; antes ou depois da mudança, os que continuaram desempenhando a mesma atividade, e os que estavam desempregados. Em todas as questões relacionadas ao trabalho a atividade de empregada doméstica predomina.

Todos estes fatores permitem termos alguma clareza das características da população que compõem o Residencial Rio Anil Camboa. No entanto, pela importância e repercussão na vida dos moradores, a questão do grau de escolaridade se destacou. Isto porque, somado com aqueles outros fatores, os baixos níveis de escolarização acarretam em empregos informais, por boa parte destas famílias, ou em atividades terceirizadas. Estes fatores de alguma forma podem indicar como a questão da moradia está atrelada às condições de vida, principalmente das populações mais pobres, e demonstram o porquê das periferias e favelas se constituírem como a solução da questão habitacional por partes destas famílias, quer com ocupação de terrenos ilegais e em áreas de risco, quer com a autoconstrução das palafitas.

3.2.2 A moradia

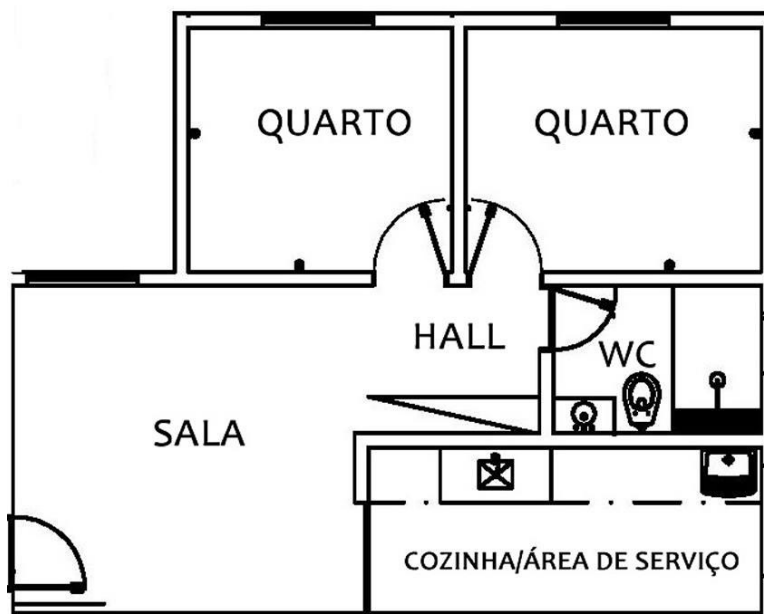
A “favela” (palafita), no contexto dos moradores do Residencial Rio Anil Camboa, foi a solução para o acesso à moradia, com a improvisação de casas em terrenos alagadiços, e sem as despesas de aluguel, água e luz, contas que comprometem boa parte da renda destas famílias. Com a inserção da nova moradia

(apartamentos) na realidade dos moradores, outros aspectos são levados em consideração na análise em relação a antiga moradia, como: a quantidade de pessoas que residiam na casa antes da mudança e a quantidade que reside atualmente, o tipo de propriedade dos apartamentos e como seus moradores qualificam a nova residência em relação à antiga.

Em relação ao tipo de moradia, nossa pesquisa constatou que 85% dos moradores do residencial moravam em palafitas, o que comprova um grande número de pessoas vivendo em condições consideradas pelo Estado, como precárias. Essas antigas habitações, na sua maior parte, tinham três cômodos, como indicado na pesquisa por 28,57% dos moradores. Com a mudança para os apartamentos do residencial, essas famílias passaram a ocupar um espaço de 42m², com cinco cômodos, sendo: uma sala, dois quartos, cozinha e área de serviço, e um banheiro (figura 14). A maioria dos apartamentos são próprios, atingindo um percentual de 82%, o que demonstra que, passados seis anos da mudança para os apartamentos, ainda existe um grande percentual de moradores originários das antigas favelas ³⁷.

³⁷ Apesar dos percentuais indicarem a propriedade dos apartamentos, de fato existe o empréstimo ou a venda e o aluguel dos apartamentos, mesmo que de forma ilegal. Estes podem ser indicados pelos percentuais de 8% de apartamentos emprestados, 7% de apartamentos alugados e 1,30% comprados. Isso demonstra que esse tipo de prática ocorre de forma pequena, quando comparado ao percentual de apartamentos ainda pertencentes aos seus respectivos donos, contrariando os rumores de que muitos apartamentos foram vendidos. Porém, também devemos atentarmos para o fato de que a possibilidade dos moradores ainda não possuírem a titulação definitiva dos apartamentos pode ser um fator que impeça muitos de venderem seus imóveis.

Figura 14 - Planta de um dos apartamentos do Residencial com os cômodos



Fonte: SILVA, Joana. 2013. Modificado pela autora.

Apesar de apresentar uma maior quantidade de cômodos do que a maioria das antigas moradias dos habitantes do residencial, as palafitas, podemos destacar algumas limitações que a nova moradia trouxe ao cotidiano dos moradores.

Primeiramente, o tipo de moradia em apartamentos não permite a ampliação e extensão da moradia, como fora observado anteriormente com o processo de entulho e melhoramento nas palafitas. Nesse caso, as famílias limitam-se ao espaço do padrão de moradia. A falta dessa extensão impossibilita a execução de diversas atividades, como lavar roupas e estendê-las para secar. Por mais simples que pareça essa atividade, ela tem grande importância para muitas famílias que complementam sua renda lavando roupas. Na planta do apartamento observa-se a área de serviço juntamente com a cozinha que destina-se para esta função. Pode ser notado que pela limitação do espaço a moradia requer o uso de máquina de lavar roupas, o que não se enquadra no perfil econômico da maioria dos moradores para comprar o uso de uma. Para solucionar esse obstáculo, muitos moradores lavam as roupas nas áreas de serviço ou nos banheiros e estendem em varais improvisados nos quartos ou nas áreas externas dos apartamentos.

Figura 15 - Varais improvisados pelos moradores do Residencial Rio Anil Camboa.



Fonte: elaborado pela autora, 2016.

Outra problema em relação à extensão do espaço se dá na impossibilidade dos moradores criarem animais que são vendidos para o abate ou para o consumo próprio, como porcos e galinhas comumente, criados em chiqueiros improvisados nas palafitas. A criação destes animais também era um auxílio na complementação da renda destas famílias ou um meio de subsistência, tal qual a pesca, como é relatado na fala de um morador que teve que abandonar seu hábito de criar animais:

O senhor achava melhor na palafita?

Não. Eu não achava na lama melhor não. Mas eu também não gosto muito dali no apartamento, porque é muita “qualiragem” ali...Paga tanta coisa, tem tanta frescura ali...Se eu pudesse vender minha casa ali...Mas já ajetei tudinho, tudo tá em dia. Minha casa tá toda na lajota, tudinho [...] Mas se eu vendesse minha casa ali, pra ir pro interior...Eu sou alcantareense...Eu sou carpinteiro...Mas eu ajetei tudinho pra eu vender minha casa...

E o quê que tinha de bom e o que tinha de ruim na sua antiga moradia?

[...] Eu era acostumado como no interior de criar minha galinha, porco, era tão feliz...E aqui...Eu morava na lama, eu também criava meu porco no chiqueiro...

Mas o chiqueiro em cima do assoalho?

É..Da lama. No assoalho [...] Tinha chiqueiro, meu porco...Todo mês a mês eu matava meu porco, tinha meu trocadinho pra pagar minha conta de luz, pegar meu “rango” também...Nem me preocupava quando era carpinteiro. Agora piorou muito pra mim...Eu moro aqui, lá em cima, não crio nenhum pinto, nadinha...Isso pra quem é acostumado criar uma coisa todo dia... “Rapaz vou matar um bichinho aqui pra mim pagar minha conta de luz” [...] Agora se eu não trabalhar pra pagar minha conta...Eu pago 150 “conto” de luz por mês [...] Tenho um ventilador, minha geladeira é fraca, e o comer também todo dia [...]

Se o senhor pudesse voltar para a palafita o senhor voltaria?

Voltava. Voltava, sabe por que? Pra criar pelo menos meus porcos. Com meus porcos dava pra eu pagar a conta de luz...Se tivesse 30 quilos, 40 quilos, já dava pra eu matar, pra mim pagar minha continha...[...] Dentro do meu apartamento agora, eu me preocupo demais...Se eu não tiver um trabalho agora, eu atraso até dois meses pra pagar até uma conta de luz. Eu

tenho que me sustentar, comprar roupa pra mim, pros filhos, o salário é fraco. O salário é mil “conto”, a firma desconta isso, isso, fica oitocentos “conto” [...] Eu larguei agora, há poucos dias, agora está ruim [...] Eu quero vender minha casa... (Domingos, morador do Residencial, entrevista realizada em 22 de Janeiro de 2015)

A falta de um quintal para os moradores representa uma perda de grande impacto, visto que é nesse espaço que há inúmeras possibilidades de organizarem suas atividades domésticas e prover meios de subsistência. Para muitos moradores que pescam, a perda desse espaço significou a desistência ou a dificuldade de continuar com a atividade, sendo que, para pescar, requer a utilização de instrumentos como redes, remos, caixas de isopor que não podem ser guardadas nos barcos de pequeno porte, pois o estilo de moradia em apartamento não possibilita o espaço para guardar os instrumentos, e nem a mobilidade com os mesmos. Essas dificuldades são exemplificadas e narradas pelos moradores, como o depoimento a seguir do síndico geral do Residencial:

Ainda têm muitos pescadores que ficaram nos apartamentos?

Temos, temos... E outra coisa, mais um fator importante a lhe dizer que é a questão das pessoas... Algumas querem sair daqui. É essa situação bem aí, porque eles têm uma carroça com um animal aonde que eles vão botar? Eles têm uma tarrafa, um material de pesca, aonde que eles vão colocar? No quarto deles? No quarto das crianças? No quarto do casal? Na sala, no banheiro? A senhora está entendendo? Então é exatamente a questão do espaço. Outra coisa, muita gente que morava na favela também tinha seu pequeno comércio, chamados de quitanda né? E tem um caso aqui, de um rapaz, que ele tinha um pequeno salão. Ele mora aqui no bloco 8, ele é até o síndico, no terceiro andar. O cara foi obrigado a alugar um pontinho ali na avenida Camboa que é o “olho da cara”, mas é o sustento da família, como ele disse: “Poxa lá na favela tinha meu cantinho”. E isso também que ele já disse: “Rapaz minha vontade é sair daqui” [...] (Hudson, Síndico Geral do Residencial. Entrevista realizada em 16 de Maio de 2015)

As dificuldades em conciliar os meios de sobrevivência dessas famílias com o novo espaço de habitação, como foi verificado nesse relato do síndico, expressa o desejo de mudança de muitos que tiveram seus gastos aumentados e as atividades de sobrevivência diminuídas. Dada as circunstâncias da nova moradia, foram observados a existência de pequenos comércios informais, como mercearias e quitandas improvisadas nos apartamentos térreos; como também a revenda de cosméticos, bebidas, água, e venda de bolos, salgados e sorvetes, galetos e peixe que são vendidos na porta do Residencial. Também foram registradas formas de prestação de serviços, como barbearia, serviços de impressão, manicure, cabelereiro e reforço escolar, o que indica o aumento de atividades autônomas em que os

moradores se ocupam. Uma vez que em suas antigas casas esses pequenos comércios existiam, com a mudança para os apartamentos e a não existência de locais adequados que seriam destinados aos proprietários de pequenos comércios (boxes), os moradores tiveram que improvisar suas atividades nos próprios apartamentos. Como pode ser observado nas fotos abaixo:

Figura 16 - Comércios improvisados nos apartamentos.



Nota: Da esquerda para a direita: Alinete moradora do Residencial Rio Anil Camba. Natural da cidade de Perimirim, morou 48 anos em palafita. A moradora sobrevive de um pequeno comércio em seu apartamento térreo. Na esquerda, foto de anúncio de venda de bebidas, lanches e mantimentos em um apartamento térreo.

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

Os apartamentos do Residencial exigem dos moradores uma outra forma de relacionamento com o espaço. Através de cursos de síndicos e reuniões com os moradores, o objetivo do programa PAC Rio Anil era incorporar padrões de comportamentos e condutas³⁸ aos moradores, uma espécie de processo de civilização (ELIAS, 1994) para que estes estivessem habituados à nova moradia. Tendo em vista o estilo de vida também ligado às necessidades desses moradores, verificou-se que as incorporações desses padrões de comportamentos é permeado de tensões. Segundo Elias (1992) os comportamentos que consideramos socialmente aceitável, esse padrão de “civilização” que estamos acostumados a aceitar de forma pronta ou acabada, é um processo ou parte de um processo. De certo modo isso se confirma quando analisamos a implantação do Residencial, pois verificamos que, por um lado,

³⁸ Essas condutas dizem respeito à educação dos moradores quanto ao uso da água e da energia elétrica, quanto à manutenção dos equipamentos instalados, quanto à coleta de lixo, organização dos moradores em forma de condomínio, etc.

o padrão de moradia em apartamento pode ser entendido como um modelo considerado adequado ao mundo moderno, parte de um processo de individualização da vida social, e, por outro, tal processo choca-se com o comportamento que se espera dos moradores, já que a maioria foi socializada nas palafitas, o que implicava em determinados estilos de vida, de educação, de convivência entre eles, etc. A expectativa de uma mudança imediata no modo de ser dos moradores, com a imposição de regras de conduta para que vivam num espaço concebido heteronomamente e, por isso, racionalizado, é uma idealização tecnocrática desconectada das reais necessidades desses moradores. Esta realidade contraditória é bem expressa no depoimento a seguir:

É igual aquelas pessoas, que tipo assim, que um dia já viveram em tribos, em lugares tipo vilarejos, e que durante alguns anos vieram morar na cidade, na cidade grande como eles chamam, onde é outra civilização, outro meio de vida, e eles têm aquela saudade lá do vilarejo, lá da casa da aldeia, tá entendendo? E é assim mesmo, as pessoas têm essa saudade “porque lá eu vivia melhor”, mas não era não gente, aqui você vive melhor, aqui não se compara a estrutura de um apartamento com alguns pedaços de madeira velha de uma palafita, tá entendendo? Se chove, faça sol, faça chuva, vento, mas você tá dentro de um apartamento...Quando eu morava na favela, no período chuvoso como esse de inverno, gente, era terrível principalmente à noite, molhava tudo, principalmente dentro do quarto, em cima da cama, enfim...No lugar onde você quiser ficar sossegado, ali você passava por grandes situações, grandes dificuldades mesmo...E isso faz com que as pessoas também queiram se “ver livres” dos apartamentos porque achando que se tivesse em uma casa eles não iam ser obrigados a viver em organização, infelizmente, tá entendendo? É isso também. E outra coisa, outro fator é a questão do calor.... Você sabe que dentro de um apartamento desse aqui que ele é construído de bloco, gente é um calor terrível, mesmo com ventilador você se sente mal, nem todo mundo aqui tem condições de botar um ar condicionado no seu apartamento, você pode olhar aqui ... Pra um lado e pra outro nessas torres de baixo a cima, de cima a baixo, se você for conferir de 288 apartamentos se você vê 30 ar condicionados são muitos, então pera ai né? As pessoas não tem porquê... A conta de luz é um absurdo, a manutenção do aparelho ar condicionado enfim, você sempre tá fazendo limpeza, fazendo manutenção e você vai ter que pagar um técnico, uma empresa que faz esse tipo de trabalho e a conta de luz vem um absurdo né? Então as pessoas ainda não tem essas condições de fazer isso, a questão da renda é muita pouca, então um dos fatores é essa questão...Porque o lugar é calorento, tem muito idoso aqui, tem muita criança, você pode observar...Pensa, um apartamento que tem cinco ou seis crianças com um “ventiladorzinho” não vai resolver... Tem que ter no mínimo dois, três ventiladores, o consumo também é muito grande. E outra questão é a CEMAR³⁹, por isso a CEMAR que tem feito uma operação muito grande, corte de energia, encontra muitos “gatos”, a gente chama gatos né? [...]têm pessoas que não pagam não sei por que, mas têm pessoas que não tem condições mesmo, sabe por quê? Você vai dormir à noite, você precisa do ventilador pra você, você precisa de um ventilador para as crianças, você precisa de um ventilador para as outras pessoas porque o calor é intenso e a

³⁹ Companhia Energética do Maranhão.

pessoa tem dois, três, ventiladores em casa à noite inteira, às vezes até durante o dia, e é aí que significa isso no final do mês, um consumo muito grande de energia. A questão também do calor, faz com que você esteja direto abrindo a geladeira, porque você sente uma sede num apartamento desse terrível, a questão do calor, do ambiente, aí tudo isso se você perceber você está tendo um gasto, um consumo muito grande, e isso faz com as pessoas também se sintam assim tão, tão apertadas financeiramente, elas se sentem assim: “poxa eu não tenho condição de acompanhar esse ritmo”, e é por isso que também elas querem sair. (Hudson, Síndico Geral do Residencial. Entrevista realizada em 16 de Maio de 2015)

De maneira involuntária, o discurso do morador, por mais paradoxal que seja, apresenta as condições de vida dos moradores e suas dificuldades em conciliar os gastos na nova moradia. Como destaca logo no início de sua fala, como se os moradores “morassem em tribos ou em vilarejos e passassem a morar na cidade grande”. De fato, o modo de vida de muitas famílias do Residencial pode ser comparado ao tipo de vida mais simples que se leva em pequenos grupos e pequenas comunidades, dado o histórico da origem desses moradores, muitos remanescentes de vilarejos quilombolas do município de Alcântara ou de pequenos municípios da baixada e litoral maranhenses, em que o estilo de vida está ligado ao campo ou ao mar. Esse estilo de vida acaba sendo reproduzido pelos moradores em seus locais de moradia na cidade, dentro de suas limitações. Ao mudarem-se para os apartamentos é exigido um comportamento “urbanizado” e “civilizado”, típico do que Elias destaca no processo de individualização. Ao se referir a vontade dos moradores de retornar para a palafita, onde estes se queixavam que “viviam melhor”, o próprio interlocutor acaba respondendo seu questionamento ao destacar as dificuldades que os moradores enfrentam na nova moradia. Apesar das limitações com o espaço e os gastos para seus residentes, indiscutivelmente existem aspectos positivos que os apartamentos apresentam para os moradores, como melhores condições de saneamento e segurança em relação às palafitas. Isso pode ser destacado em nossa pesquisa com os moradores do Residencial que, ao ressaltarem os aspectos positivos da mudança para os apartamentos, apontaram fatores que estavam associados com a questão estrutural da nova moradia, como pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 6 - Aspectos positivos com a mudança para o Residencial.

Pontos Positivos	%
Estrutura	51%
Água	43%
Saneamento e esgoto	22%
Conforto	13%
Energia	11%
Localização	08%

Nota 1: os dados foram obtidos por 53% da nossa população pesquisada de 154 moradores

Nota 2: as porcentagens são equivalentes ao total de vezes que os itens são mencionados nas entrevistas.

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

Esses aspectos indicam que, apesar do que já fora exposto nas falas dos moradores, os apartamentos de certo modo puderam proporcionar melhores condições estruturais para os moradores, juntamente com água e saneamento básico, fatores que estão interligados no que se refere a estrutura da moradia. No que corresponde aos aspectos negativos, foram apontados os fatores como violência, tráfico de drogas que comprometem a segurança dos moradores, assim como também brigas e confusões entre os vizinhos e a “mistura dos moradores”. O único aspecto apontado que não se enquadra nessa lógica das relações, foi a falta de creches e espaços de recreação para as crianças, o que indica que essa necessidade parte de grande parte das mulheres que foram apontadas como chefes da casa.

Quadro 7 - Aspectos negativos com a mudança para o Residencial.

Pontos Negativos

Tráfico e uso de drogas	40%
Segurança	22%
Violência	19%

Vizinhos	14%
Falta de creches e espaços de recreação	13%
Confusões e brigas	11%
Mistura dos moradores	10%
Tiroteio	8%

Nota 1: os dados foram obtidos por 53% da nossa população pesquisada de 154 moradores

Nota 2: as porcentagens são equivalentes ao total de vezes que os itens são mencionados nas entrevistas.

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

Os fatores negativos apontados pelos moradores, como o tráfico de drogas, a violência e a insegurança, são determinantes como demarcadores de estigmas e preconceitos. De acordo com os moradores do Residencial, esses fatores negativos fizeram com que o Residencial ficasse conhecido como “Carandiru”, denominação dada ao conjunto e reproduzida de forma taxativa aos moradores do Residencial.

Apesar da insatisfação dos moradores quanto a violência e a insegurança no local, eles possuem de certa forma uma vida comunitária. Na observação do cotidiano dos moradores constatou-se que nos finais de semana encontram-se a maior quantidade de moradores em casa; são nesses dias que ocorre uma intensa movimentação de pessoas no Residencial, com músicas em alto volume, bebidas e dominó e dama jogados pelos homens, o que, às vezes, provocam brigas, confusões e geram um clima de desconfiança dos moradores em relação à pessoas estranhas ao condomínio. Já durante a semana, no período da manhã, há um maior número de crianças em casa e idosos e mulheres, como também pouco movimento no conjunto. No período da tarde, há uma maior movimentação dos moradores, geralmente estes ficam sentados na calçadas conversando, as crianças também correm e brincam pelo Residencial e os adolescentes sempre em grupos. Também, há a venda de lanches na frente do Residencial ou nos primeiros blocos. Quanto às festividades, sempre são realizadas comemorações do dia das crianças, com algum evento no Residencial ou no próprio bairro, há também os cultos realizados nos finais na semana ou no sábado, no período da noite, dentro do Residencial, como também as celebrações do dia de Cosme e Damião, dia das Mães e Natal.

Essas características demonstram que, mesmo com os problemas evidenciados e com os moradores alegando a “mistura das favelas” como uma das causas dos conflitos no Residencial, verificou-se que não existe um “vazio social”, pois os moradores conversam entre si, fazem festas (aniversários, churrascos), as crianças brincam, os moradores se reconhecem.

Ainda, sobre o tamanho da moradia, pode ser observado também uma mudança na composição do número de pessoas nos apartamentos. Com base na tabela abaixo, podemos comparar o percentual da quantidade de moradores por habitação antes e depois da mudança

Tabela 4 - Número de pessoas por casa antes e depois da mudança.

Antes da mudança		Depois da mudança	
Uma:	5,19%	Uma:	1,95%
Duas:	13,64%	Duas:	12,99%
Três:	20,78%	Três:	27,27%
Quatro:	28,57%	Quatro:	23,38%
Cinco:	18,18%	Cinco:	19,48%
Seis:	6,49%	Seis:	5,19%
Sete:	3,25%	Sete:	7,14%
Oito:	2,60%	Oito:	1,30%
Mais que oito:	1,30 %	Mais que oito:	1,30%

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

Com base na tabela, constatamos tanto o aumento quanto a diminuição da quantidade de moradores por habitação. No que diz respeito à composição de pessoas por residência, verificou-se um aumento no número de três pessoas por residência, com 27,27%, o que antes da mudança esse número era predominante em quatro pessoas por residência, com 28,57%, o que significa uma diminuição no número de pessoas por habitação, de quatro passaram a prevalecer três. Nesse sentido, em relação ao número de moradores por habitação, não houve uma diminuição desse percentual tão brusca, o que denota pouca mudança na composição familiar dos moradores.

A respeito do tempo de residência na moradia anterior, foi registrado um percentual de 20,78% daqueles que moravam mais de 10 anos na antiga residência e 18% que afirmaram morar mais de 15 anos. Esses percentuais demonstram as dificuldades de conseguir uma casa própria, constatando que as palafitas, além de resolverem o problema habitacional, não são apenas uma solução passageira, tendo esse tipo de habitação se perpetuado como a única opção de moradia dessas famílias.

Já nos apartamentos, 46% dos moradores residem desde o início da mudança, ou seja, há seis anos nas novas moradias, e 37% mudaram-se há 5 anos⁴⁰. Esses dois percentuais comprovam também o baixo número de evasão dos moradores, já que as duas porcentagens referem-se aos períodos da primeira e segunda mudança para o Residencial.

Os anos de permanência na antiga moradia, indicado pela maioria dos moradores, expressa a relação dos moradores com o antigo local de moradia, como também suas relações duradouras de vizinhança que se refletem nas relações dos moradores dentro do Residencial. Apesar dos percentuais indicarem a permanência de grande parte dos moradores, existe também um desejo de mudança por alguns moradores expressos em suas falas sobre a nova moradia:

Eu creio que, no momento que eu pegar esses documentos [...] Vou fazer uma casa no terreno que eu comprei agora. O que vai acontecer... Aqui é bom? É bom, mas é aquele negócio [...] Acontece tiroteio por aqui, as vezes pega numa pessoa que não tem nada a ver com a briga. No futuro, no futuro mesmo, acho que no meu ponto de vista quero alugar, no momento que essa classe, essa classe aí como eu tô lhe falando, que não gosta muito de trabalho... Se realmente chegar o documento aqui, vou querer vender. Nós saindo, fica melhor. O aluguel fica bom, um aluguel de oitocentos reais a mil "conto", né não? Isso que a gente tá esperando. (Pescador e morador do Residencial. Entrevista realizada em 13 de fevereiro de 2015)

Tem gente que vendeu antes do documento provisório. Tem gente que ganhou e nem veio se mudar. Então teve muita gente que ganhou, como eu falei, em questão de contato. [...] A gente brinca de baralho ali, quando pensa que não, a gente sai correndo, é tiro. Não sabe da onde veio. As vezes não é nem aqui, as vezes porque ainda tem muitas favelas... Acabou de ser desmanchada uma, não sei se vocês chegaram a acompanhar. [...] A gente tá querendo alugar aqui e alugar uma casa, porque aí um alimentava o outro. [...] . A criminalidade que acaba fazendo por desmerecer o lugar e tal. Esse morador daqui, ele foi embora daí e ele presenciou esses tiro aqui, quando

⁴⁰ Existe uma diferença de meses em relação à mudança para o Residencial. Os que estão há seis anos foram os primeiros a mudarem-se, e os que estão há cinco anos foram os últimos. As outras porcentagens referem-se aos moradores que estão a pouco tempo, geralmente são os que alugam, compram ou moram em apartamentos emprestados.

mataram esse rapaz, ele morava aí... Outras confusões ele presenciou... Mas ele foi embora daí, um pedaço dele. Se eu não me engano, ele tá morando no Araçagi. (Moradora do Residencial. Entrevista realizada em 13 de fevereiro de 2015)

Em síntese: a moradia não pode ser reduzida a uma simples edificação com toda infraestrutura necessária, como crê o pensamento técnico burocrático. Ela concentra em si uma série de aspectos sociais que é desconsiderado por esse conhecimento, típico da razão instrumental, mas que são importantes para as pessoas que delas vão se servir.

Neste sentido, por tudo que foi apresentado anteriormente, podemos afirmar que a moradia tem um determinante simbólico muito forte para os moradores. Ao mudarem-se para o Residencial os episódios com tiroteios, tráfico de drogas e a violência, influenciaram negativamente os moradores quanto ao novo local de moradia. Não que tais fatores devam ser desconsiderados, mas que a antiga moradia passou a ser comparada como um local de “tranquilidade e paz”, oposto ao Residencial. Esses discursos sobre a violência e suas experiências, no qual Caldeira (2000) denomina como fala do crime⁴¹, tem a capacidade de ocasionar em uma reorganização simbólica muito simplista. Segundo a autora, essa reorganização se apoia na elaboração de pares de oposição, como o bem contra o mal, o que faz com que os moradores do Residencial atribuam os casos de violência somente a nova moradia: *“Lá na favela já existia tráfico, mas aqui piorou. Tenho medo constante aqui, mais do que lá, apesar de ser favela.”* (Morador do bloco Dália, 07/10/15)

Podemos destacar os apartamentos como um tipo de moradia que exige um comportamento individualizado, um comportamento de um indivíduo urbanizado. Esse comportamento é indicado por Elias (1994) como uma pessoa que tem em suas relações maior controle dos afetos, maior mobilidade espacial e social e um menor envolvimento com a família e com a comunidade. No caso dos moradores do Residencial, estes possuem um histórico ligado ao modo de vida rural indicado por seus locais de origem e que foram de alguma forma reproduzidos com a migração para as áreas da margem do rio Anil, na capital, exemplificado pelas atividades de sobrevivência como a pesca, a criação de animais e a própria moradia. Além disso, os laços familiares e o sentimento de comunidade eram muito fortes nas antigas

⁴¹ Segundo Caldeira (2000, p.27), a fala do crime: “são todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema”.

favelas. Os laços de parentescos eram o suporte e o fator determinante para a migração e a escolha do local de moradia, assim como esses laços permaneciam com os constantes deslocamentos entre essas populações e os locais de origem. A vida nas favelas indicavam que seus moradores tinham diante das dificuldades, estreitos laços de solidariedade e amizade, o que ainda está presente nas narrativas de alguns moradores quando relembram a vida em sua favela.

Esse padrão de moradia designado como o ideal e legal, de fato, além de não atender às características culturais e históricas dessas populações, ela expressa uma realidade que difere totalmente do modo de vida de seus moradores, e mostra a complexa e multifacetada vida social. Esse padrão de moradia e, como consequência o reordenamento dos moradores neste novo espaço influenciou em suas relações, tanto espaciais, como econômicas, como também nas relações de vizinhança.

3.2.3 As relações de vizinhança

As relações de vizinhança são algo muito importante que foi levado em consideração na pesquisa sobre o Residencial, pois são as relações entre os moradores que evidenciam melhor o processo de socialização. Quanto aos tipos de vizinho do Residencial Rio Anil Camboa, 40% são os mesmos da antiga moradia, sendo que 38% já se conheciam e 22% se conheceram quando mudaram. Isso indica que, em sua maioria, havia um conhecimento prévio dos moradores entre si. Contudo, esse conhecimento pode ocasionar possíveis conflitos ou desafetos com a mudança para o Residencial, como também reforçar ou afastar os moradores, como indicam os percentuais do quadro 8, abaixo:

Quadro 8 - Como avaliam a relação com os vizinhos.

Conflituosa como antes: 0,65%
Mais conflituosa: 3,90%
Mesmo companheirismo: 41,56%
Mais companheirismo: 12,34%
Mais distantes: 41,56%

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

O quadro indica o mesmo percentual entre os moradores que avaliam que suas relações com os vizinhos mudou, ficando mais distantes, como também àqueles que consideram que suas relações continuaram tendo o mesmo companheirismo. A relação entre vizinhos divide opiniões entre mais companheirismo e mais distantes, o que denota uma divisão entre os moradores em relação à convivência com seus vizinhos. Mesmo admitindo que a relação entre os vizinhos tornou-se mais distante, estes não analisam que suas relações continuaram em conflito como anteriormente, o que demonstra que grande parte dos moradores não considerava suas relações na antiga moradia conflituosa, o que é reforçado pela porcentagem dos que avaliam que houve, com a mudança, um maior companheirismo entre os vizinhos (12,34%), contrapondo a opinião dos que indicam uma relação mais conflituosa (3,90%). Este último percentual pode estar relacionado à fala dos moradores que em entrevista atribuíram à “mistura das favelas” como motivo de brigas e conflitos no Residencial. Em contrapartida, diverso de tal opinião, a identificação das principais favelas de origem dos moradores do Residencial obtida pela pesquisa demonstra que 26% pertenciam à favela “Mangue Seco”, algo que tenderia a favorecer relações de maior proximidade.

Sobre a “mistura das favelas”, este fator é apontado pelos moradores como causa de intensos conflitos no Residencial. No mapa abaixo, podemos observar as favelas de origem dos moradores para melhor compreendermos como se dão esses conflitos.

Figura 17 - Mapa das principais favelas que margeavam o rio Anil.



Fonte: elaborado pela autora, 2016.

Antes da mudança para o Residencial, de acordo com os relatos dos moradores existiam “rixas” entre as favelas, essas rixas são exemplificadas pelos limites territoriais delimitadas pelas favelas, como pode ser observado no mapa. Esses limites também indicavam os pontos de tráfico de drogas, motivo maior dos conflitos territoriais. Com a mudança para os apartamentos, e tendo que conviver e dividir o mesmo espaço, cumprindo as mesmas regras, os conflitos entre os moradores acentuaram-se, tendo em vista que as brigas entre facções e pontos de drogas transformaram as relações dos moradores nos primeiros anos de vivência no Residencial:

A gente veio pra cá, favela com favela, e começou essa questão de rivalidade, por isso uma favela lá da Camboa com aquela bem ali do Mangue Seco, ai começa, “aquele cara ali que uma vez furou meu parceiro”, ai começa, enfim, mas isso era muito forte aqui, mas com o tempo as coisas foram quebrando, quebrando, quebrando, hoje morador com morador daqui graças a Deus você não vê isso, quer dizer é raro, vê um aqui e outro ali mas é bem pouquíssimo.[...] Todas as coisas que já aconteceram aqui dentro, dentro do Residencial da Camboa, aqui aconteceu mortes? Já. Aqui já aconteceu mortes, a maioria das mortes por overdose, tá entendendo? E mortes de homicídios? Já. Mas nem quem matou nem quem morreu era moradores daqui, incrível que pareça, não são, tá entendendo? Então o que é que pode ser....[...]Não aparece o nome dessa pessoa que matou nem dessa que morreu aqui dentro, apenas porque tem amizade com outros daqui, mas quem pega, quem fica com a fama é a gente, mas as pessoas que condenam, querem sair daqui. [...] (Hudson, Síndico Geral do Residencial. Entrevista realizada em 16 de Maio de 2015)

Esses acontecimentos acabaram definindo o modo como os moradores se referem aos conflitos e problemas no residencial. O motivo da “mistura das favelas” é sempre acionado para indicar a violência, os conflitos, e as mortes dentro do Conjunto. Como nas falas dos moradores:

“Colocaram os favelados misturados ... no começo era mais difícil por conta dos conflitos. Muitos saíram... Melhorou 80%”. (Morador do bloco Rosa 11/08/15).

“Botaram gente com gente que não tem nada a ver, melhorou muito, antes tinha muito conflito” (Morador do bloco Azaleia 18/08/15)

“Nos misturaram com o pessoal das palafitas da Camboa, Liberdade, do Maruim...” (Morador do bloco Azaleia, 18/08/15)

“Vieram pessoas de bairros distantes: Promorar, vila Gorete, rua da Vala, se juntaram e alteram nossa rotina, e chamam pessoas de outros locais.” (Morador do bloco Bromélia,07/10/15)

“Aqui era pra morar só Areal, Cambaia, Vila Gorete, Mangue Seco, mas vieram gente de outros lugares, da Fé em Deus, misturou todo mundo” (Morador do bloco Begônia,14/10/15)

Nos discursos dos moradores é perceptível que os primeiros anos de convivência no Residencial foram muito intensos, com muitos conflitos, o que segundo eles vem melhorando. Mesmo assim, apesar dos limites territoriais entre os moradores terem cessados com a mudança para o Residencial, esses limites ainda permaneceram simbolicamente, pois são acionados nas falas dos moradores pela “mistura das favelas”. Esses fatores contribuem para que os moradores indiquem que suas relações nos apartamentos ficaram mais distantes.

Outro fator que os moradores atribuem às relações com seus vizinhos como mais distantes pode ser identificado no novo estilo de vida que eles têm nos apartamentos. A moradia no Residencial requer uma maior autonomia e individualização dos moradores, tendo em vista que estes têm de obedecer a regras e pagamentos de taxas, sendo que o não cumprimento destas pode prejudicar a todos. Além das taxas de condomínio, foram também observados os conflitos em relação ao barulho, e questões relacionadas à organização dos prédios como entrada e saída de moradores. Estas relações dentro desse espaço passaram a ser intermediada por uma nova figura, o síndico, uma autoridade dentro do Residencial, o que também é motivo de conflito:

O que mais traz conflito aqui com vizinho é nesse apartamento bem aqui, já no vizinho dela tem um som desse tamanho, a questão da poluição sonora. Ele sabe que esse som está incomodando a vizinha, mas ele não consegue. **A ignorância, aquele “ser favelado” ainda está dentro dele, porque lá na favela era assim, sem ordem, sem organização, sem administração, sem coletividade, ninguém era de ninguém, polícia não ia lá parar o som dele, agora aqui existe um síndico, esse síndico é uma pessoa escolhida pela comunidade do prédio, a comunidade do prédio deposita respeito e confiança com o síndico.** O síndico é voluntário aqui, não ganha um real, tá entendendo? O que acontece, ou seja, tem coisas que uma situação dessas, o vizinho chama o síndico, o síndico vai lá, tentar conciliar, conversar com a pessoa, o que mais traz conflito é essa questão da poluição sonora, isso é uma falta de respeito um com outro, o vizinho já se chateia, o vizinho já chega do trabalho "poxa, hoje é sábado, ah, vou descansar um pouquinho, cheguei agora à tarde do serviço, vou assistir uma televisão, vou ficar com a família..."Aí o outro que digamos, “não tá nem aí pra isso”, bota um som, uma coisa muito alta e isso incomoda mesmo, aí já fica aquela inimizade, aquela coisa, tá entendendo? E isso é muito, muito chato. [...] A questão da organização, da coletividade, da questão do conflito, do vizinho com vizinho,

a questão da conscientização de como a pessoa pode viver ou não dentro de um prédio [...] (Hudson, Síndico Geral do Residencial. Entrevista realizada em 16 de Maio de 2015, grifo nosso)

O som em alto volume era cotidianamente usado pelos moradores nas antigas moradias. Não só. O som em alto volume é também muito característico das radiolas de reggae tipicamente usadas pelos moradores, e que faz parte do cotidiano das periferias da cidade de São Luís. Ao relatar as situações de conflitos no Residencial, o morador menciona o “ser favelado” ainda existente nos moradores, o que é motivo para o não “comportamento adequado”. A favela também é destacada como local sem regras, sem organização e sem coletividade, onde tudo é permitido. Essa estereotipação da favela e do favelado reforçam a condição de inferioridade destes locais, assim como de seus moradores, e que também acaba sendo reproduzidos por seus iguais.

A condição de favelado ou ex morador de favela vai ser determinante entre as relações dentro do Residencial, fazendo com que esta condição seja recorrentemente lembrada pelos próprios moradores, quando mencionam atitudes que na nova moradia são reprovadas. Habitualmente, a condição de favelado é acionada para indicar os comportamentos dos moradores, que são parafraseados pelo seguinte dito: *“Saíram da maré, mas a maré não saiu deles”*.

As relações de conflito no Residencial, invocam de um lado, por parte dos moradores, um julgamento de que a vida na favela era mais tranquila, por outro lado, na fala do síndico, de que a favela era um local sem regras. Na perspectiva de Simmel (2011) não podemos considerar a sociedade como resultante de um todo harmônico. O conflito, considerado por ele uma forma de sociação, tem um papel especial na sociedade, uma vez que esta não pode ser entendida como resultante de forças sociais positivas ou fatores negativos que a impeçam (p.571). Esse pensamento é considerado por Simmel um tipo de visão muito simplista da sociedade, já que o autor compreende a sociedade como resultante da interação de fatores positivos e negativos. Nesse aspecto, os conflitos presentes nas relações sociais dos moradores do Residencial não podem ser interpretados como exclusivamente algo da nova moradia. A mudança para o Residencial pode sim ter provocado maiores situações de conflito, o que não quer dizer que a vida nas favelas era um todo harmônico, visto que os conflitos e as rivalidades entre as favelas já existiam antes da mudança, acentuando-se no Residencial.

Apesar de uma parte dos moradores considerar que sua relação com os vizinhos no Residencial ter se distanciado, no que diz respeito ao aspecto do que eles sentem em relação a nova moradia, mais da metade dos moradores (54%) acha que morar em apartamento é mais seguro. Essa questão deve ser esclarecida no sentido de que, para os moradores, a nova habitação é mais segura pelo fato de ser uma construção de alvenaria, sem riscos de enchentes ou desabamentos, como relatado pelos moradores quando comparavam com suas antigas habitações. Ou seja, para os moradores, a segurança da habitação está no que se refere a sua parte estrutural, como foi demonstrando nos dados a respeito dos aspectos positivos da mudança para o Residencial, indicando a estrutura do apartamento como o principal ponto positivo. Isso é reforçado também, quando verificamos como os moradores se referem ao bairro: a maioria destacou que sente, em relação ao bairro onde reside atualmente, a mesma insegurança de antes (43,51%). O que contradiz o que foi exposto anteriormente a respeito dos moradores demarcarem a antiga moradia como um local mais tranquilo.

Contudo, mesmo considerando o bairro tão inseguro quanto antes, 71,43% dos moradores não desejam voltar para suas antigas residências e avaliaram suas novas habitações -comparando com a anterior - como melhor, sendo essa a opinião de 76% dos moradores. Esses indicadores demonstram a importância da inserção da política habitacional na vida dos moradores das favelas e periferias da capital, dada às condições de muitas famílias que não podem pagar pelo acesso à moradia.

Ao indicar que os moradores avaliam o atual bairro com a mesma insegurança de antes, apesar do Residencial estar situado na mesma área das antigas moradias, em suas falas os moradores destacam os bairros da Liberdade e Camboa, como bons, pelo acesso a escolas, hospitais e ao centro comercial de São Luís. Segundo um morador:

[...] a gente é beneficiado, a gente mora perto de feira, perto de shopping, perto de praia, perto de praça, perto de hospital, perto do centro, perto de pontos históricos. A gente é muito bem beneficiado, o povo é que não valoriza. Olha, quando eu ganhei meu filho, eu fui andando para a maternidade pra ganhar meu filho [...]. Eu fui andando, quantas pessoas não ganham o filho no trajeto até chegar no hospital? Entendeu? E quando eu quero comprar alguma coisa eu vou aqui no centro, compro e volto. Às vezes que quero comprar uma coisa mais barata, mais comum, a feira é bem aí. Quantas pessoas não iam pra praia de bicicleta? Entendeu? O povo é que não reconhece, não valoriza. (Moradora do Residencial, entrevista realizada em 13 de fevereiro de 2015)

Mesmo assim, por esses bairros serem estigmatizados e considerados perigosos pela sociedade ludovicense, verifica-se uma segregação social vivida pela população dessas áreas, aspectos expresso pelos próprios moradores, que reproduzem em suas falas os preconceitos e discriminações que sofrem por residirem ali.

3.3 Ser morador do Residencial

Com a saída das favelas e a mudança para os apartamentos, os moradores do Residencial Rio Anil Camboa, além de um novo estilo de moradia, também foram comparados à outra condição, a de “moradores do Carandiru”. Não bastasse os estigmas relacionados à situação de vida dos moradores atrelado a antiga moradia nas favelas, como fora destacado anteriormente, a mudança para o Residencial também provocou outras formas de estereotipação dos moradores, como a comparação do Residencial com a antiga penitenciária de São Paulo. Segundo relatos, essa comparação está ligada com a “fama” de local violento com o qual o Residencial se tornara: *“Dizem que aqui só mora bandido. A gente sente na pele isso...que as pessoas não gostam”* (Morador do Bloco Lírio,13/10/15)

Ao realizarmos a pesquisa com os moradores do Residencial, além das questões que envolvem a moradia, as relações dos moradores e seus conflitos, também foram observados um forte sentimento de estigma nos depoimentos dos moradores. Assim, das 83⁴² pessoas entrevistadas 80% afirmaram ter sofrido preconceito no Residencial, já nas palafitas apenas 19% afirmaram ter sofrido preconceito. Esses dados estão melhor exemplificados na tabela abaixo:

⁴² No decorrer da pesquisa foram observados relatos sobre situações de preconceito vivenciadas pelos moradores do Residencial. A partir daí, foi incluído no questionário perguntas relacionadas à situações de preconceito antes e depois da mudança dos moradores, o que resultou na entrevista apenas de 83 pessoas do total de 154.

Tabela 5 – Sobre o preconceito sofrido enquanto morador na antiga e nova moradia

	Palafita	%	Apartamento	%
Preconceito	Sim	19%	Sim	80%
	Não	28%	Não	20%
	Sem resposta	51%	Sem Resposta	1%

Nota: os dados foram obtidos por 53% da nossa população pesquisada de 154 moradores.

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

Em relação ao número de respostas, é possível também destacar que nos apartamentos o preconceito sofrido pelo moradores ficou mais evidente dada o percentual de respostas a respeito das situações de preconceito, sendo que nas palafitas, essa situação é mais abstrusa para os moradores, onde mais de 50% não responderam, ou não souberam identificar uma situação de preconceito. Sobre isso, um depoimento de um morador evidencia como a situação de preconceito passada por ele enquanto morador de favela e enquanto morador do Residencial:

Em relação a discriminação, quando o senhor morava na favela o senhor já sentiu alguma vez que foi discriminado por morar lá?

Já. Assim....Quando eu batia bola no asfalto, lá na frente né? Lá era só brincadeira também...A gente não levava nada a sério, era um colega de bola: “Tu perdeu favelado”. A gente não vai brigar por aquilo, era colega e tudo. Mas a não ser isso...

E de outras pessoas? O senhor já sentiu algum preconceito? Alguma coisa no trabalho ou em outro local?

No serviço não. Mas dentro do ônibus, inclusive mesmo aqui (o Residencial) é um pouco discriminado. Por falar nisso, a imprensa “larga é o cacete mesmo” [...]Aí várias vezes eu venho no ônibus, aí em cima da ponte Bandeira Tribuzzi saiu umas mulheres falando: “Olha esse condomínio aí só mora marginal”. Às vezes a língua coça pra bater de frente mas o quê que se faz? Eu vou nem falar nada porque não vai adiantar mesmo... Porque a própria imprensa chega e fala, aí pessoal também pega muito da televisão[...] (Entrevista realizado com o morador do Residencial em 13 de fevereiro de 2015, grifo nosso)

No depoimento do morador a situação de preconceito nos dois momentos para ele se confundem. Enquanto morador da favela, a brincadeira do amigo o chamando de “favelado” expressa uma situação corriqueira e sem importância. No segundo momento, quando o Residencial é apontado como um local de marginais, já é considerado uma ofensa maior ao morador. O que pode explicar essa diferença é

que, para muitos moradores, o termo “favelado” nem sempre expressa uma ofensa e está mais ligado a própria situação dos moradores com o local, apesar da conotação pejorativa que o termo carrega. O morador também confirma em sua fala, o forte papel que a imprensa tem em difundir os estereótipos e preconceitos em relação aos moradores das periferias. Isso também foi observado nas narrativas dos moradores que apontaram a emissora de tevê próxima ao Residencial, mais especificamente em um programa policial, como responsáveis por difundir e imputar o apelido de “Carandiru” ao conjunto.

Até o pessoal da imprensa, eu falo aqui um exemplo, é...Aqui da TV Difusora, a TV Difusora nós temos uma emissora de televisão, uma das maiores do Maranhão bem aqui ao lado, mas pergunta se algum dia eles tiveram o interesse de vir aqui? [...]Um dos funcionários que faz o programa Bandeira 2, que é o Silvam, esse rapaz chamava a gente aqui... Sabe como é que ele falava nos programa do bandeira 2? " Aqui ao lado tem um Carandiru" ele chamava a gente aqui? De Carandiru...Gente, isso é um bullying social, isso é uma discriminação [...]

Qual seria a diferença entre a emissora e o Residencial já que ocupam o mesmo espaço, estão lado a lado e se encontram no mesmo bairro?

É porquê... Sabe o que acontece, a gente veio de favela. Quando a gente vem da favela, só pelo fato de vim de favela..."Ah, são um bando de pobres". É tipo achar que não seremos dignos de morar aqui porque eles desconhecem a própria constituição. É um direito de moradia, é um direito nosso, de ter moradia, é uma obrigação do Estado, tá entendendo? Então...Porquê... Porque aqui eles dizem que aqui vende drogas, porque eles dizem que aqui tem tiroteio, e tal... Sim... Ainda que tenham essas coisas, mas se você for fazer uma análise, um levantamento, é uma minoria [...] A maioria são pessoas trabalhadoras. (Hudson, Síndico Geral do Residencial. Entrevista realizada em 16 de Maio de 2015)

A mídia tem um forte papel na difusão de estereótipos, especialmente no que diz respeito às periferias. Ao se referir à emissora e ao programa televisivo no qual o apresentador chamou o Residencial de “Carandiru”, o morador destacou a situação de preconceito sofrido pelos moradores, em especial pela situação social desses que vieram da favela, além das situações de conflito que se passaram no Residencial, como tiroteios, tráfico de drogas, praticados e produzidos, segundo ele, por uma minoria. A consequência da produção desses estereótipos e estigmas foram constatados na pesquisa do Residencial, onde, dos moradores que consideraram ter sofrido discriminação, 30% mencionaram o apelido de “Carandiru” como forma de preconceito (ver depoimentos no Apêndice P).

Os estudos de Champagne (2008), ajudam a entender essa realidade. Segundo ele, longe de ajudar, a mídia contribui para a estigmatização, produzindo efeitos de ordem simbólica. Essa estigmatização pela mídia ocorre de forma

involuntária e resulta no próprio funcionamento do campo jornalístico que se estende além dos acontecimentos:

[...] Ora, a mídia age sobre o momento e fabrica coletivamente uma representação social que, mesmo quando está muito afastada da realidade, perdura apesar dos desmentidos ou das retificações posteriores porque ela nada mais faz, na maioria das vezes que reforça as interpretações espontâneas e mobiliza, portanto, os prejuízos e tende, por isso, a redobrá-los. Além disso, é preciso levar em conta o fato de que a televisão exerce um efeito de dominação muito forte dentro do próprio campo jornalístico porque sua ampla difusão – sobretudo no que diz respeito aos jornais televisados – confere-lhes um peso particularmente forte na constituição da representação dominante dos acontecimentos. Por outro lado, a informação “posta em imagens” produz um efeito de drama que é próprio para suscitar muito diretamente emoções coletivas. Enfim, as imagens exercem um efeito de evidência muito poderoso: mais sem dúvida que o discurso, elas parecem designar uma realidade indiscutível, se bem que elas sejam igualmente o produto de um trabalho mais ou menos explícito de seleção e de construção. [...] (CHAMPAGNE, 2008, p.64)

A mídia de acordo com o autor, produz uma visão midiática da realidade que contribui para criar a própria realidade que ela pretende descrever. As consequências dessa realidade descrita pela mídia é a reprodução desses bairros como locais de bandidos, locais violentos e a estigmatização de seus moradores. Ao ser designado perante a mídia como “Carandiru”, o Residencial Rio Anil Camboa tornou-se uma referência negativa à sociedade e para os próprios moradores:

Não, o preconceito continua, pode perguntar pra qualquer morador que mora aqui, que se você for colocar um currículo...Tem morador que mora aqui que não coloca currículo com esse endereço, porque descobriram. Tem amigos aqui que chegam e dizem: "Hudson, botei um currículo em tal lugar, chamaram meus colegas tudinho e eu porque não? Porque eu tenho até mais curso do que eles?" "Ah, tu botou qual endereço?" Ele disse: "Lá de casa" Eu disse: "É isso"...Porquê? Porque esse Silvam, esse pessoal da Difusora, tem esse pessoal aqui, na mídia, ele apelidou a gente como Carandiru [...] (Hudson, Síndico Geral do Residencial. Entrevista realizada em 16 de Maio de 2015)

Além das dificuldades de arranjar emprego, como foi colocado pelo morador na fala acima, a referência ao Residencial tem causado situações constrangedoras aos moradores que são constantemente vítimas de preconceitos. Os amigos e parentes não visitam os moradores no local, os taxistas negam-se a deixar os

moradores na porta do Residencial, futuros compradores se desfazem do negócio, como pode observado em algumas falas:

“Quando quiseram comprar o apartamento, o interessado desistiu quando soube que era aqui.” (Morador do Bloco Dália)

“Todos nós somos comparados com bandidos.” (Moradora do bloco Bromélia)

A moradora da segunda fala relatou uma situação que passou quando trabalhava na venda de churrasquinho. Ao terminar a venda pela madrugada, resolveu pegar um moto taxi, quando já tinha subido no garupa da moto e dito seu endereço, o motorista da moto logo reagiu falando para a moradora descer da moto, pois, “queria chegar em casa vivo”.

A característica sociológica do estigma, é destacado por Goffman (1978, p.14) como um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido nas relações sociais cotidianas, mas que, ao possuir um traço que chama atenção, afasta àqueles que encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. De acordo com os exemplos acima citados, por mais que o Residencial não seja um traço visível nos moradores, mas algo fabricado pela mídia como um local perigoso, seus moradores foram e são evitados em diferentes ocasiões. Eles deixaram de ser considerados como pessoas comuns para serem considerados moradores do “Carandiru”. Além disso, essa população possui uma identidade pessoal, no sentido de Goffman (1978), com signos de estigma que vão ser determinantes para a sua estigmatização: é uma população negra, pobre, originária de favelas. Estes são condicionantes para a estereotipação dessas populações como criminosos.

[...] Nós somos muito criticados... “Ali no Rio Anil, ali só tem bandido”, e não é assim [...] Gente, pessoas que caminham pelo caminho errado, em todos os lugares tem. Mas por que que a favela, o morro, os guetos é que é mal visto? De lá sai tanto talento maravilhoso... Vocês já prestaram atenção que a maior parte dos talentos vem dos guetos, dos morros, das favelas? Porque o rico ele acha que o dinheiro é o talento dele [...] Porque é pros guetos, pros morros, que vai os filhinhos ricos comprar a droga [...] (Ana Leia, moradora do residencial. Entrevista realizada em 06 de Março de 2016)

A fala da moradora demonstra que as periferias são os maiores alvos de discriminações, associados como locais de bandidos, em que os talentos que também surgem desses locais não são demonstrados. A respeito disso, Champagne (2008)

destaca que a mídia fabrica para o grande público apenas a apresentação e representação dos problemas, retendo apenas nas ações de violência. Quanto às explicações desses problemas, os motivos e as causas, são geralmente desconsiderados.

No contexto dos moradores do Residencial a produção desses estigmas devem ser compreendida pelo tempo ainda recente de mudança para ali, pelo modo de vida dos moradores nas palafitas, pelo quadro de uma população jovem, migrante, com índice de escolaridade baixo e com uma taxa de desemprego alta. Esse quadro releva que os estigmas e os preconceitos estão direcionados às camadas periféricas da sociedade.

3.4 Síntese sobre o processo de socialização

A pesquisa buscou analisar o perfil destes moradores tentando situar questões mais gerais, como a ocupação destas famílias, seu grau de escolaridade e renda, a composição da moradia, e as percepções em relação à nova moradia em comparação com a antiga, além das relações de vizinhança, questões que esclarecem o processo de socialização dos moradores no Residencial. Deste modo, pudemos constatar que a mudança das famílias para os apartamentos acarretou uma melhoria das condições de moradia dessas famílias (quando comparada com a antiga), apesar de que, do ponto de vista das atividades, houveram poucas mudanças, no que diz respeito a mobilidade social, tendo esses moradores as mesmas ocupações, como também as limitações que espaço da nova moradia trouxe para execução de atividades cotidianas, como lavar roupa, ou até mesmo, fazer uma extensão de um cômodo. O que pode ser destacado nesse item é a diminuição da atividade de pesca, que pode ter sido ocasionada pela urbanização da área, com a construção da Avenida IV Centenário, por exemplo, como também pela própria transferência dos moradores para os apartamentos; algo também semelhante pode ser dito sobre o aumento do número de atividades autônomas, demonstrado através dos percentuais e observado na pesquisa, apesar das limitações do espaço e da falta de boxes para os comerciantes, o que propiciou o surgimento de pequenas mercearias improvisadas nos apartamentos térreos, como também outras formas de prestações de serviços. Assim, a simples mudança de moradia não significou uma mobilidade social significativa. Pelo contrário, o espaço dos apartamentos limitou a execução de

atividades anteriores realizadas pelos moradores como a pesca e a criação de animais.

Sobre o processo de socialização dos moradores do Residencial Rio Anil Camboa, podemos destacar que, como todo processo, não ocorreu de forma harmônica. Os conflitos dentro do Residencial enfatizam as oposições e as tensões existentes nesse processo. A interiorização de normas de conduta e formas de agir e pensar dentro desse novo espaço não ocorre de forma imediata e não significa a absorção total desse controle.

O padrão de moradia em apartamentos, idealizado como um tipo de moradia adequado, requer dos moradores um outro comportamento nesse espaço. Exige um maior controle da vida afetiva, como destaca Elias (1992). Isso é exemplificado na forma como os moradores tendem a se relacionar com os outros, obedecendo regras e normas exigidos pelo padrão de moradia, além do que, nesse espaço há a figura do síndico como mediador e punidor para os possíveis deslizes.

A adaptação a esse novo estilo de vida, de fato, é um processo civilizador, que tende a reorientar e incorporar novos padrões de comportamento nos moradores. Como todo processo civilizador é permeado de conflitos, verifica-se algo semelhante na vida destes moradores que tiveram que abandonar um estilo de vida mais simples para adaptarem-se a moradia em apartamento, que, de alguma forma, expressa um tipo de vida mais individual, onde as relações neste espaço estão baseadas mais nas obrigações do que nos aspectos de uma vida comunitária, nos laços de amizade, solidariedade e familiaridade.

CONSIDERAÇÕES

O trabalho aqui apresentado partiu da inquietação de discutir como os agentes governamentais, referenciados por conhecimentos técnicos burocráticos, tratam do problema da habitação, pois só a concebem pelo ângulo da infraestrutura, do saneamento, da segurança em relação às condições ambientais, etc., prescindindo das participações e opiniões efetivas das pessoas que passam a residir num novo espaço concebido e construído por eles. Com esse pressuposto, buscamos estudar uma situação específica, mas muito representativa dessa premissa: o processo de socialização dos moradores do Residencial Rio Anil Cambaia, moradores que foram transferidos de habitações consideradas inadequadas para apartamentos construídos pelo Programa PAC Rio Anil.

Partindo da história do desenvolvimento urbano da cidade de São Luís, foi possível compreender como a capital possui um dos maiores déficits habitacionais do país, sendo as áreas de mangue um dos locais de destino para as populações mais pobres terem acesso à terra, o que fez com que às margens do rio Anil se constituíssem de um grande cinturão de palafitas. Não só. Além disso, um aspecto agravante da situação dos conjuntos habitacionais de moradia popular, construídos nas décadas de 1970 e 1980, através do BNH e pela COHAB-MA, é que não conseguiram alcançar as populações mais periféricas. Por isso, a política pública habitacional na capital voltada para as camadas mais pobres é algo muito recente, e que foi só possível com o Programa de Aceleração do Crescimento, de 2007, e o Minha Casa, Minha Vida, em 2009, o que justifica, de um lado, a importância desses programas à realidade ludovicense. Por outro, o Programa PAC Rio Anil ofereceu moradias em padrões verticais, ou seja, apartamentos para os ex moradores das palafitas, o que difere da realidade social até então dos moradores que foram para ali transferidos.

Tendo em vista este padrão de moradia considerado adequado pelo implementadores do projeto, buscamos desconstruir a ideia de que a palafita apenas se restringe à um tipo de habitação precária. Para irmos além da moradia em si, partimos da perspectiva de que a palafita é uma “arquitetura possível”, na medida que tem de ser compreendida pelo contexto de inserção destes moradores na realidade urbana de São Luís. Isto porque a palafita representa a única forma de acesso à terra e a moradia dessas populações. Outro fator ligado à palafita, corresponde ao perfil

dos moradores. Percebeu-se que os moradores que ocupavam às margens do rio Anil são em sua grande maioria, migrantes, em especial das regiões do litoral ocidental maranhense e da baixada maranhense. Ou seja, essas populações possuem uma origem de vida ligada ao campo e à pesca como meios de subsistência, o que permite entender a razão dos bairros da Camboa e da Liberdade terem se constituído como destinos dessas famílias, pois, não só pelas relações de parentesco com os que já ali habitavam, mas principalmente pela possibilidade de reprodução do modo de vida anterior que propiciou a ocupação desses locais.

Ao serem transferidos para habitações verticais, como o Residencial Rio Anil Camboa, verificou-se que novos padrões e normas de comportamento passaram a ser exigidos dos moradores neste novo espaço. Estes padrões de comportamentos foram determinantes para os conflitos existentes no Residencial, uma vez que essa moradia requer a dependência da cooperação mútua entre os moradores. Nesse aspecto, observamos que a moradia em apartamentos demanda, ao mesmo tempo, uma individualização e uma dependência dos moradores, seja no pagamentos de taxas, ou seja no cumprimento de regras. Essas obrigações geram confusões, sendo que, antes, os moradores não se viam em suas antigas moradias tendo que cumprir com regras de convívio; passar a morar no Residencial exigiu novos comportamentos e atitudes dessas pessoas.

Além disso, os gastos dos moradores na nova residência foram aumentados e os meios de sobrevivência de muitos ou continuaram os mesmos ou diminuíram, como constatamos pelo declínio das atividades de pesca e coleta de mariscos. Noutras palavras: o espaço da nova moradia restringiu diversas atividades realizadas pelos moradores, como a pesca, a lavagem de roupa, a criação de animais, formas anteriores encontradas pelos moradores para complementarem sua sobrevivência, assim como os próprios comércios existentes nas antigas palafitas. Conseqüentemente, com a restrição da arquitetura e do espaço do Residencial, observou-se a improvisação dos moradores nos apartamentos, estendendo roupas em varais colocados nas áreas externas e a existência de diversos tipos de comércios e prestações de serviços nos próprios apartamentos. Mesmo assim, outras atividades foram impossibilitadas, como a criação de animais.

Assim, a partir da compreensão que a pesquisa propiciou constatou-se que a nova moradia em apartamentos ocorre como um processo civilizador para os moradores do Residencial Rio Anil Camboa, tendo estes de incorporarem padrões de

comportamentos neste novo espaço de interação. Esses padrões de comportamento implicam relações mais individualizadas e que são condicionadas pelas ordens burocráticas de organização da vida em condomínio. A exigência deste tipo de relação faz com que os moradores do Residencial indiquem que as relações entre vizinhos sejam caracterizadas como mais distantes, assim como julgam os comportamentos dos moradores como “menos civilizados”, quando comparados ao tipo de vida que viviam na palafita.

A natureza desse processo civilizatório pode ainda ser analisado por outro ângulo. Como revelaram os dados colhidos na nossa pesquisa, a mudança para uma habitação “mais adequada”, não foi acompanhada por uma transformação na vida escolar, cultural e profissional dos moradores; ou seja, passaram a residir em um novo espaço levando a mesma vida anterior. O processo civilizatório, intensão do pensamento técnico burocrático, foi incompleto ou levado a efeito e forma enviesada, pois não alcançou e não transformou em boa parte a vida das pessoas. Assim, elas passaram de uma realidade completamente adversa, mas homogênea, pois era precária da habitação à vida profissional, para uma realidade heterogênea: as antigas e difíceis condições de vida passaram a ocupar/habitar um espaço dito civilizado.

Além disso, verificamos que as fronteiras espaciais, que antes delimitavam as antigas favelas e que justificavam os conflitos entre os moradores, passaram, na nova moradia, a significar fronteiras simbólicas, justificado no discurso dos moradores pela “mistura das favelas” como sinônimos de conflitos e de episódios de violência dentro do Residencial. Há também, dentro desse aspecto, a reprodução de preconceitos e estereótipos à respeito da condição e da origem dos moradores do Residencial, o que é determinante para a produção e reprodução de estigmas e preconceitos o qual essa população é frequentemente exposta.

Mesmo considerando tais fatores, à mudança para os apartamentos representou para os moradores melhores condições estruturais de habitação e saneamento básico, o que significou uma mudança significativa na condição de moradia. No entanto, a verticalização dos moradores em apartamentos implicou também na reelaboração dos moradores nesse espaço, na ressignificação da moradia, o que é, na maioria das vezes, denotado por uma imagem negativa, de lugar violento, perigoso e permeado de conflitos. Isso significa que a moradia, mais que um espaço estrutural, representa significados e sentimentos e a identidade de seus

moradores, o que faz com que a antiga moradia e a nova moradia sejam recorrentemente comparadas.

Em suma, podemos observar pelo processo de socialização dos moradores no Residencial Rio Anil Camboa que a problemática da moradia não pode ser reduzida exclusivamente à questão estrutural, sendo por isso necessário considerar outros fatores, como a origem dessas famílias, seus modos de vida, suas relações econômicas de sobrevivência, suas relações espaciais e de vizinhança. A habitação não pode ser compreendida sem esses fatores, pois as tensões e os conflitos dentro de uma organização social evidenciam as características desse processo de socialização.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Elizabeth Sousa. São Luís Imperial: Cotidiano e melhoramentos urbanos. In: SOUSA ABRANTES; SANTOS, Regina Rodrigues dos. (org.). **São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade**. São Luís: EDUEMA, 2012. p.11-30
- ABREU JÚNIOR, Nilson Tavares Pereira de. **Da roça a palafita: as ocupações urbanas em São Luís como desdobramento do êxodo rural (1970-2000)**.2006. Monografia (Graduação em História Licenciatura) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA.
- ALCANTARA JR, José O.; SELBACH, Jeferson Francisco (org.). **Mobilidade Urbana em São Luís**. São Luís, MA: EDUFMA, 2009.
- BECHARA, Evanildo. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.
- BONDUKI, Nabil; VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Política habitacional e a luta pelo direito à habitação. In: COVRE, Maria de Lourdes Manzini (org.). **A cidadania que não temos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p 39-72.
- BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. In: Habitação na cidade industrial. **Revista Análise Social 1870-1950**. Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Quarta série. v.29, n.127. 1994. p. 711-732.
- BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista eletrônica de arquitetura e urbanismo**. n.1, p.70-104, 2008. Disponível em:
<http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf> Acesso em: jul. 2015.
- BOURDIEU, Pierre. et.al. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean Claude. **A Profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BURNETT, Frederico Lago. **São Luís por um triz: escritos urbanos e regionais**. São Luís. EDUEMA, 2012.
- BURNETT, Frederico Lago; SILVA, Joana Barbosa Vieira da. O espaço da ciência e da técnica na urbanização de assentamentos precários: uma análise da gestão do PAC Rio Anil em São Luís, Maranhão. **Seminário URBFAVELAS**. São Bernardo do Campo, São Paulo.2014.
- BURNETT, Frederico Lago; SILVA, Joana Barbosa Vieira da. O mapa cultural do rio anil como instrumento de integração urbana e transformação espacial. **16º ENAPUR: espaço, planejamento e urgência**. Anais. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: < http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=454 > Acesso em: 12 dez. 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CARDOSO, Maria Suely Dias. **Só vivo da pesca: estratégias de reprodução de famílias camponesas no meio urbano – entre Alcântara e São Luís, Maranhão**. 2008. 93 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís – MA.

CORDEIRO, Juliana Carneiro Barbosa. “Pela Hora da Morte”: custo de vida em São Luís no contexto da Segunda Guerra Mundial. In: SOUSA ABRANTES; SANTOS, Regina Rodrigues dos. (org.). **São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade**. São Luís: EDUEMA, 2012.p.179-212.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DINIZ, Juarez Soares. **As Condições e Contradições no Espaço Urbano de São Luís (MA): traços periféricos**. São Luís: EDUFMA, Ciências Humanas em Revista, v.5, n.1, julho 2007.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos- DIEESE. **Principais aspectos do Programa de Aceleração do Crescimento Nota Técnica**. n. 41, Jan. 2007. Disponível em: <www.adur-rj.org.br/4poli/documentos/dieese_nota_tec_pac.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2015.

D'OTTAVIANO, Camila e PASTERNAK, Suzana. Políticas Recentes de Melhorias Urbanas. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v.17, n.1, p.75-88, abr. 2015.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

DURKHEIM. Emile. **Educação e Sociologia**. 4.ed. São Paulo: Edições Melhoramentos. 1955. p. 25-56.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1992.

_____. **Escritos & Ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

_____. **O processo civilizador**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994. v.1

Engels, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Para a Questão da Habitação In: **Obras Escolhidas em três tomos**. Tomo II. Editorial Avante. Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1983.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro**. São Luís: EDUFMA, 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FIRDION, Jean-Marie. Construir uma amostra. In: PAUGAM, Serge (coordenador). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informação. **Déficit habitacional no Brasil 2011-2012: resultados preliminares**. Belo Horizonte, 2014. (Nota técnica, 1).

GOMES, José Tribuzzi Pinheiro. Síntese histórica da formação urbana de São Luís. In: **Revista FIPES**, São Luís, v.3.n.2. p.17-25. jul-dez.1988.

Governo do Estado do Maranhão. Plano de Reassentamento Rio Anil. São Luís, Maranhão. 2008. Não Publicado.

Grupo de Avaliação e Estudos da Pobreza e das Políticas Direcionadas à Pobreza-GAEP. **Pobreza e segregação socioespacial no Maranhão**. Boletim do Observatório Social e do Trabalho. ano 3, n. 3, p.1-4. jul. 2014.

GRIGOROWITSCHS, Tamara. O conceito “socialização” caiu em desuso? uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 29, n. 102, p. 33-54, jan./abr. 2008.

GULLAR, Ferreira. **Poema Sujo**. São Paulo, Ed: Círculo do Livro, 1980.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. **Aglomerados Subnormais: informações territoriais**. Censo 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE. **Censo Demográfico** .2010.

JORGE, Miécio de Miranda. (org.). **Álbum do Maranhão**. São Luís: 1950.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed.34, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999

_____. **O Direito a Cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2011.

LARSON, Ron; FARBER, Betsy. **Estatística Aplicada**. 4 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LOPES, José Antônio Viana. **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara**: Guia de arquitetura e paisagem. Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda. 2008.

LOPES, Raimundo. **A civilização lacustre do Brasil**. Boletim do Museu Nacional, v.1, n. 2, p. 87-109. Rio de Janeiro, 1924.

LOUREIRO, V.R. Pressupostos do modelo de integração da Amazônia aos mercados nacional e internacional em vigência nas últimas décadas: a modernização às avessas. In: COSTA, M.J.J. (org.). **Sociologia na Amazônia**: debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém: UFPA, 2001. p.47-70.

LUZ SILVA, Lindimberge da. **Quilombolas entre Alcântara e São Luís**. 2007. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

_____. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo, Julho de 1995. Disponível em:
<http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf
> Acesso em: 14 fev. 2016.

_____. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**. vol.17, n.48, p.151-166. 2003.

_____. Autoconstrução, a arquitetura do possível. In: MARICATO, Ermínia (org) **A produção capitalista da casa**. 2 ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982, pp 71-93.

MARX, Karl. **O Capital**. Volume I, Tomo II. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MEDEIROS, Carlos Henrique Guimarães. **PESTE BUBÔNICA EM SÃO LUÍS**: Epidemia e perspectivas de reordenamento urbano. 2007. 130f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís – MA.

MENEZES, Tainá Marçal Dos Santos; PERDIGÃO, Ana Klaudia De Almeida Viana; PRATSCHKE, Anja. O tipo palafita amazônico: contribuições ao processo de projeto de arquitetura. **Revista Oculum Ensaios**. Campinas. v.12. n.2 jul/dez 2015. p 237-254

MOREIRA, Tomás Antônio; RIBEIRO, Joana Aparecida. A questão fundiária brasileira no desenho das políticas nacionais de habitação: considerações a partir do

início do século XXI. **Cadernos Metrópole**: políticas públicas e formas de provisão de moradia. São Paulo, v. 18 n.25, p. 15-31. 2016.

MUNIZ, Djalda Maracira Castelo Branco. **Ex – palafitados da lagoa da Jansen**: malandros, miseráveis ou heróis? um estudo de caso sobre os ex – palafitados da lagoa da Jansen. 2008. 80f. Monografia (Bacharel em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís -MA.

Nota sobre a Camboa. O Jornal, 31 de Maio de 1916. Biblioteca Pública Benedito Leite, acervo digital. Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

Nota sobre a Cia de Fiação e Tecidos Maranhense. Jornal A Cruzada, 1891. Biblioteca Pública Benedito Leite, acervo digital. Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

OLIVEIRA, Maysa Mayara Costa de. **O Processo de Socialização nos Condomínios Horizontais Fechados em São Luís**. 2013. 71 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA.

OSEKI, Hajime Jorge. O único e o homogêneo na produção do espaço. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.cap.8, p. 109-119.

PASTERNAK, Suzana e BÓGUS, Lucia Maria Machado. Habitação de Aluguel no Brasil e em São Paulo. **Caderno CRH**: revista do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades da UFBA. Salvador, UFBA, n.1. 2014.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. **Engajamento militante e luta pela moradia em São Luís entre as décadas de 1970 e1980**. 2010. 199 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís – MA.

PIHEIRO, Silvio Sergio Ferreira. **Palafitas serão apartamentos**: concepções, mecanismos e limites da participação popular no PAC Rio Anil no bairro da Liberdade, em São Luís do Maranhão.2013. 162 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo – SP.

RAMALHO, A. Cavalcanti. Álbum do Maranhão. 1923. Biblioteca Pública Benedito Leite, acervo digital. Acesso em: 01 de jul. de 2016.

Relatório da Secretaria de Estado das Cidades do Estado do Maranhão, de 16 de Julho de 2013.

RIBEIRO JUNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís**: 1612-1991. 2 ed. Revista- São Luís: Ed: FUNC, 2001.

RIOS, Dermival Ribeiro. **Minidicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: DCL, 2010.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. **Estratégias do capital na produção do espaço urbano de São Luís**: sobre a verticalização e desigualdades espaciais

(2000-2010).2013. 109. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís – MA.

SANTOS, José Luso dos. **A Cidades Revisitada:** Urbanismo, saúde pública e epidemias em São Luís na virada do século XIX. 2010. Monografia. (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís – MA.

Secretaria de Estado das Cidades do Estado do Maranhão. **Nota sobre o PAC.** Disponível em: <<www.secid.ma.gov.br/pac/.>> Acesso: em 26 nov.2014.

SILVA, Ana Lúcia Duarte. **De Matadouro a Liberdade:** a formação histórica – cultural de um bairro de São Luís. 1997. 72 f. Monografia (Licenciatura em História) Universidade Federal do Maranhão. São Luís – MA.

SILVA, Joana; KAPP, Silke. **As palafitas do Rio Anil:** memória de uma cultura construtiva em vias de erradicação. Grupo MOM - Morar de Outras Maneiras. Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. 2016. Não publicado.

SIMMEL, George. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

_____. Questões fundamentais da sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. Excurso sobre o problema: como é possível a sociedade? **Sociologia e Antropologia.** Rio de Janeiro, v.3, n. 6, p. 653 – 672, nov. 2013a.

_____. **Sociologia.** Evaristo de Moraes Filho, organizador. São Paulo: Ática, 1983.

_____. Sociologia do Espaço. In: **estudos avançados**, v. 27, n. 79, p. 75-112, 2013b.

THOMPSON, P. A voz do passado: história oral. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

UNESCO BRASIL. Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Brasília, 1998. Disponível em: www.unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 12 jan.2016.

VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

VALLADARES, Lícia do Prado; FIGUEIREDO, Ademir. Habitação no Brasil: uma introdução à literatura recente. In: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB**, Rio de Janeiro, n.11, 1º semestre de 1981.

VASCONCELOS, Paulo Eduardo Silva de. **Habitação Social em São Luís do Maranhão:** Um Estudo Sobre a Produção de Habitação dos Institutos de

Previdência e do Banco Nacional da Habitação. 2007. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Estadual do Maranhão. São Luís – MA.

VASCONCELOS, Paulo Eduardo Silva de; CARVALHO VENANCIO, Marluce Wall de. Os Institutos de Aposentadorias e Pensões e o Sistema Financeiro de Habitação do governo autoritário—peças chaves da história da habitação social em São Luís. **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Anais. v. 10, n. 2, 2012.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Trocando olhares**: uma introdução à construção sociológica da cidade. São Paulo. Studio Nobel: EDUC, 2000.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão (1612-1895)**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, v.1.1954.

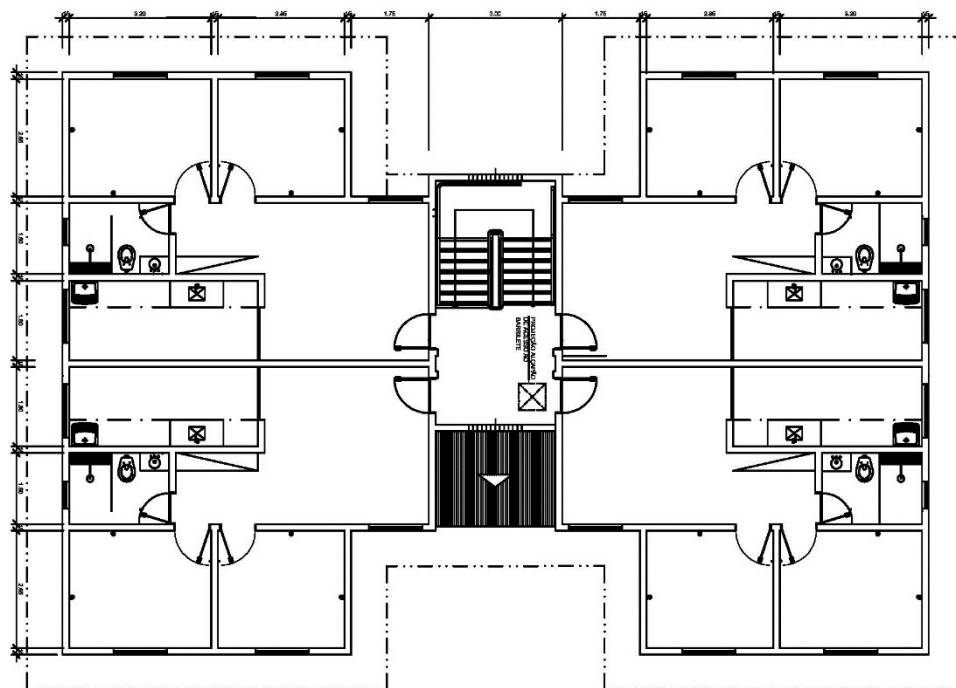
YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Zaluar, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1994.

ZENKNER, Thaís Trovão dos Santos. A construção de um patrimônio: São Luís de 1850 a 1899. **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. v.11, n.5, 2010.

ANEXOS

ANEXO A - Planta dos apartamentos do Residencial Rio Anil Camboa



Fonte: SILVA, Joana.2013

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado com os moradores do Residencial Rio Anil
Camboa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (UFMA)

Questionário Sobre os Moradores do PAC do Rio Anil – São Luís/MA

1. Idade do entrevistado: _____
2. Sexo:
 - 2.1. F () 2.2. M ()
3. Local de origem do chefe da casa: _____
4. O Maior Grau de Escolaridade da Casa:
 - 4.1. Fundamental Incompleto () 4.2. Fund. Completo () 4.3 Médio Incompleto ()
 - 4.4 Médio Completo () 4.5. Superior Incompleto () 4.6 Superior Completo ()
 - 4.7 Pós-Graduado ()
5. Menor Grau de Escolaridade da Casa:
 - 5.3. Analfabeto () 5.2. Fundamental Incompleto () 5.4. Fund. Completo ()
 - 5.5. Médio Incompleto () 5.6. Médio Completo () 5.7. Superior Incompleto ()
6. Renda Familiar:
 - 6.1. Menos de 1 SM () 6.2. Um SM () 6.3. Até 2 SM ()
 - 6.4. Até 3 SM () 6.5. Até 4 SM () 6.6. Até 5 SM () 6.7. Mais de 5 SM ()
7. A Pessoa com a maior renda da casa trabalha na mesma atividade que desempenhava antes de vir morar neste apartamento?
 - 6.1. Sim () 6.2. Não ()

* Se **SIM**, pular para a questão 8.
8. Em qual atividade trabalhava anteriormente?
R: _____
9. Qual a atual atividade desta pessoa?
R: _____
10. Antes de morar neste apartamento, você e sua família moravam:
 - 10.1. Nas palafitas () 10.2. Numa favela 10.3. Numa casa, mas em outro bairro ()
 - 10.4. Outros: _____
11. Quantos cômodos tinha sua antiga residência:
 - 11.1. Um () 11.2. Dois () 11.3. Três () 11.4. Quatro ()

11.5. Cinco () 11.6. Seis () 11.7. Mais de Seis ()

12. Quantas pessoas moravam na antiga residência?

12.1. Uma () 12.2. Duas () 12.3. Três () 12.4. Quatro ()
12.5. Cinco () 12.6. Seis () 12.7. Sete () 12.8. Oito ()
12.9. Mais de oito ()

13. Quantas pessoas moram neste apartamento?

13.1. Uma () 13.2. Duas () 13.3. Três () 13.4. Quatro ()
13.5. Cinco () 13.6. Seis () 13.7. Sete () 13.8. Oito ()
13.9. Mais de oito ()

14. O tipo de propriedade do apartamento:

14.1. Emprestado () 14.2. Alugado () 14.3. Próprio () 14.4. Comprou ()

15. Em relação à residência anterior, morar neste apartamento:

15.1. É pior () 15.2. É muito pior () 15.3. É a mesma coisa ()
15.4. É melhor () 15.5. É muito melhor ()

16. Os vizinhos que você tem neste bloco de apartamentos:

16.1. Os conheceu quando veio morar no apartamento ()
16.2. São os mesmos da antiga residência ()
16.3. Alguns já conhecia e outros conheceu agora ()

17. Comparando com os vizinhos da residência anterior, sua relação com os atuais vizinhos:

17.1. É conflituosa, como antigamente ()
17.2. É mais conflituosa do que anteriormente ()
17.3. Há o mesmo companheirismo (solidariedade) entre as pessoas ()
17.4. Há mais companheirismo (solidariedade) entre as pessoas ()
17.5. As pessoas estão mais distantes umas das outras ()

18. Morando no apartamento:

18.1. Você se sente mais seguro ()
18.2. Você sente uma maior insegurança ()
18.3. Sinto a mesma segurança de antigamente ()
18.4. Sinto a mesma insegurança de antigamente ()

18. No atual bairro onde mora:

18.1. Você se sente mais seguro ()
18.2. Você sente uma maior insegurança ()
18.3. Sinto a mesma segurança de antigamente ()
18.4. Sinto a mesma insegurança de antigamente ()

19. Há quanto tempo reside no bairro:

19.1. Menos de um ano () 19.2. Entre 1 e 3 anos () 19.3. Entre 3 e 5 anos ()

19.4. Entre 5 e 7 anos () 19.5. Entre 7 e 9 anos () 19.6. Mais de 10 anos ()

20. Você e sua família desejariam retornar para sua antiga residência:

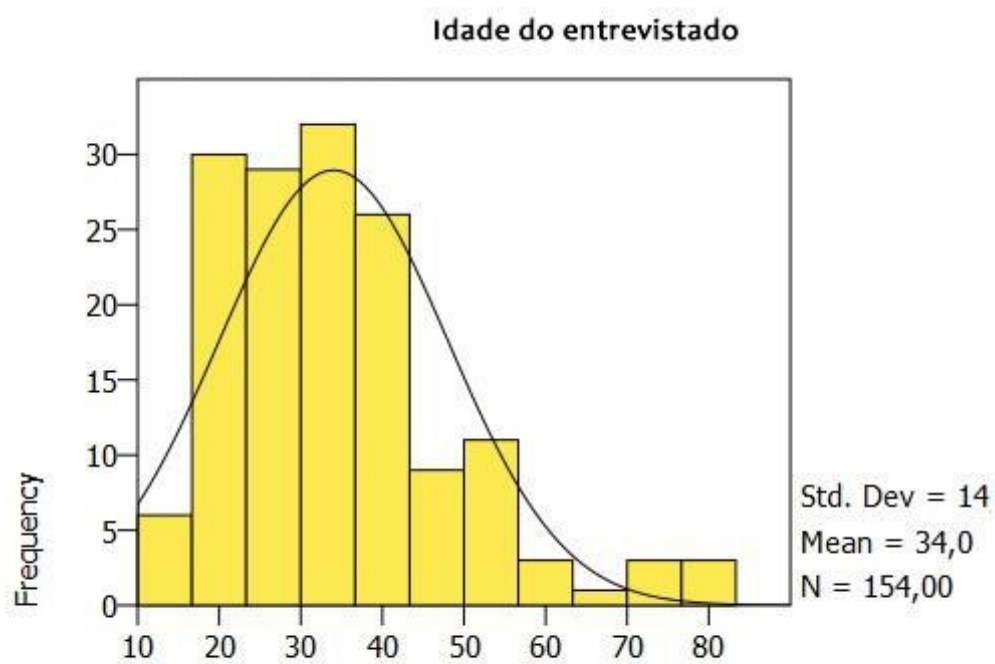
20.1. Sim () 20.2. Não ()

21. Por que desejaria voltar para a antiga residência?

22. Já sofreu algum preconceito quando morava na palafita?

23. Já sofreu algum preconceito no Residencial?

APÊNDICE B- Gráfico da idade do entrevistado



Fonte: elaborado pela autora, 2015.

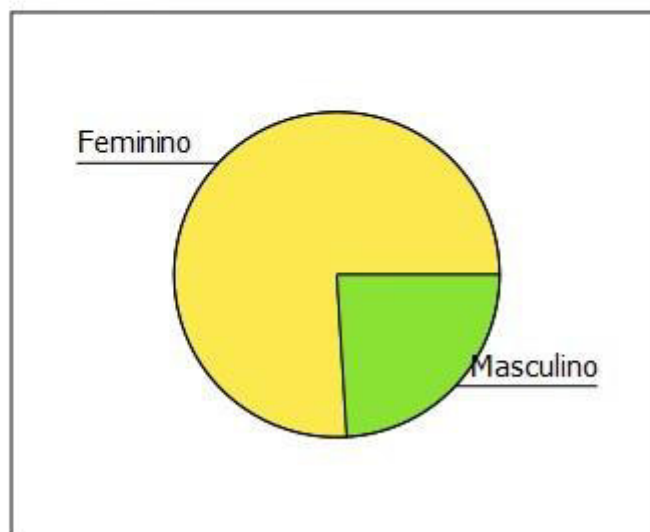
APÊNDICE C – Gráfico do sexo do entrevistado.

Sexo

<i>Value Label</i>	<i>Value</i>	<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cum Percent</i>
Feminino	1,00	117	75,97	75,97	75,97
Masculino	2,00	37	24,03	24,03	100,00
<i>Total</i>		154	100,0	100,0	

sexo

<i>N</i>	<i>Valid</i>	154
	<i>Missing</i>	0
<i>Mode</i>		1,00

Sexo

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

APÊNDICE D – Tabela da cidade de origem do chefe de família

origem do chefe da casa					
Value Label	Value	Frequency	Percent	Valid Percent	Cum Percent
	Alcântara	26	16,88	16,88	16,88
	Barreirinhas	1	,65	,65	17,53
	Bequimão	4	2,60	2,60	20,13
	Bom Jardim	1	,65	,65	20,78
	Brito	1	,65	,65	21,43
	Cajari	1	,65	,65	22,08
	Carolina	1	,65	,65	22,73
	Cedral	2	1,30	1,30	24,03
	Corre Prata	1	,65	,65	24,68
	Cururupe	3	1,95	1,95	26,62
	Fortaleza	2	1,30	1,30	27,92
	Guimarães	3	1,95	1,95	29,87
	Humberto de Campos	1	,65	,65	30,52
	Manival	1	,65	,65	31,17
	Matinha	3	1,95	1,95	33,12
	Mirinzal	2	1,30	1,30	34,42
	Município de Alcântara	1	,65	,65	35,06
	Município de Pinheiro	1	,65	,65	35,71
	Palmeirândia	2	1,30	1,30	37,01
	Paranaíba	1	,65	,65	37,66
	Pericumãzinho	1	,65	,65	38,31
	Perimirim	4	2,60	2,60	40,91
	Pinheiro	5	3,25	3,25	44,16
	Porto Rico	3	1,95	1,95	46,10
	Ribamar	2	1,30	1,30	47,40
	Samucangalo	1	,65	,65	48,05
	Santana	1	,65	,65	48,70
	São Bento	3	1,95	1,95	50,65
	São João Batista	3	1,95	1,95	52,60
	São João de Cortes	2	1,30	1,30	53,90
	São João do Caru	1	,65	,65	54,55
	São Luís	60	38,96	38,96	93,51
	São Raimundo	1	,65	,65	94,16
	São Vicente Ferrer	1	,65	,65	94,81
	Timon	1	,65	,65	95,45
	Vargem Grande	1	,65	,65	96,10
	Viana	3	1,95	1,95	98,05
	Vitória	1	,65	,65	98,70
	interior do estado	2	1,30	1,30	100,00
	<i>Total</i>	154	100,0	100,0	

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

APÊNDICE E – Tabela do bairro ou rua que morava antes

nome do local que morava antes					
Value Label	Value	Frequency	Percent	Valid Percent	Cum Percent
		2	1,30	1,30	1,30
	Liberdade	1	,65	,65	1,95
	Alcântara	2	1,30	1,30	3,25
	Areal	18	11,69	11,69	14,94
	Camboa	23	14,94	14,94	29,87
	Coroadinho	1	,65	,65	30,52
	Jaracaty	1	,65	,65	31,17
	Liberdade	9	5,84	5,84	37,01
	Mangue Seco	40	25,97	25,97	62,99
	Maruim	21	13,64	13,64	76,62
	PROMORAR	5	3,25	3,25	79,87
	Raposa	1	,65	,65	80,52
	Rua Nossa Senhora das Graças	1	,65	,65	81,17
	Veleiros	17	11,04	11,04	92,21
	Vila Embratel	1	,65	,65	92,86
	Vila Gorete	6	3,90	3,90	96,75
	Vila Madalena	1	,65	,65	97,40
	Vila Verde	4	2,60	2,60	100,00
	Total	154	100,0	100,0	

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

APÊNDICE F - Tabela do maior grau de escolaridade

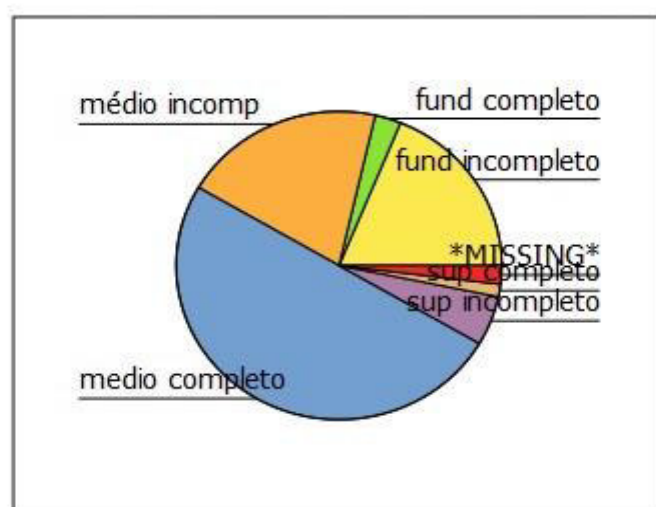
Maior grau de escolaridade da casa

Value Label	Value	Frequency	Percent	Valid Percent	Cum Percent
fund incompleto	1,00	29	18,83	19,21	19,21
fund completo	2,00	4	2,60	2,65	21,85
médio incomp	3,00	31	20,13	20,53	42,38
medio completo	4,00	77	50,00	50,99	93,38
sup incompleto	5,00	8	5,19	5,30	98,68
sup completo	6,00	2	1,30	1,32	100,00
.	.	3	1,95	Missing	
Total		154	100,0	100,0	

Maior grau de escolaridade da casa

N	Valid	151
	Missing	3
Mode		4,00

Maior grau de escolaridade da casa



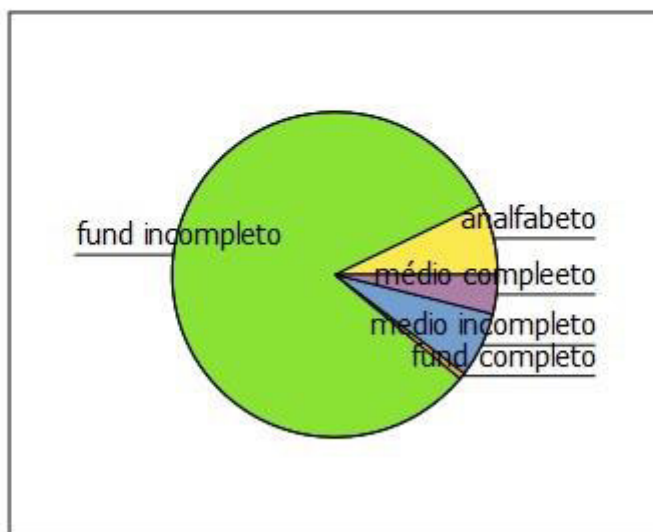
Fonte: elaborado pela autora, 2015.

APÊNDICE G – Gráfico do menor grau de escolaridade

Menor grau de escolaridade da casa

<i>Value Label</i>	<i>Value</i>	<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cum Percent</i>
analfabeto	1,00	11	7,14	7,14	7,14
fund incompleto	2,00	126	81,82	81,82	88,96
fund completo	3,00	1	,65	,65	89,61
medio incompleto	4,00	10	6,49	6,49	96,10
médio completo	5,00	6	3,90	3,90	100,00
<i>Total</i>		154	100,0	100,0	

Menor grau de escolaridade da casa



Fonte: elaborado pela autora, 2015.

APÊNDICE H – Tabela com as atividades atuais do chefe da casa

atual atividade do chefe da casa					
Value Label	Value	Frequency	Percent	Valid Percent	Cum Percent
Ambulante		1	,65	,65	,65
Agente de Limpeza		2	1,30	1,30	1,95
Ambulante		1	,65	,65	2,60
Aposentado		12	7,79	7,79	10,39
Armador		2	1,30	1,30	11,69
Artesã		1	,65	,65	12,34
Atendente		1	,65	,65	12,99
Autônomo		8	5,19	5,19	18,18
Auxiliar Administrativo		1	,65	,65	18,83
Auxiliar de Cozinha		1	,65	,65	19,48
Auxiliar de Escritório		2	1,30	1,30	20,78
Auxiliar de Panificação		1	,65	,65	21,43
Barbeiro		1	,65	,65	22,08
Bombeiro Civil		1	,65	,65	22,73
Bombeiro hidráulico		1	,65	,65	23,38
Cabelereira		2	1,30	1,30	24,68
Camareira		1	,65	,65	25,32
Carpinteiro		3	1,95	1,95	27,27
Chefe de Cozinha		1	,65	,65	27,92
Coletor de Lixo		1	,65	,65	28,57
Comerciante		2	1,30	1,30	29,87
Construção Civil		1	,65	,65	30,52
Cozinheira		3	1,95	1,95	32,47
Cuidadora		1	,65	,65	33,12
Desempregado		14	9,09	9,09	42,21
Diarista		5	3,25	3,25	45,45
Dona de Casa		1	,65	,65	46,10
Empregada Doméstica		20	12,99	12,99	59,09
Entregador		1	,65	,65	59,74
Faz Bico		3	1,95	1,95	61,69
Feirante		5	3,25	3,25	64,94
Frentista		1	,65	,65	65,58
Guincheiro		1	,65	,65	66,23
Manicure		3	1,95	1,95	68,18
Marceneiro		1	,65	,65	68,83
Marisqueiro		1	,65	,65	69,48
Mestre de obra		1	,65	,65	70,13
Montador		2	1,30	1,30	71,43
Montador de forro		1	,65	,65	72,08
Moto Taxi		1	,65	,65	72,73
Operador de Caixa		2	1,30	1,30	74,03
Operador de Perfuratriz		1	,65	,65	74,68
Pastor		1	,65	,65	75,32
Pedreiro		8	5,19	5,19	80,52
Peixeiro		1	,65	,65	81,17
Pensionista		1	,65	,65	81,82
Pescador		1	,65	,65	82,47
Professora		1	,65	,65	83,12
Radiotécnico		1	,65	,65	83,77
Recepcionista		1	,65	,65	84,42
Segurança		2	1,30	1,30	85,71
Servente de Pedreiro		5	3,25	3,25	88,96
Serviços Gerais		6	3,90	3,90	92,86
Técnico de Enfermagem		1	,65	,65	93,51
Técnico em refrigeração		1	,65	,65	94,16
Vendedor		2	1,30	1,30	95,45
Vigia		2	1,30	1,30	96,75
Vigilante		5	3,25	3,25	100,00
	<i>Total</i>	154	100,0	100,0	

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

APÊNDICE I – Tabela com as Atividades anteriores do chefe da casa

<i>Value Label</i>	<i>Value</i>	<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cum Percent</i>
		85	55,19	55,19	55,19
Abatedor de porco		1	,65	,65	55,84
Ajudante na Construção Civil		1	,65	,65	56,49
Almoxerife		1	,65	,65	57,14
Assistente de Câmera		1	,65	,65	57,79
Atendente		2	1,30	1,30	59,09
Autônomo		1	,65	,65	59,74
Auxiliar de Hortifruti		1	,65	,65	60,39
Auxiliar e cozinha		1	,65	,65	61,04
Babá		1	,65	,65	61,69
Carpinteiro		1	,65	,65	62,34
Chefe de Cozinha		1	,65	,65	62,99
Comerciante		1	,65	,65	63,64
Comerciária		1	,65	,65	64,29
Cozinheira		1	,65	,65	64,94
Desempregado		4	2,60	2,60	67,53
Diarista		2	1,30	1,30	68,83
Dona de Casa		3	1,95	1,95	70,78
Eletricista		2	1,30	1,30	72,08
Empregada Doméstica		15	9,74	9,74	81,82
Estudante		2	1,30	1,30	83,12
Fazia Dico		1	,65	,65	83,77
Feirante		1	,65	,65	84,42
Lavadeira		1	,65	,65	85,06
Manicure		1	,65	,65	85,71
Maqueiro		1	,65	,65	86,36
Montador de forro		1	,65	,65	87,01
Pedreiro		1	,65	,65	87,66
Pensionista		1	,65	,65	88,31
Pescador		4	2,60	2,60	90,91
Porteiro		1	,65	,65	91,56
Segurança		1	,65	,65	92,21
Servente de Pedreiro		6	3,90	3,90	96,10
Serviços Gerais		3	1,95	1,95	98,05
Técnico em refrigeração		1	,65	,65	98,70
Vendedor		2	1,30	1,30	100,00
	<i>Total</i>	154	100,0	100,0	

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

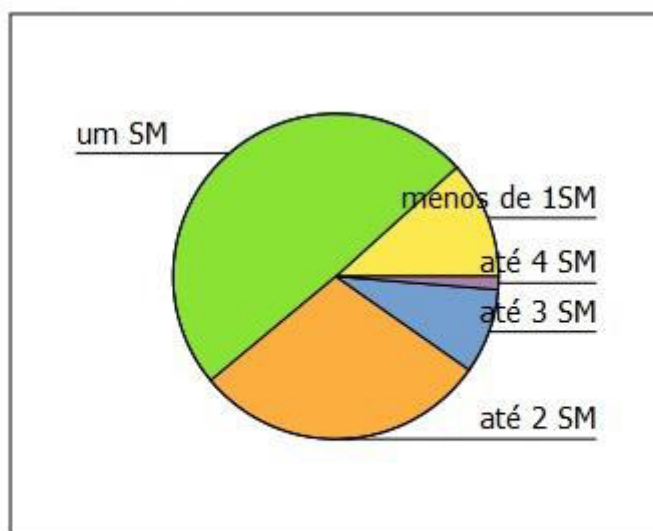
APÊNDICE J – Gráfico da renda familiar

Renda Familiar

<i>Value Label</i>	<i>Value</i>	<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cum Percent</i>
menos de 1SM	1,00	18	11,69	11,69	11,69
um SM	2,00	76	49,35	49,35	61,04
até 2 SM	3,00	45	29,22	29,22	90,26
até 3 SM	4,00	13	8,44	8,44	98,70
até 4 SM	5,00	2	1,30	1,30	100,00
<i>Total</i>		154	100,0	100,0	

Renda Familiar

<i>N</i>	<i>Valid</i>	154
	<i>Missing</i>	0
<i>Mode</i>		2,00

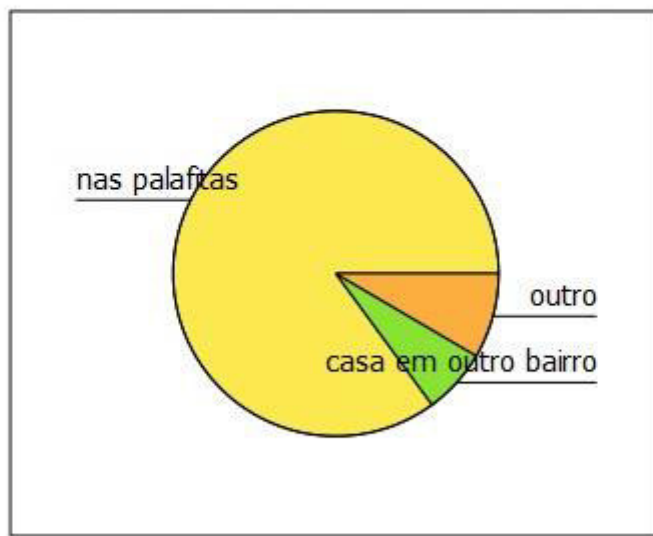
Renda Familiar

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

APÊNDICE K – Gráfico da moradia anterior

Antes de morar neste apartamento morava onde

<i>Value Label</i>	<i>Value</i>	<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cum Percent</i>
nas palafitas	1,00	131	85,06	85,06	85,06
casa em outro bairro	3,00	10	6,49	6,49	91,56
outro	4,00	13	8,44	8,44	100,00
<i>Total</i>		154	100,0	100,0	

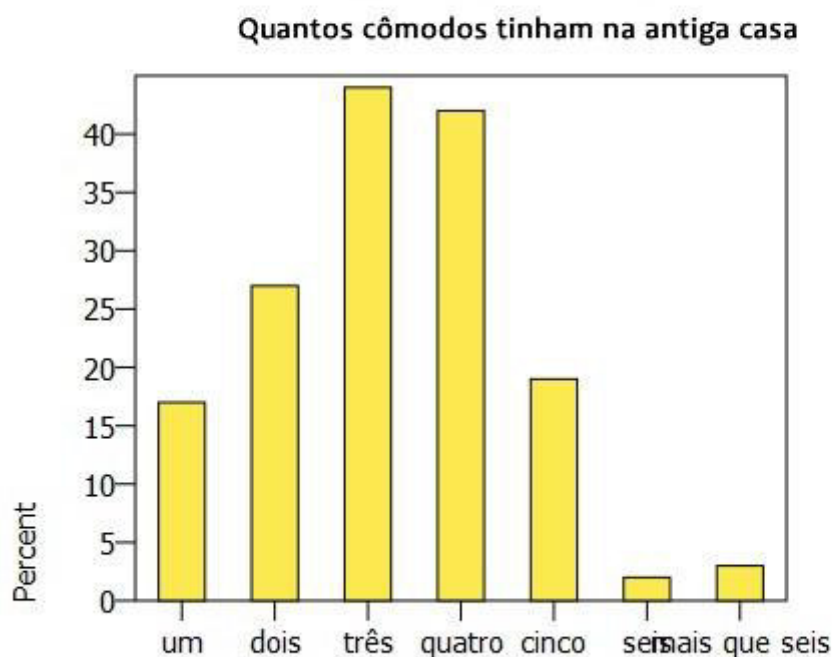
Antes de morar neste apartamento morava onde

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

APÊNDICE L – Gráfico da quantidade de cômodos da antiga casa

Quantos cômodos tinham na antiga casa

<i>Value Label</i>	<i>Value</i>	<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cum Percent</i>
um	1,00	17	11,04	11,04	11,04
dois	2,00	27	17,53	17,53	28,57
três	3,00	44	28,57	28,57	57,14
quatro	4,00	42	27,27	27,27	84,42
cinco	5,00	19	12,34	12,34	96,75
seis	6,00	2	1,30	1,30	98,05
mais que seis	7,00	3	1,95	1,95	100,00
<i>Total</i>		154	100,0	100,0	



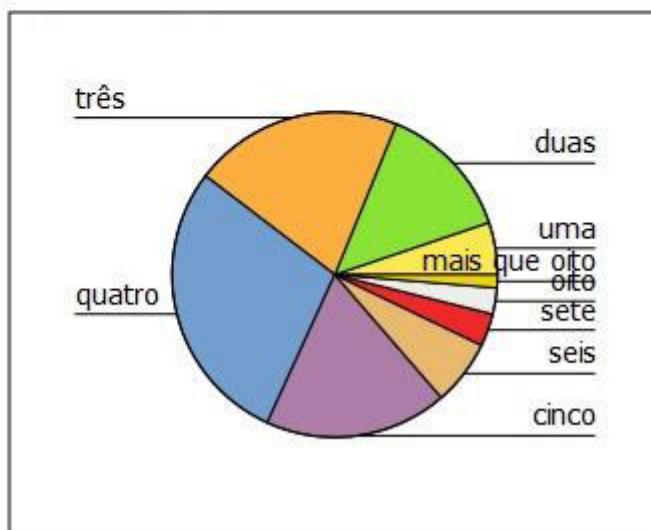
Fonte: elaborado pela autora, 2015.

APÊNDICE M – Gráfico do número de pessoas na antiga casa

Quantas pessoas moravam na antiga residência

<i>Value Label</i>	<i>Value</i>	<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cum Percent</i>
uma	1,00	8	5,19	5,19	5,19
duas	2,00	21	13,64	13,64	18,83
três	3,00	32	20,78	20,78	39,61
quatro	4,00	44	28,57	28,57	68,18
cinco	5,00	28	18,18	18,18	86,36
seis	6,00	10	6,49	6,49	92,86
sete	7,00	5	3,25	3,25	96,10
oito	8,00	4	2,60	2,60	98,70
mais que oito	9,00	2	1,30	1,30	100,00
<i>Total</i>		154	100,0	100,0	

Quantas pessoas moravam na antiga residência



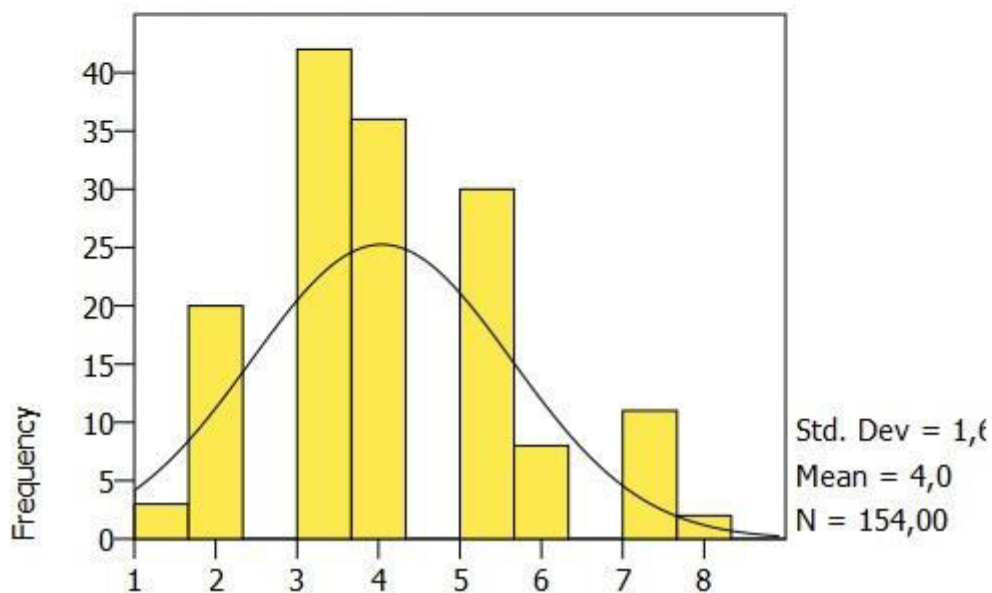
Fonte: elaborado pela autora, 2015.

APÊNDICE N – Gráfico do número de pessoas na atual residência

Quantas pessoas moram neste apartamento

Value Label	Value	Frequency	Percent	Valid Percent	Cum Percent
uma	1,00	3	1,95	1,95	1,95
duas	2,00	20	12,99	12,99	14,94
três	3,00	42	27,27	27,27	42,21
quatro	4,00	36	23,38	23,38	65,58
cinco	5,00	30	19,48	19,48	85,06
seis	6,00	8	5,19	5,19	90,26
sete	7,00	11	7,14	7,14	97,40
oito	8,00	2	1,30	1,30	98,70
mais que oito	9,00	2	1,30	1,30	100,00
<i>Total</i>		154	100,0	100,0	

Quantas pessoas moram neste apartamento



Fonte: elaborado pela autora, 2015.

APÊNDICE O – Gráfico do tipo de apartamento

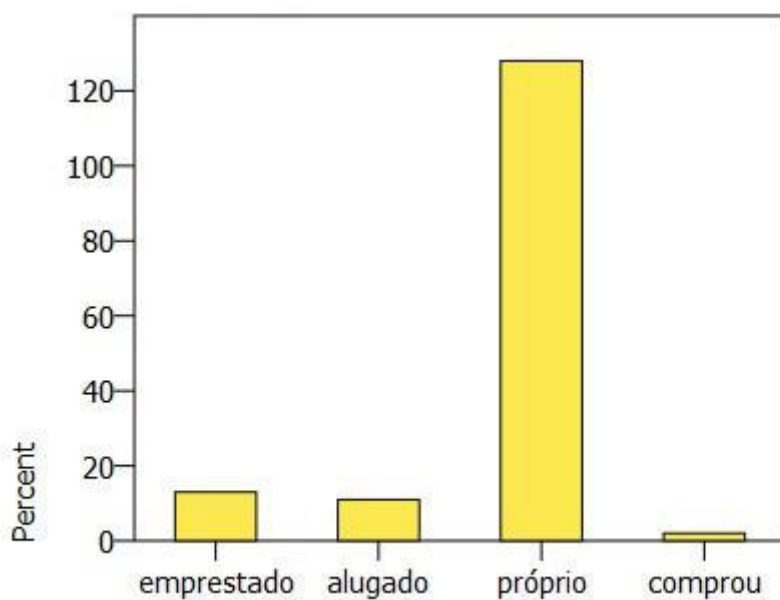
O tipo de apartamento

Value Label	Value	Frequency	Percent	Valid Percent	Cum Percent
emprestado	1,00	13	8,44	8,44	8,44
alugado	2,00	11	7,14	7,14	15,58
próprio	3,00	128	83,12	83,12	98,70
comprou	4,00	2	1,30	1,30	100,00
<i>Total</i>		154	100,0	100,0	

O tipo de apartamento

<i>N</i>	<i>Valid</i>	154
	<i>Missing</i>	0
<i>Mode</i>		3,00

O tipo de apartamento



Fonte: elaborado pela autora, 2015.

APÊNDICE P - Respostas dos Moradores em relação ao preconceito na antiga e nova moradia

Palafita	Apartamento
	Sim. Em relação ao perigo.
	Sim. Falam que continua sendo a mesma favela
Sim.	Sim. Dizem que o bairro é muito perigoso.
	Não, "Ah tu mora ali? É arriscado..."
Não.	Sim. "Tem uns caras que entram aqui que são de fora."
Não	Não
	Sim. Chamam de "Carandiru" por causa da fama de prédio perigoso.
Sim. Sentia porque morava em palafita.	Sim. O preconceito continua, pois, os prédios são chamados de Carandiru pelos outros
	Sim. As pessoas tem medo de entrar aqui; taxis e moto taxis não param na porta.
	Sim. Algumas pessoas ficam assustadas quando digo onde moro
	Sim, pois quando fala que mora nos apartamentos, os outros referem-se como Carandiru.
	11 Sim, pois os apartamentos são conhecidos como Carandiru.
	Sim, pois quando indica quando mora são identificados como Carandiru.
Não	Não.
	Sim. Dizem que é perigoso
	Sim. "Dizem que aqui só mora gente que não presta/"
	Sim. Quem mora na Camboa é "malucão"
Sim.	Sim. Quem mora lá é "marginal "
Sim, mas não era tão explícito.	Sim. O local é apelidado de Carandiru. Sente-se constrangido quando diz onde mora.
	Sim. Dizem que é violento.
Sim.	Sim. Aqui é discriminado pela quantidade de gente daqui, pelo número de assaltos. Em palafita sentia a mesma coisa: "É o mesmo preconceito, não tem diferença."
	Sim. Chamam de Carandiru, te olham diferente. Quando digo que moro aqui, as pessoas até se afastam. O preconceito surgiu com esse negócio de facção.
Não.	Sim. Os outros falam, mas eu tenho orgulho de morar aqui.
Sim. Sentia vergonha da família, porque não tinha casa. Ninguém lhe visitava.	Sim. Chamam aqui de Carandiru.
	Sim. As pessoas tem medo de ir no Residencial, chamam de Carandiru
	Sim. As pessoas chamam de Carandiru, discriminam. A polícia não distingue.
	Sim. Falam que aqui é um Carandiru.
Não	Não
Não	Sim. Dizem que aqui só mora bandido. A gente sente na pele isso, que as pessoas não gostam.
	Sim. Dizem: "Ah, não sei por que tu mora ali?"
	Sim. Mesmo que seja por brincadeira tem, por ser um local violento.
Não	Não.
Não.	Sim. Meus parentes não querem vir aqui. Aqui tem um "apelidinho" de Carandiru "As pessoas dizem que moramos no Carandiru, mas não vejo como preconceito, é por causa da violência"
	Sim. Dizem que é perigoso
Sim. Tratam a gente como traficante, principalmente	Sim. Falam que aqui tem muito assalto.

que é morador da liberdade.	
Não	Não. Se falarem é perca de tempo.
Não	Não
Sim. Criticam pela moradia ser de tábuas	Sim. Chamam aqui de Carandiru
Não.	Sim. Falam que aqui é muito perigoso, falam que aqui é o Carandiru.
Não	Não
Não	Não
	Sim. Dizem: "Deus me livre tu mora alí? Esses apartamentos eu não quero nem dado."
Sim, porque era favela	Sim, para conseguir emprego, colocar currículo.
	Sim. As pessoas comentam e perguntam
	Sim. As pessoas tem um certo receio, já comentaram.
	Sim. Eles dizem alguma coisa, mas não vou atrás.
	Sim. Reclamam do tráfico.
	Sim. "Negada já tem medo. Dizem que é o Carandiru"
Sim. As pessoa que mora em favela sofre preconceito por morar em favela, acham que são marginais.	
Não	Não
Não	Sim. Muita gente discrimina, dizem que é perigoso.
Não	Sim. Dizem que não temos jeito de quem mora aqui.
Sim	Sim
	Sim, Sempre tem aquele preconceito: "ah tu mora no Carandiru...?" Por causa de um queima vários
	Sim. Tinha locais que trabalhou que não dizia onde morava. Chamam aqui de Carandiru, quando digo onde moro.
	Não. Mas para algumas pessoas sim, porque aqui está muito "remoso"
	Sim. Quando a gente pega um taxi eles não querem vir.
Não	Sim. Nenhum taxista quer vir aqui.
	Sim. As pessoas ficam assim por causa das coisas que acontecem aqui. Ficam com brincadeira, mas a gente não liga.
Não	Não
Sim	Sim. Chamam o bairro de Carandiru
	.Sim. Seu apartamento foi recusado pelo comprador quando soube que era no Residencial.
	Sim. Pelo fato de ter algumas pessoas que usam droga aqui. Chamam de Carandiru. Sentem receio de vir aqui.
Não	Não
	Sim.
Sim	Sim, pois chamam de Carandiru
Não	Não
Não	Não
	Sim. As pessoas falam que é perigoso
Sim. As pessoas olhavam pra você porque você morava na lama.	Sim. Por causa do tráfico.
	Sim. "Neguinho fala: Ah, Deus me livre morar lá!"
Não	Não
	Sim. Até o próprio povo da Liberdade chama aqui de Carandiru.
Não	Sim. Eles chamam de Carandiru

	Sim. Discriminação para arranjar emprego; pela polícia que chama todo mundo de vagabundos e traficantes
	Sim. Dizem que é um local que só tem marginal
	Sim. Dizem que na Camboa é arriscado
Não	Não
Sim	Sim. Sempre há, quando você fala, sempre há.
	Sim. No trabalho todo mundo comenta. Chamam aqui de Carandiru
Sim. A gente só foi chamado de favelado	Sim. Muitas pessoas tem receio de dizer que mora aqui
	Sim. Chamam aqui de Carandiru.

Fonte: elaborado pela autora, 2016.